



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO



REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023

VOLUME I



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

GOVERNADOR

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA

VICE-GOVERNADORA

MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO

Casa Civil	Francisco das Chagas Cipriano Vieira
Procuradoria Geral do Estado	Juvêncio Vasconcelos Viana
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	Aloísio Barbosa de Carvalho Neto
Secretaria da Administração Penitenciária	Luís Mauro Albuquerque Araújo
Secretaria das Cidades	José Jácome Carneiro Albuquerque
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda
Secretaria da Cultura	Fabiano dos Santos
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	Francisco de Assis Diniz
Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho	Francisco de Queiroz Maia Júnior
Secretaria da Educação	Eliana Nunes Estrela
Secretaria do Esporte e Juventude	Rogério Nogueira Pinheiro
Secretaria da Fazenda	Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba
Secretaria da Infraestrutura	Lúcio Ferreira Gomes
Secretaria do Meio Ambiente	Artur José Vieira Bruno
Secretaria do Planejamento e Gestão	Carlos Mauro Benevides Filho
Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos	Maria do Perpétuo Socorro França Pinto
Secretaria dos Recursos Hídricos	Francisco José Coelho Teixeira
Secretaria da Saúde	Marcos Antonio Gadelha Maia
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	Sandro Luciano Caron de Moraes
Secretaria do Turismo	Arialdo de Mello Pinho
Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário	Rodrigo Bona Carneiro



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Secretário	Carlos Mauro Benevides Filho
Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento	Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto
Secretário Executivo de Gestão	Adriano Sarquis Bezerra de Menezes
Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna	Ronaldo Lima Moreira Borges
Assessoria Jurídica	Aline Arruda de Alencar Coimbra
Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria	Luciano de Sousa Pontes
Assessoria de Comunicação	Fernanda Telles
Coordenadoria Especial de Gestão Estratégica do Planejamento e Orçamento	Regis Meireles Benevides
Coordenadoria de Gestão Orçamentária	Luciana Capistrano da Fonsêca Moura
Coordenadoria de Planejamento e Gestão para Resultados	Maria Aparecida Rodrigues Façanha
Coordenadoria de Captação de Recursos e Alianças com o Público e Privado	Ticiane da Mota Gentil Parente
Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas	Silvana Martins Rodrigues Dourado
Coordenadoria de Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação e Comunicação	Lícia Maria Viana Bezerra
Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza	José de Lima Freitas Júnior
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Fabio da Silva Miranda
Coordenadoria de Gestão dos Serviços Terceirizados	Raimundo Nonato Rodrigues Silva
Coordenadoria de Promoção da Qualidade de Vida do Aposentado	Guirlanda de Fátima Távora Ponte
Coordenadoria de Perícia Médica	Francisco de Assis Barreto Dias de Carvalho
Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado	Vanessa Machado Arraes
Coordenadoria de Gestão de Compras	Valdir Augusto da Silva
Coordenadoria de Gestão Patrimonial e de Recursos Logísticos	André Theophilo Lima
Coordenadoria da Tecnologia da Informação e Comunicação	José Alcides de Oliveira Guerra
Coordenadoria Administrativo-Financeira	Otávio Nunes de Vasconcelos
Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento	Silviane Torres da Costa
Companhia de Habitação do Ceará	Vilani Pinheiro Falcão
Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará	José Lassance de Castro Silva
Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará	Priscilla Dias Marreiras
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará	João Mário Santos de França
Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará	José Olavo Peixoto Filho
Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará	João Marcos Maia
Fundação de Previdência Complementar do Estado do Ceará	Francisco Robson da Silva Fontoura



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

EQUIPE DE COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO

Coordenação Geral

Régis Meireles Benevides
Luciana Capistrano da Fonsêca Moura
Maria Aparecida G. Rodrigues Façanha

Coordenação Técnica

Maria Aparecida G. Rodrigues Façanha
Lara Maria Silva Costa

Elaboração e Assessoramento

SEPLAG Ana Beatriz Rocha Guedes
Anna Caroline Botelho
Eveline Maria Cordeiro Brandão
Everton Cabral Maciel
Francisco Ailson Alves Severo Filho
Francisca Maria Sousa Moreira
Francisco Menezes de Freitas
José Wagner Alves Fernandes
Jhuan Bruno Campos Neres
Luanny Braga da Silva Prata
Luiz Carlos Holanda Antero
Maria Lúcia Holanda Gurjão
Matheus Frota Braga
Mércia Maria de Melo Ponte Lima
Samara da Silva Trajano
Sandra Maria Braga
Saruanna Dias Carvalho
Virgínia Dantas Soares Teixeira

CGE Caio Petrônios de Araujo Lopes
Cícero Edson Felipe
Erick Victor Vieira Veras
Kassyo Modesto da Silva
Marcos Henrique de Carvalho Aldmeida
Matheus Borges Gonçalves Lima
Sílvia Maria Aragão Muniz
Saulo Máximo de Araújo



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

Desenvolvimento de Sistemas - SEPLAG

Alexandre A. Silva
Daniel Ivo de Andrade
Josegil Dias Frota Figueira

Apoio jornalístico – Seplag

Luiz Pedro Bezerra Neto

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO CEARÁ – Ipece

Elaboração e Assessoria

Alexsandre Lira Cavalcante
Ana Cristina Lima Maia
Cleyber Nascimento de Medeiros
Daniel Cirilo Suliano
Fátima Juvenal de Sousa
Jimmy Lima de Oliveira
José Freire Júnior
Luciana de Oliveira Rodrigues

Nicolino Trompieri Neto
Paulo Araújo Pontes
Rafaela Martins Leite Monteiro
Raquel da Silva Sales
Rayén Heredia Peñaloza
Victor Hugo de Oliveira Silva
Witalo de Lima Paiva



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

REDE DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – EQUIPES SETORIAIS DE ELABORAÇÃO E COLABORAÇÃO

AESP	Emanuela dos Santos Pinheiro Jamille dos Santos de Moura	METROFOR	Francisco Edilson Ponte Aragão Léo Barbosa Pessoa Liliane Martins de Brito Mazulo Luciana Albuquerque Guimarães
ADAGRI	Maik dos Santos Barbosa Maria Gisela Piancó do Amaral Neiliane Santiago Sombra Borges Antonio Dimas Simão de Oliveira Fracisco Gleyber Cartaxo Bastos Jarier de Oliveira Moreno José Amorim Sobreira Neto Luiz de Oliveira Costa Júnior	CAGECE	Adriana Silva Gonçalves Andrelia de Freitas Lima Jessyca Costa Barros
ADECE	Flávia Bezerra Brasil Carvalho Maria Inês Cavalcante Studart Menezes Marcos Manuel de Almeida Júnior Pedro Aguiar Nobre Filho Reudson Souza	CIPP S.AA	Danilo Gurgel Serpa Keilla Farias Castro
ARCE	Felipe Mota Campos	CEGÁS	Maria Nilce Quinderé Cals Vanessa Maria Barbosa Nascimento
AL	Afonso Gonçalves de Carvalho Neto Fabrício Melo Machado Helene Joyce Barbosa Monteiro Leila Paula Viana Sílvia Helena Correia Vidal	COGERH	Anthony Rafael Soares Maia Clara de Assis Jerônimo Sales Denilson Marcelino Fidelis Elano Lamartine Leão Joca Giselle Maria Maia Cavalcante Plutarco Itamara Mary Leite de Menezes Taveira João Lúcio Farias de Oliveira Krishna Martins Leão Marcilio Caetano de Oliveira Maria Luciandre Melo Mikaelle Duarte Mariano Paulo Henrique Studart Pinho Paulo Miranda Pereira Rafaella Gomes Parente Roberto Bruno Moreira Rebouças Sarah Furtado Freire Walt Disney Paulino Zelio Lendro Evangelista Junior
CASA CIVIL	Ismênia Márcia Linhares Justino Leiliane dos Santos Silva Nathalia Clemente Brito Regina Estela Benevides Lima Tereza Carla Pereira Montenegro	COHAB	Antonio Eldair da Cunha José Teófilo Braga Neto
CEASA	Antônio Odálio Girão de Almeida Fabiane Machado Lopes Jorge Alexandre de Oliveira Neto José Leite Gonçalves Cruz Jose Valdecir Lima de Souza Gilberto Costa Bastos Luana Ferreira de Souza	CEE	Danilo Barbosa Gomes Marilce Stênia R. Macedo
ZPE	Afonso de Oliveira Castro II Rodrigo José Chacon de Mesquita Roberto Benevides de Castro	CGE	Antônio Paulo da Silva Jean Lopes dos Santos João Italo Queiroz Mendes



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

	José Otacílio de Assis Júnior Kassyo Modesto da Silva Keyla Christina Albuquerque Viana Larisse Maria Ferreira Moreira Maria do Socorro Fernandes de Souza Marcelo Monteiro Michelle Borges Cavalcante Cunha Rita de Cassia Hollanda Matos	FUNCAP	Ana Carolina Albuquerque Freitas da Rocha Jamille Rodrigues Braga
		FUNCEME	Eduardo Sávio Passos Rodrigues Martins Francisco Hoilton Araripe Rios Luis César Pinho Margareth Sílvia Benício de Souza Carvalho Maria do Socorro Segundo da Fonseca Maria Nayde de Magalhães Macedo Meiry Sayuri Sakamoto Suelde Maria Gonçalves Montenegro
CGD	Cleibe Dias da Silva Julliana Albuquerque Marques Pereira Maria Jussara Laroca Figueiredo dos Santos Raquel Luna Vasconcelos Vladimir Feijó Frota	CEARAPREV	Daniela Ribeiro de Lima
CBMCE	Alandilson do Nascimento Forte Antonio Marcos Alves Souza Eduardo Xavier Crispim	FUNTELC	Ailza Mateus Sampaio Neta
DPE	Antônio de Pádua Dias Costa Júnior Elias Xerxes Pinheiro Xerez Victor Matos Montenegro	UECE	Alyne Martins Avelilno Antônia Fádía Valentim de Amorim Aurilene Pereira Moura Moreira Beatriz Ferreira Silva Célia Maria de Souza Sampaio Cleide Maria Amorim dos Santos Dafne Paiva Rodrigues Edilson José Garcia de Lima Everton Leitão de Abreu Fernando Antonio Alves dos Santos Gildácio José de Oliveira Sá Henrique Douglas dos Santos Mendes Humberto Silva Elias Janayna Braga Sousa Jane Elizabeth Guedes Rocha Jerffeson Teixeira de Souza José Nelson Arruda Filho Juliana dos Santos Andrade Kadma Marques Rodrigues Leonardo Sampaio Rocha Liliann de Fátima Sousa da Silva Lucilane Maria Sales da Silva Maria José Camelo Maciel Maria Lúcia Duarte Pereira Mariana Chaves Antenor Mônica Duarte Cavaignac Oto Soares de Oliveira Ozeir Celestino de Lima Paolo Giuseppe Araújo Paula Andrea Rolim Costa Paulo Marcelo Farias Moreira
DETRAN	Jessé de Moura Filho Leandro Chagas Bezerra Lorena Maria Moreira Chagas		
EMATERCE	Antônio Tarciso Coelho Pinto Francisco Bergson Parente Fernandes Itamar Teixeira Bezerra José Maria Carvalho Sobrinho		
ETICE	Ana Cione Alves Chagas Romão Cavalcante Souza Francisco Agnaldo Nogueira Lima Gabiella Tavares de Freitas Marcos Antônio Marinho Russo Marcos Helano Martins Carneiro Kelly Gonçalves Meira Arruda Raimundo Osman Lima		
EGPCE	Flávia Livino de Carvalho Costa Fernanda Maria Diniz da Silva José Erivilson de Lima		
ESP	Franderlan Campos Pereira Hanna Rafaela de Lima Vieira Lucila Maria Rodrigues Vieira Marta Dulcelia Gurgel Ávila		



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

UECE Paulo Ricardo de Oliveira Bersano
Regina Cláudia Pinheiro
Rocemilda Alves Ramos
Samuel Façanha Câmara
Thiago Costa Silva
Vilnardo Alves Aguiar Herculano

URCA Ana Roberta Duarte Piancó
Cibelle Teixeira de Oliveira
Maria da Penha de Oliveira
Maria Júlia Couto Bringel
Ranielle Fernanda Lima Neve

UVA Edilia Rodrigues Chagas
Kaliny Kélvia Pessoa Siqueira Lima
Rosa Meire Alves Guimarães

IDACE Cátia Cavalcante de Souza
Francisca Célia Lima Coutinho
Jesuíno Maia Lima
Jonas Silva Miranda
Manoel Jorge Pinto de França
Marcelo Alves Monte
Marcia Maria da Conceição de
Nascimento Oliveira
Priscilla Azevedo de Aguiar
Sandra de Castro Forte
Sara Maria Spinosa Juvencio

IPECE Alexandre Lira Cavalcante
Ana Cristina Lima Maia
Cleyber Nascimento de Medeiros
Débora de Andrade Mariano
Jimmy Lima de Oliveira
Luciana de Oliveira Rodrigues
Maria Esther Frota Cristino
Marília Rodrigues Firmiano
Nicolino Trompieri Neto
Rogério Barbosa Soares
Victor Hugo de Oliveira Silva
Witalo de Lima Paiva

ISSEC Francisca Luzitelma Santos Caracas
Francisco José Magalhães de Pinho
Jessica Gomes do Nascimento

JUCEC Caio Frota Rodrigues
Marta Laís Pimentel Rodrigues
Sonara Capaverde

NUTEC Ana Ari Clecius Alves de Lima
Bárbara Steffani Rodrigues de Queiroz
Crisiana de Andrade Nobre
Epitacio Nascimento Filho
Fernando Bacelar Paiva
Francisco das Chagas Magalhães
Francisco Leopoldo Moreira Filho
Gabriel Aguiar Mendes
Janaina Sobreira Rocha
Iêda Nadja Silva Montenegro
Jackson de Queiroz Malveira
Jackson Henrique Braga da Silva
João César de Freitas Pinheiro
Mayra Garcia Maia Costa
Maria Silvanira Souza Ferreira
Michela Alves Jácome
Solon Nogueira de Lima

PEFOCE Ana Paula Teixeira Bastos Sobreira
Átila Einstein de Oliveira
Celyne Silva Paiva
Lauro Ferreira Rocha Junior
Pedro Paulo Austin Felix
Renato Jevson Nunes Maciel

PC Luiz Carlos Fernandes Moreira
Wedja de Souza Barros

PM Francisco Ricardo Vieira Catarina
João Antonio Barbosa Gadelha
Jorge Costa de Araújo

PGJ Ana Claudia Martins Teixeira
Haley de Carvalho Filho
Marciana Isabely Martins Pereira
Marina de Castro Ribeiro Barbosa
Naiana Corrêa Lima Peixoto
Teresa Jacqueline Ciriaco Ribeiro
Ticiane Cira Lima Sampaio

PGE Jamile Costa Pessoa Campelo
Maria Vânia Pires Costa
Raimunda Jozielma Viana Ferreira
Rosa Maria Chaves

SAP Antonia Aurinete de Almeida Braga
Antonio Arruda Filho
Elton Alves Gurgel
Gabriela Duarte Simões
Geovana Sousa do Nascimento



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

SAP	Maria Tereza Mendes Cavalcante Paulo Roberto Rabelo da Silva Suzy Hellen Tavares Cavalcante Verônica Sousa dos Santos Correia	SECULT	Luis Torres de Melo Filho Maria Janete Venâncio Piheiro Mariana Braga Teixeira Maura Isidório Natalie Lopes Skeff Nelson Santa Cruz Nílbio Thé Paula Gomes da Silveira Patrícia Maria Apolônio de Oliveira Raquel Honório Rosana Marques Lima Roberta Fraga Machado Sofia Mettenheim Valéria de Sousa Santos Valeria Marcia Pinto Cordeiro Wilma Jales
SECITECE	Adeline de Araújo Lobão da Silva Adriana Maria Lima Gomes Aline Linhares Holanda Ana Maria Cavalcante Carneiro André Ramos Silva Bruna Dheingryd Farias Vasconcelos Camila Arruda Cândido Bezerra da Costa Neto Edgar Monte Mariano Neto Flaviana Ferreira Pereira Gabriela Purcaru Ivete Ferreira Gomes Jacqueline Cavalcante de Alencar José Flávio Guedes Katiane Queiroz da Silva Kelly Ferreira Leite Maria Adeliene de Araújo Lobão Santos Maria Elieta Lima Barbosa Maria Rose Jane Ribeiro Albuquerque Raisa Silvestre Ferreira Ricardo da Costa e Silva Lima Rodrigo Cavalcante Colares	SEDUC	Aline Matos de Amorim Allyson Fernandes Liandro Anna Karina Pacífico Barros Bruna Alves Leão Célia Maria Soares Pereira Daniel Marinho Almeida Daniele de Oliveira Fontes Denílson Albano Portácio Denylson da Silva Prado Ribeiro Francisca Aparecida Prado Pinto Francisca Imaculada dos Santos Silva Francisca Juliana Feitosa Soares Francisco Bruno Freire Gezenira Rodrigues Da Silva Jorge Bhering Linhares Aragão José Iran Da Silva Josilene Dias De Sena Kelem Carla Santos de Freitas Lúcia Maria Gomes Maria Alves de Melo Maria Marlene Vieira Freitas Myrvia Muniz Rebouças Nohemy Rezende Ibanez Patrícia Maria de Abreu Martins Raimundo Elson Mesquita Viana Regis Brito Ribeiro Ronaldo Glauber Maia de Oliveira Tom Jones da Silva Carneiro Veranice Paiva Pinto
SECULT	Alexandre Veras de Freitas Amanda Matos de Sá Silveira Bianca Silva Campello Bruno Pereira França Cicero Oliveira Gondim Cristina Holanda Cristina Maria do Vale Marques Davi Jorge Aguiar do Rego Débora Magalhães Varela Emmanuel Bastos Lopes Ernesto de Sousa Gadelha Costa Fábio Araújo Goreth Albuquerque Jefferson Dantas Santos Jéssica Ohara Pacheco Chuab João Ferreira de Almeida Junior José Ferreira Mota Neto Jonatas Isaac Apolonio da Silva Kilviany Pereira de Sousa Laízi Fracalossi Luisa Cella de Arruda Coelho	SEFAZ	Ana Raquel Nunes de Sena Auler Gomes de Sousa Sandro Ney Cassiano Rodrigues



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

SEINFRA Bruno Facundo Braga
Clea Mesquita Lopes
Gabriel Marçal da Cunha Pereira
Carvalho
Jerffson Luiz de Meneses Ventura
Joaquim Firmino Filho
Lucas Souza dos Santos
Luciane Cenachi Arrais Leite
Marciano Coelho de Souza
Maria Rumana Rodrigues E Siqueira
Paulo César Moreira de Sousa
Tânia Maria Cunha Alves
Tiago Brasileiro Coelho

SPS Alysson Leonard Rodrigues Ferreira
Ana Paula Lopes Ferreira Sales
Aline Bezerra Oliveira Lima Cancio
Aila Pequeno Holanda Porto
Aryanne da Paz Sousa
Camille Albuquerque Lessa
Celia Maria de Souza Melo
Célia Vieira de Mesquita
Célio Miranda Albuquerque
Cynthia Monteiro Nogueira
Dalila Rodrigues
Delza Maria Barata Alencar
Denise Moreira de Aguiar
Eileen Holanda de Souza
Erica Nayane Oliveira Praciano
Eveline Alcantara da Rocha
Francisca Martir da Silva
Francisco Rodrigo Josino Amaral
Francisco José Sousa de Carvalho
Francisco Narciso Silva de Oliveira
Júnior
Gabriela Freitas
Gloria Francisca Burlamaqui Carvalho
Harllen Lavor Saraiva
Hilbse Elane Rocha Silva Martins
Isaac Moreira Lima
Jaciera França de Deus Silva
João Tadeu Lustosa de Brito Júnior
Jocélio Pereira
José William da Silva Monteiro
Lidiane Nogueira Rebouças
Lilian Cristiane Do Nascimento
Louvrier
Lívia Gomes de Oliveira
Livia Maria Xerez de Azevedo
Maria Anete Morel de Souza Gonzaga

SPS Marcilia Arlene Costa Gomes
Marcia Maria de Medeiros Dutra
Maria Heurenice Moura de Souza
Maria de Conceição Nunes
Maria de Fátima Lourenço Magalhães
Maria de Jesus Pereira Barros Neta
Mary Anne Liborio de Patricio Ribeiro
Mel Meireles Padilha
Mônica Regina Gondim Feitoza
Norma Zelia Pinheiro Moreira de
Andrade
Patrícia D'oliveira Araújo Liebmman
Patrícia Meireles de Brito
Rachel Saraiva Leão Viana
Rebecca de Oliveira Cortez Pereira
Dauer
Regina Angela Sales Praciano
Rodrigo Soares Cavalcante
Rosilane Ribeiro
Rute de Souza Ferreira
Sandra Maria Braga Libanio de
Vasconcelos
Sandra Maria Ferreira de Morais
Sebastião Lopes Araújo
Silvana de Matos Brito Simões
Sílvia Cavalleire Araújo da Silva
Tânia Cristina Azevedo de Araújo
Tatiane Elpídio da Silva
Tereza Cristina do Vale Canabrava
Vyna Maria Cruz Leite

SESA Ana Rita Paulo Cardoso
Carlos Eduardo Mathias de Alcântara
Davi Queiroz de Carvalho Fernanda
França Cabral
Jane Mary de Miranda Lima
João Washington de Meneses
Joelia Rodrigues da Silva
Kelvia Maria Oliveira Borges
Malbia Oliveira Rolim
Maria Raquel Rodrigues de Carvalho
Rafael Reinaldo da Silva
Raimunda Félix de Oliveira
Raquel Costa Lima de Magalhães
Sérgio Murilo Martins Cruz
Sheilla Maria Brigido da Silva
Thais Nogueira Faco de Paula Pessoa
Thiago Santos Garces
Vivian da Silva Gomes



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

SSPDS Emily Pereira Soares
Francisco Vanderlan Carvalho Vieira
Filho

SCIDADES Adriana Xavier de Santiago
Antonio Negreiros Bastos Neto
Cleidiane Barros Candido Vasconcelos
Gilber Cristian B. Costa
Ídima Silvia Ferreira Rodrigues
Jackeline Oliveira Nobre Recamonde
Jackson Pessoa da Silva
Marcella Facó Soares
Márcia Leila Pinheiro Machado
Maria Teresa Ribeiro Aguiar
Priscilla Gomes Mota Matos
Sarah Gleiciane de Araujo Silva
Thiago Farias Vidal
Verlene Maria Gomes Teixeira
Waldemar Augusto da Silva Cardoso
Pereira

SDA Barbara Niele Alexandre da Silva
Ribeiro Vieira
Christiana Sarmiento Melo
Conceição de Maria Pontes Moreira
Eduardo Martins Barbosa
Francisca Fátima Gomes Gurgel
Francisca Francileide Pinho Pinheiro
Francisca Rocicleide Ferreira da Silva
Francisco Humberto de Carvalho Neto
Francisco Osvaldo Moura Maranhão
Francisco Sidney Gomes dos Santos
Gleydson Ribeiro dos Santos
Guido Colares Filho
Ilo Pinheiro Cavalcante
José Arimatéa Gonçalves
José Lima Castro Júnior
José Nelson Santiago Sombra
José Roberto Pinto Cavalcante
Julianna Albuquerque Martins
Lafaete Almeida de Oliveira Mesquita
Lília Michele da Costa Souza
Lorena Morais Soriano
Lucivânia Maria do Nascimento
Ferreira
Márcio José Alves Peixoto
Maria do Socorro Brito Cunha
Maria Enésia da Silva Neta
Maria Iris Tavares Frias
Maristela Calvário Pinheiro

SDA Monica Maria Macedo de Sousa
Santos
Neyara Araújo Lage
Nathizael Gonçalves Leandro
Yara Araújo Lage

SDE Adriana Melo Santos Martins
Ananda Arnaud Alves
Aníbal José de Souza
Bruna Delfino Cabral
Henrique Cavalcante Freitas
Jane Kelly Braga Bezerra
José Aguiar Beltrão Junior
José Henrique Moreira
José Sergio Baima Magalhães
Karla Karolline de Jesus Abrantes
Luana Lima Bandeira Araújo
Marcello Gonçalves Milliole
Marcelo Marcílio Santo
Mauro César Cordeiro de Oliveira
Michelle do Carmo Sobreira
Domingues
Natasha Marina Melo Grzybowski
Patrícia Maria Campos Pinheiro
Pedro Henrique Martins Lopes
Rubenildo Falcão Melo
Vandemberk Rocha de Oliveira

SEJUV Cláudia Feitosa Teles Carneiro
Fabíola Linhares Bezerra
Gotardo Gurgel
Maxwell Xavier de Sousa
Maria Rozilene Bruno de Almeida
Roberto César Lima da Silva

SEMA Maria Dias Cavalcante
Nelci Gadelha de Almeida

SEPLAG Alda Maria Araújo de Oliveira
Alexandre Araujo da Silva
Alexandre Wilfred Rebouças Sampaio
Ana Lúcia Lima Gadelha
André Theophilo Lima
Araken Sedrim de Aguiar Neto
Augusto César Costa Junior
Carla Valéria Nogueira
Cristiane Lorenzetti Collares
Daniel Ivo de Andrade
Daniele Passos de Lima Albuquerque
Elidiane Martins Freitas



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

SEPLAG	Everton Cabral Maciel Fernanda Teles Lima Francisco de Assis Barreto Dias de Carvalho Francisco José Barbosa Pinheiro Francisco José Coelho Bezerra Francisco Sérgio Rodrigues Pereira Guirlanda de Fatima Tavora Ponte Helder Ferreira de Andrade Heloysa Helena de Meneses Freire Rocha Hermenegilda Andréa Carla Machado Isânia Maria Alves Caçula Silva João Parente de Oliveira Maciel Jordete de Oliveira Franco Gomes José Lima de Freitas Júnior Julian Marlos Carneiro Lima Licia Maria Viana Bezerra Lidiane Andrade Mateus Luciano de Sousa Pontes Manoel Hélio Holanda Neto Marcia Maria Soares Gurgel Maria Carmelita Sampaio Colares Maria Cristiane Maia Caxilé Maria Hebe Camurça Citó Maria Jeane Peixoto Sampaio Maria Jose Furtado de Vasconcelos Maria Neyane Monte Carneiro Maqson Eldo Candido Ferreira Mércia Maria de Melo Ponte Lima Notlin de Araujo Almeida Otávio Nunes de Vasconcelos Raimundo Nonato Rodrigues Silva Regis de Albuquerque Silva Rejane Albuquerque Cavalcante Ricardo Pinto Rodrigues Ricardo Ribeiro Santos Rossana Maria Guerra Ludueña Rosângela Maria Viana Guerra Sandra Virgínia Austregésilo Guedes Silvana Martins Rodrigues Dourado Silviane Torres da Costa Soraya Quixada Bezerra Ticiane da Mota Gentil Parente Valdir Augusto da Silva Vanessa Machado Arraes Wagner Nery Moreira Aguiar Ygor Sampaio da Cruz	SETUR Ana Lúcia Aragão Alves José Valdo Mesquita Aires Filho Juliana Barros de Oliveira Luiz Mauro Aragão Rosa SRH Heloísa de Aquino Câmara Heloisa Helena Garcia Mota João Paulo da Cruz da Silva Karine Machado Campos Fontenele Mercia Cristina Mangueira Sales Norberto Aguiar Montezuma de Carvalho Rosianny Fernandes das Chagas Sérgio Moreira Câmara SOHIDRA Luce Karine Soares Balreira Yuri Castro de Oliveira SOP Alcides Maria do Nascimento Parente Camila Augusta Passos Chaves Felipe Natan Ramos de Freitas Filipe Braid Carannante João Bosco de Castro José Mauricio Nobre de Oliveira Maria Salete Lucena Fernandes de Azevedo Monica Holanda Freitas Neuilton De Castro Lopes Maciel Quirino Ponte Saulo Marinho Câmara Tomás Jerffeson de Souza Oliveira SUPESP Anderson Duarte Barboza Franklin de Sousa Torres Marysol Dantas de Medeiros Manuela Chaves Loureiro Candido Sheiliane Sales Luz Talita Jéssica do Nascimento de Araújo Talyta do Vale Nepomuceno Thiago Oliveira da Silva SEAS Angela Márcia Fernandes Araújo SEMACE Andrea Limaverde de Araújo Carolina Braga Dias Edilson Holanda Costa Filho Louise de Souza Medeiros Nátália Pinheiro Xavier
---------------	---	---



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

TCE Bernardo Ary Romcy de Sanford Lima
Carlos Alberto de Miranda
Nascimento
Eugênio de Castro e Silva Menezes
Francisco Davi Barros Rocha
Hilaria de Sá Barreto
José Auriço Oliveira
Liana Peixoto Brandão
Luciana Barbosa Queiroz de Almeida
Marcos Murilo Timbó Batista
Mônica Moura Mota Landim

TJ Camila Alencar de Freitas
Carlos Henrique Beserra de Moraes
Christiane Myrta de Oliveira
Francisco das Chagas Bezerra
Sobrinho
Francisco Ubiratan Castro Viana Júnior
José Marcelo Maia Nogueira
Jucélia Bento de Castro
Maria Rafaela de Oliveira Freitas
Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão
Rafael Garcia Barbosa
Renata Silveira Meneses
Renato Araújo Duarte
Roberta Kelma Peixoto de Oliveira
Jucá
Simão Melo Gurgel

ViceGov Carla Melo da Escóssia
Marília Goya Fernandes
Pedrita Ferreira Viana
Francisca Ozanira Torres Pinto de
Aquino
Wendy Camelo Vitoriano
Luciana Girão da Silva
Marjorie Dionísio Xavier
Lillian Virgínia Carneiro Gondim
Luana Carla Bandeira Sobrinho
Antônia Estefânia Alves Maciel
Hirley Esmeraldo Ribeiro



SUMÁRIO

VOLUME I

Revisão do Plano Plurianual 2020-2023 - Metodologia e Planejamento Integrado, *pág. 25*

A metodologia de Revisão do PPA 2020-2023, *pág. 25*

Etapas de Planejamento Integrado da Revisão, *pág. 30*

Panorama Socioeconômico e Perspectivas, *pág. 35*

Desempenho e Perspectivas da Economia Cearense, *pág. 36*

Desempenho da Economia Cearense, *pág. 36*

Setor Agropecuário, *pág. 39*

Setor Industrial, *pág. 44*

Setor de Serviços, *pág. 49*

Comércio Exterior, *pág. 58*

Mercado de Trabalho, *pág. 61*

Finanças Públicas, *pág. 66*

Perspectivas da Economia Cearense, *pág. 69*

Desenvolvimento Social no período recente, *pág. 71*

Aspectos Demográficos, *pág. 72*

Saúde, *pág. 74*

Educação, *pág. 74*

Condições dos Domicílios Particulares, *pág. 76*

Emprego e Rendimentos do Trabalho, *pág. 78*

Pobreza e Desigualdade, *pág. 83*

Diretrizes Estratégicas, *pág. 87*

Diretrizes Regionais, *pág. 99*



VOLUME II

ANEXO I - Estrutura do Plano Plurianual 2020 2023, *pág. 124*

ANEXO II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas, *pág. 474*

ANEXO III - Demonstrativo Consolidado de Valores Financeiros, *pág. 960*

ANEXO IV - Demonstrativo de Entregas por Região de Planejamentos, *pág. 986*

ANEXO V - Alinhamento com as Diretrizes Regionais, *pág. 1176*

ANEXO VI - Agendas Transversais, *pág. 1966*

ANEXO VII - Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, *pág. 2050*

ANEXO VIII - Alinhamento com o Ceará 2050, *pág. 2276*



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO



MENSAGEM DO GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

MENSAGEM Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2021.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração dessa Augusta Assembleia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, para fins de apreciação e pretendida aprovação, atendidos os dispositivos que disciplinam o processo legislativo, o incluso Projeto de Lei que **“DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023 PARA O PERÍODO 2022-2023 E ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 17.160, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019”**.

Ao apresentar esta Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, o Governo do Estado do Ceará, no limiar do ano de 2022, o derradeiro da atual Gestão Governamental, trata de aprimorar o principal instrumento de planejamento legalmente constituído, no elevado patamar dos projetos de expansão da oferta de serviços públicos à sociedade, de acordo com os pressupostos observados na Constituição Federal de 1988 e na Constituição do Estado do Ceará de 1989.

Este Plano, que conecta duas Gestões Governamentais numa expectativa de assegurar a continuidade das estratégias alinhadas, alcança o momento da sua revisão, buscando o aprimoramento das definições de metas pactuadas com a sociedade e contribuindo para viabilizar os objetivos propostos na consecução dos resultados almejados, desde que estabeleceu a alocação de recursos para um período de quatro anos.

Nesta expectativa se inserem todas as iniciativas de Governo, revigoradas pela participação popular e cidadã cada vez mais acolhida e vigorosa.

Nossa Gestão Governamental, eleita para o período 2019-2022, assumiu a relevante missão de elaborar, de forma integrada e articulada com a população e todas as instituições públicas estaduais, incluindo as três esferas de poder, o Plano para o quadriênio 2020-2023, procede agora à Revisão da efetividade de suas diretrizes estratégicas, dos compromissos e resultados planejados, assumidos e alcançados junto à sociedade, considerando, num ambiente ainda submetido à pandemia, os indicadores e variáveis relacionadas às tendências globais, nacionais e regionais, além do panorama socioeconômico.

O desafio da revisão no Planejamento Governamental busca verificar como se processaram os propósitos de efetivar, integrar e sintetizar, em um único instrumento, a vontade e os interesses dos cearenses, reorientando a atuação dos gestores públicos e dos agentes sociais na implementação das políticas públicas.

Esta é uma das principais razões pelas quais a missão de planejar e estabelecer um futuro consistente e animador, pode consagrar uma estratégia fundamental na superação dos grandes desafios da gestão pública.

Precisamente, este é o momento em que se deve levar em consideração o perfil de dispositivo do planejamento de médio prazo,

materializado no Plano Plurianual, que está submetido a mudanças de acordo com a realização dos cenários prospectados no Estado do Ceará, no seu período de vigência, requerendo os ajustes e modificações necessárias, a partir da elaboração de suas revisões ou adequações previstas em Lei.

Convicto de que os ilustres membros dessa Casa Legislativa haverão de conferir o necessário apoio a esta propositura, solicito a Vossa Excelência emprestar sua valiosa colaboração no seu encaminhamento, e sua posterior aprovação, tendo em vista a importância da matéria.

No ensejo, apresento a Vossa Excelência e aos seus eminentes Pares, protesto de elevado apreço e distinguida consideração.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos de de 2021.

Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

A Sua Excelência o Senhor
Deputado EVANDRO SÁ BARRETO LEITÃO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO



REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 202-2023

**Metodologia e
Planejamento Integrado**

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023 – METODOLOGIA E PLANEJAMENTO INTEGRADO

Enquanto parte do Planejamento, o Plano Plurianual (PPA) compreende etapas de implementação que incluem uma Revisão prévia, ao limiar do seu terceiro ano de vigência. Neste sentido, desde a já iniciada participação cidadã, se desdobra entre ajustes e correções na concepção do Plano, visando seu aprimoramento, e do processo como um todo, em consequência dessas modificações e evolução.

Assim, o PPA incorpora a Revisão dos 24 primeiros meses, definido como dispositivo de médio prazo que reflete diretrizes, objetivos e metas estabelecidas ao desenvolvimento estadual, num período de quatro anos, com a abrangência temporal do segundo, terceiro e quarto anos do mandato do governante eleito, e o primeiro ano do governo seguinte, no sentido de assegurar a continuidade estratégica de ações entre gestões subsequentes. Neste sentido, o PPA 2020-2023 mantém, nesta Revisão e em seus passos posteriores, todas as características delineadas, de forma articulada e coordenada, contendo os enunciados das diretrizes, objetivos e metas, regidos por premissas constantes da Lei de nº 17.160/2019.

Premissas do PPA 2020-2023

Definido como um dos elementos fundamentais do Planejamento do Estado, o PPA é orientado pelas premissas a seguir, em parte reformuladas e enriquecidas no período de Revisão, dentro de uma nova e privilegiada relevância para a implementação das políticas públicas no seu período de vigência.

- **Gestão para Resultados:** referenciado como modelo de gestão pública que se baseia no estabelecimento de resultados desejados sob a ótica do cidadão, enquanto público-meta da oferta de bens e serviços públicos, desde a mensuração obtida por indicadores que traduzem o desempenho das políticas, mesmo influenciados por variáveis que podem interferir na qualidade e na quantidade da oferta estabelecida (pandemia e outros fenômenos sanitários, econômicos e sociais, previsíveis ou não).
- **Participação Cidadã:** reconhecida como direito inalienável do cidadão, visa que o Estado e a população compartilhem do poder de decisão sobre as políticas públicas que devem ser priorizadas diante da agenda governamental. A referida participação é responsável por garantir a democratização do debate no sentido da eficiência, eficácia e impacto das políticas públicas, fortalecendo a estratégia governamental de harmonização com seus beneficiários.
- **Fortalecimento do desenvolvimento territorial:** busca estabelecer a qualificação entre a oferta governamental e as potencialidades das vocações sociais, econômicas e produtivas dos territórios, visando superar desafios, sobretudo a desigualdade entre as diversas classes e camadas das populações das 14 Regiões de Planejamento do Estado do Ceará, buscando localizar, referenciar e potencializar oportunidades de desenvolvimento por meio da participação efetiva dos municípios e a cooperação intrarregional.
- **Intersetorialidade:** traduz o fomento à formulação e implementação de políticas públicas articuladas e integradas, tendo como principal mecanismo as Agendas Transversais, capazes de assimilar e impulsionar possibilidades de progresso ofertado à população e à organização logística das ações definidas, superando a fragmentação das iniciativas governamentais e o desperdício de recursos.
- **Fomento ao Desenvolvimento Sustentável:** numa concepção alinhada ao conceito global, e orientando a demanda por um planejamento de políticas públicas regido

pela sustentabilidade econômica, ambiental e social do Estado em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e em sintonia com as necessidades de combate ao aquecimento global.

Metodologia de Revisão do Plano

O processo de revisão do planejamento governamental de natureza plurianual se justifica por meio dos itens a seguir:

- a)** Os cenários prospectados, no momento da elaboração, mudaram consideravelmente e os objetivos traçados devem acompanhar as transformações, havendo necessidade de ajuste nas diretrizes estratégicas;
- b)** O Planejamento é um processo que exige melhorias contínuas e amadurecimento, o que sedimenta ainda mais a importância da revisão;
- c)** O processo de Monitoramento do PPA promoveu a realimentação das informações acerca da implementação dos programas e os direcionadores para a tomada de decisão, subsidiando a melhoria no desenho da oferta governamental declarada no Plano; e
- d)** Observou-se que as metas de oferta propostas no Planejamento inicial não foram, em grande parte, alcançadas, o que indica uma necessidade de reanálise dos parâmetros utilizados inicialmente para sua estimativa.

A Revisão do PPA 2020-2023 do Estado incorpora o processo segundo o qual a metodologia de construção do Plano Plurianual, para o quadriênio 2020-2023, foi idealizada na perspectiva de buscar aprimoramento constante dos mecanismos de planejamento governamental, em alinhamento ao Modelo de Gestão para Resultados do Ceará, desde o contínuo esforço no sentido de alcançá-los.

O Plano Plurianual, ao estabelecer de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas estaduais, declarando as escolhas pactuadas com a sociedade e contribuindo para viabilizar os objetivos propostos na consecução dos resultados almejados, pressupõe direcionadores estratégicos para sua formulação, contendo macrotendências, panorama socioeconômico e perspectivas econômicas, além de diretrizes estratégicas e regionais, estruturando-se nas seguintes bases ou dimensões:

■ Base Estratégica

Trata-se do desenho estratégico do alcance do Plano, sob a ótica da demanda, ou seja, da percepção da sociedade acerca do que se espera alcançar de resultados nas diversas políticas públicas, em uma visão de **efetividade**. Tal base corresponde ao conjunto dos:

- Eixos Governamentais de atuação intersetorial, resultados estratégicos e indicadores; e
- Temas Estratégicos, resultados e indicadores.

■ Base Tática

Sob a ótica da oferta governamental, a Base Tática, ou Programática, define caminhos, por meio dos programas, e estabelece metas, na busca da **eficácia** na implementação das estratégias voltadas ao alcance dos resultados estabelecidos na Base Estratégica, considerando as variáveis inerentes à política pública tratada.

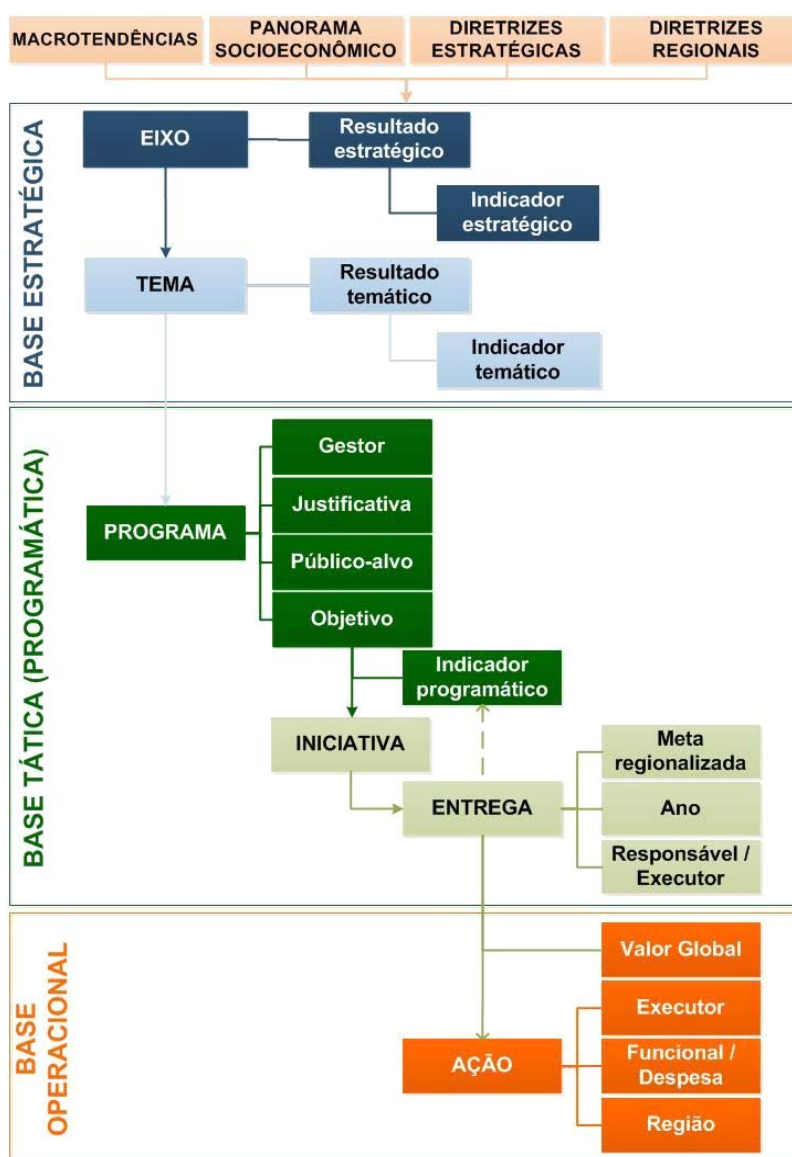
■ Base Operacional

Relaciona-se com o desempenho da ação governamental, no nível da **eficiência**, podendo ou não necessitar de aporte de recursos financeiros, sendo estes

orçamentários ou extraorçamentários. Esta é a base especialmente conectada com a Lei Orçamentária Anual, no tocante às ações que necessitam de recursos financeiros registrados no orçamento público.

O PPA 2020-2023 trata essas dimensões conforme ilustrado na figura a seguir, com suas principais categorias, descritas na sequência.

Figura 1 - Estrutura do PPA 2020-2023



A Base Estratégica do PPA 2020-2023 é definida a partir do **Eixo Governamental de Atuação Intersetorial**, elemento de planejamento que organiza a atuação governamental, de forma integrada, articulada e sistêmica, com o propósito de atender à complexidade da missão de tornar o Ceará um Estado dotado de desenvolvimento sustentável e qualidade de vida aos seus cidadãos – enquanto requisito fundamental da cidadania.

No âmbito deste Plano, cada um dos eixos representa uma vertente de organização das políticas públicas, em um contexto de integração, de sete faces: Ceará Acolhedor; Ceará da Gestão Democrática para Resultados; Ceará de Oportunidades; Ceará do Conhecimento; Ceará Pacífico, Ceará Saudável e Ceará Sustentável.

Para cada Eixo foi discutido e estabelecido seu *Resultado Estratégico*, que traduz a situação futura que se deseja visualizar, medido por indicadores de impacto, na forma de instrumentos que permitem aferir o desempenho do PPA no âmbito de cada Eixo, gerando subsídios para o monitoramento e a avaliação, desde a observação do perfil de uma determinada realidade ao longo do período do Plano.

Etapas de Planejamento Integrado da Revisão

Sabendo que o planejamento público necessita da participação de uma rede de diferentes atores, a revisão buscou aproximar tanto as setoriais quanto a sociedade, para além de uma obrigação legal. Essa integração é vista como parte fundamental da elaboração de qualquer instrumento de planejamento governamental. Para isso, o processo contou com duas etapas principais: integração com a Rede de Planejamento Estadual (RENOP) e a de Participação Cidadã.

■ **Integração com a Rede Estadual de Planejamento e Orçamento (RENOP)**

A RENOP se caracteriza como estratégia de interlocução entre o Órgão de Planejamento do Governo Estadual - a Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), e os Órgãos Setoriais. Durante o processo de revisão essa atuação multissetorial visou trazer um ajuste baseado em evidências para alteração das expectativas de desempenho dos indicadores de eixo e tema, metas de desempenho dos indicadores estratégicos, metas físicas das entregas e vinculações inerentes, todas direcionadas para os dois últimos anos de vigência deste PPA.

Dentro da revisão, os integrantes da RENOP participaram em diferentes etapas, sendo elas:

- Realização do Cursos Preparatório para Revisão do PPA 2020-2023, ofertado pela Seplag e Escola de Gestão Pública - EGP, tendo como público alvo 7 turmas com integrantes das Setoriais nos dias 28/06/21 07/07/21, capacitando um total de 237 pessoas;
- Revisão do PPA no Siof Web; e
- Vinculação das Diretrizes Regionais às Iniciativas.

O envolvimento de Secretarias e Entidades Vinculadas em (re)planejar ações futuras, demonstra o esforço conjunto para assegurar políticas públicas multissetoriais em torno dos objetivos comuns pactuados dentro da agenda governamental do Estado do Ceará.

■ **Participação Cidadã no processo de Revisão**

A Participação Cidadã, como premissa fundamental no PPA 2020-2023, é justificada pela necessidade do planejamento conjunto das ações governamentais, para melhor traduzir

as realidades de cada território. Daí, cabe ao Governo mobilizar a sociedade para construir o consenso em torno do que deve ser priorizado na agenda governamental.

Para fomentar a participação na Revisão, durante a pandemia do Covid-19, o Governo Estadual se utilizou da democracia digital na tentativa de atingir o maior número de participantes. Para tanto, a Seplag contou com importantes apoios, sendo a Casa Civil responsável pela mobilização dos atores sociais e a transmissão do Webinar “Governança Democrática e Participação Social”, e a Controladoria Geral do Estado pela criação de espaço destinado ao PPA na plataforma Ceará Transparente, essencial para viabilizar a participação social nesse período pandêmico.

Diante da impossibilidade de realização de encontros presenciais, o ambiente virtual foi adaptado para receber essa demanda de participação por meio de duas etapas:

- Revisão das diretrizes regionais: momento em que o cidadão teve acesso ao conjunto de estratégias regionais estabelecidas para o tratamento das situações-problemas registradas no âmbito dos temas de políticas públicas, a fim de verificar o que deveria ser mantido e o que era necessário acrescentar.
- Priorização das estratégias regionais: após análise e consolidação das propostas apresentadas na etapa anterior, este é o momento em que o cidadão indica, dentre as estratégias resultantes, as que considera prioritárias para subsidiar o direcionamento das políticas de Governo.

Ademais, o caminho trilhado pelo planejamento estadual é vislumbrado por estratégias que integram e fazem a escuta ativa dos beneficiários e atores interessados nas políticas públicas, para assim adotar ações que façam prevalecer a igualdade social, cidadania, crescimento econômico e o desenvolvimento regional sustentável, na perspectiva de garantir ao Ceará um futuro próspero.



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO



PANORAMA SOCIECONÔMICO E PERSPECTIVAS

PANORAMA SOCIOECONÔMICO E PERSPECTIVAS

Apesar da crise econômica causada pela pandemia da Covid-19, iniciada ainda em 2020, a economia cearense vem apresentando, em 2021, retomada do crescimento, fruto do aumento da produção, a partir da redução das restrições sanitárias, na medida em que a vacinação avança, principalmente nas atividades do setor de serviços, como alojamento; alimentação; transportes de passageiros e serviços prestados às famílias. Além disso, merece registro que o Estado também é destaque, na área social, pelos excelentes resultados na educação pública com base nos últimos resultados no IDEB.

Diferentemente do cenário nacional, configurado por uma situação de elevado déficit nas contas públicas, o Ceará tem se destacado pelo forte equilíbrio fiscal, o que possibilita aumento dos investimentos públicos em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado, como recursos hídricos; energias renováveis e transporte; o que contribui, efetivamente, para elevar a competitividade da economia cearense, pelo estímulo aos investimentos privados, nos diversos setores produtivos do Estado. O Ceará vem registrando, em média, taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acima das alcançadas pelo Brasil, atingindo um montante de R\$ 155,90 bilhões, em 2018, ocupando a décima segunda maior economia do País, e a terceira na Região Nordeste.

Quando controlado pelo tamanho populacional, o Estado apresentou, em 2018, um PIB per capita igual a R\$ 17.178, representando, aproximadamente, 51% do PIB per capita do Brasil. Isso demonstra o grande desafio que o Estado possui na superação da baixa renda em relação ao País, ficando na vigésima terceira colocação, quando se considera o PIB per capita em nível Nacional.

Ao lado do desempenho econômico observam-se, nos últimos dez anos, importantes avanços na qualidade de alguns indicadores sociais, como a redução da taxa de mortalidade infantil; a redução da taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade; aumento na média de anos de estudos da população de 25 anos ou mais; além da prioridade em políticas públicas de desenvolvimento infantil, principalmente para atender as crianças mais pobres.

Acrescente-se, ainda, a atuação governamental desde o início da pandemia, na execução de ações para mitigar os efeitos negativos sobre a vida da população

cearense, como a ampliação do número de famílias beneficiárias do Cartão Mais Infância Ceará; entrega do Vale Gás Social; isenção de pagamento das faturas referentes ao consumo de água (Cagece); pagamento da conta de luz para famílias de baixa renda; entrega de cartões vale alimentação para alunos da Rede Estadual de Ensino; entre outras.

A seguir serão apresentados os elementos do panorama socioeconômico e as perspectivas da economia que dão suporte às diretrizes estratégicas do Plano Plurianual e, conseqüentemente, à elaboração dos programas.

1. DESEMPENHO E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA CEARENSE

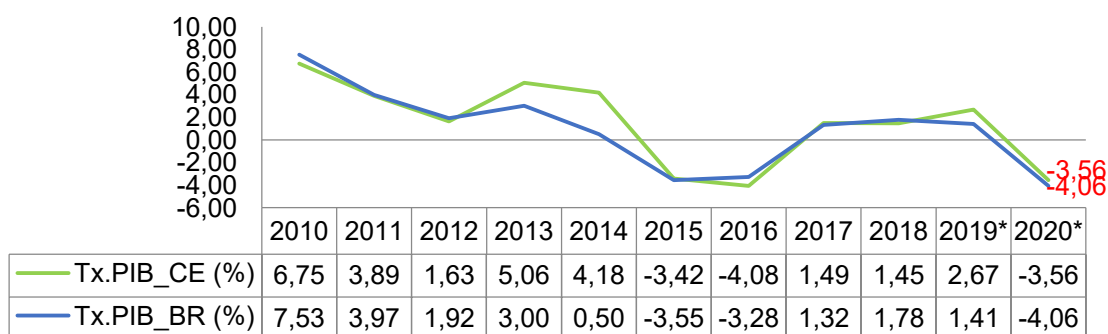
1.1. O Desempenho da Economia Cearense

O Ceará responde pela 12ª economia do País e pela 3ª da Região Nordeste. O PIB Cearense¹ abrange 2,23% do PIB Brasileiro e 15,52% do PIB Nordestino, correspondendo a R\$ 155,90 bilhões. Sua economia está sustentada principalmente nas atividades ligadas aos Serviços (76,74%), seguidos da Indústria (18,09%) e da Agropecuária, que participa com 5,17%.

Ao se analisar o período de 2010 a 2020 (Gráfico 1), no intervalo 2014-2016 ocorreu a crise macroeconômica em decorrência do forte déficit fiscal do Governo Federal; da perda de confiança do setor privado na economia e da crise política, iniciada a partir do impeachment da presidente Dilma Rousseff. Entre 2017-2019 ocorreu uma retomada do crescimento econômico, porém interrompida pela crise macroeconômica em 2020 causada pelos efeitos da pandemia da Covid-19 iniciada em março de 2020.

¹ Dados referentes ao PIB do ano de 2018, no qual corresponde ao último ano definitivo divulgado pelo IBGE.

Gráfico 1: Evolução da Taxa de Crescimento (%) do Produto Interno Bruto (PIB) Ceará x Brasil, 2010-2020.



Fonte: IBGE e IPECE. Elaboração: IPECE.

(*) 2019 e 2020 - dados preliminares, sujeitos a alterações quando o IBGE divulgar os dados definitivos.

A Pandemia da Covid-19 causou fortes impactos negativos na economia, em decorrência das medidas de isolamento social para a redução de contaminações e mortes, o que resultou em períodos de fechamento das atividades econômicas não essenciais, impactando fortemente as atividades econômicas dos setores dos serviços e da indústria.

Com a redução do nível de produção nesses setores, o mercado de trabalho apresentou aumento no nível de desemprego, o que acarretou a redução da massa salarial, gerando redução do consumo das famílias. Além disso, a queda do faturamento das empresas ocasionou um forte declínio do investimento privado, assim como o investimento público federal, que também declinou como consequência do forte desequilíbrio fiscal causado pela queda das receitas; pelo aumento dos gastos com saúde e pelo aumento das transferências aos Estados, via auxílio emergencial.

Apesar da queda de receitas e do aumento de gastos com saúde registrados nas contas públicas cearense, o Governo Estadual pode manter a sua agenda de investimentos, dada a manutenção e sustentabilidade da trajetória de equilíbrio fiscal.

O primeiro trimestre de 2021 registra crescimento do PIB, como verificado na Tabela 1, indicando que a retomada do crescimento deve-se perdurar durante todo o ano.

Tabela 1: Taxa de Crescimento (%) - Trimestral (variação em volume em relação ao mesmo período do ano anterior) Ceará e Brasil - 1º Trimestre/2021.

Setores/Atividades	1º Trimestre /2021	
	Ceará	Brasil
Agropecuária	1,80	5,2
Indústria	7,17	3,0
Serviços	-0,51	-0,8
Valor Adicionado (VA)	1,28	0,8
Produto Interno Bruto (PIB)	1,14	1,0

Fonte: IPECE e IBGE. Elaboração dos autores.

Obs.: dados preliminares, sujeitos a alterações.

Analisando o comportamento do PIB, em relação as Regiões de Planejamento, de forma a dimensionar a concentração produtiva, mesmo no Interior do Estado, pode-se observar que a Grande Fortaleza detém a maior participação em relação ao PIB do Ceará com 64,64%, seguida de duas outras Regiões de Planejamento que integram Regiões Metropolitanas - Cariri (7,62%) e Sertão de Sobral (4,57%).

Na análise histórica, quando se compara o ano de 2018 em relação ao ano de 2002, praticamente todas as Regiões de Planejamento mantiveram participações constantes, apesar de haver mudanças significativas quando comparados com os anos de 2010 e de 2017.

Tabela 2: Participações no PIB, a preços correntes, de acordo com a Região de Planejamento – Ceará – 2002, 2010, 2017 e 2018.

Região de Planejamento	Produto Interno Bruto, a preços correntes (R\$ 1.000)				Participação PIB Região / PIB Total (%)			
	2002	2010	2017	2018	2002	2010	2017	2018
Grande Fortaleza	18.516.703	51.923.686	93.153.682	100.776.679	64,48	65,45	62,98	64,64
Cariri	2.068.248	5.894.419	11.996.165	11.874.893	7,20	7,43	8,11	7,62
Sertão de Sobral	1.381.182	3.622.505	6.774.857	7.121.437	4,81	4,57	4,58	4,57
Vale do Jaguaribe	1.018.207	2.550.602	5.274.639	5.479.275	3,55	3,21	3,57	3,51
Serra da Ibiapaba	620.701	1.780.235	3.958.771	4.235.655	2,16	2,24	2,68	2,72
Litoral Oeste / Vale do Curu	804.664	2.298.862	4.173.790	4.171.907	2,80	2,90	2,82	2,68
Sertão Central	708.648	1.934.842	3.826.927	3.947.993	2,47	2,44	2,59	2,53
Litoral Norte	593.473	1.803.666	4.095.766	3.922.859	2,07	2,27	2,77	2,52
Centro Sul	775.540	2.075.409	3.719.470	3.846.879	2,70	2,62	2,51	2,47
Sertão de Crateús	654.656	1.511.740	2.945.647	2.856.590	2,28	1,91	1,99	1,83
Litoral Leste	516.095	1.393.528	2.983.869	2.820.445	1,80	1,76	2,02	1,81
Maciço de Baturité	457.269	1.136.465	2.281.656	2.242.459	1,59	1,43	1,54	1,44
Sertão de Canindé	369.881	865.371	1.611.003	1.485.587	1,29	1,09	1,09	0,95
Sertão de Inhamuns	233.574	544.970	1.125.291	1.121.169	0,81	0,69	0,76	0,72
Ceará	28.718.840	79.336.299	147.921.534	155.903.825	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios/IBGE. Elaboração: IPECE.

1.1.1. O Setor Agropecuário

A estimativa da produção de grãos do Ceará em 2020 foi de 791.187 toneladas, sendo 41,4% maior do que a safra registrada em 2019, segundo informações apresentadas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola LSPA/IBGE. Vale ressaltar que a produção de grãos em 2020 foi a maior registrada no Estado desde 2012 (Tabela 3).

Entre as culturas de grãos no Ceará, o milho foi o destaque em 2020, atingindo uma produção de 633.984 toneladas, ou seja, crescimento de 49,67% em relação à safra de 2019 e correspondeu à participação de 80,13% da produção total de

grãos do Estado. A produção de feijão e arroz também apresentaram bom desempenho em 2020, com crescimento de 13,33% e 3,07%, respectivamente, quando comparadas com o ano de 2021.

A produção de grãos foi beneficiada por condição climática favorável, ocorrida em todas as Regiões do Estado do Ceará, com uma distribuição temporal e espacial adequada para esse tipo de cultura.

Tabela 3: Produção de grãos (t), Ceará, 2019-2020.

Produção de Grãos	Produção (t) 2019*	Estimativa (t) 2020*	Variação (%) 2020/2019	Participação (%) 2020
Arroz	15.877	16.364	3,07	2,07
Feijão	110.067	124.743	13,33	15,77
Milho	423.601	633.984	49,67	80,13
Outros Grãos	9.913	16.096	62,37	2,03
Total	559.458	791.187	41,4	

Fonte: PAM & LSPA/IBGE. Elaboração: IPECE.

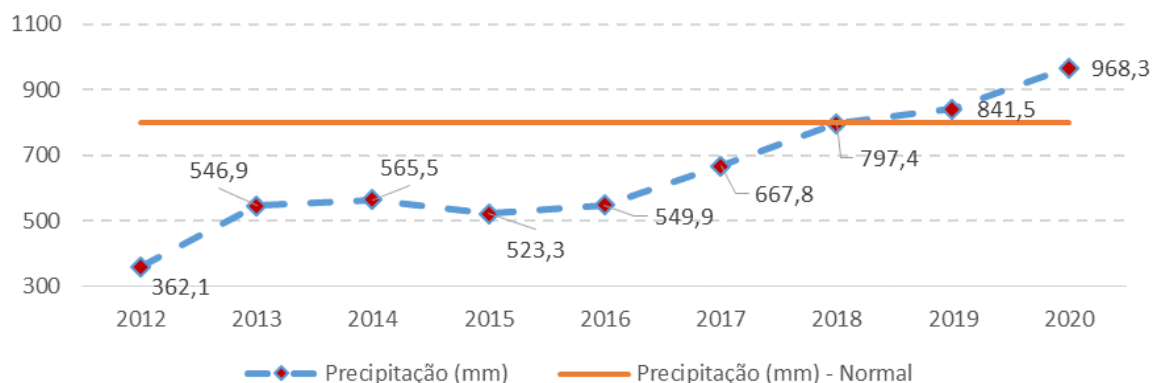
Nota: (*) Os dados de 2019 referem-se aos valores da Produção Agrícola Municipal (PAM), e os dados de 2020 correspondem a estimativa da safra colhidos pelo LSPA/IBGE. Não foram computados os dados de produção de sementes de milho levantados pela LSPA, para que as informações da LSPA fossem compatibilizadas com a PAM.

Esse incremento da produção de grãos do Ceará, em 2020, foi em grande parte beneficiado pela ocorrência de chuvas acima da média (800,6mm), o que possibilitou a recarga de pequenos açudes e a ampliação de áreas de baixios e de várzeas, proporcionando aos agricultores uma melhor disponibilidade hídrica e boas condições de umidade do solo para o plantio.

As chuvas registradas entre fevereiro e maio de 2020 no Ceará, conforme dados pluviométricos da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), foram 21,3% acima da Normal Climatológica (fevereiro-maio: 600,7mm), com um acumulado de chuvas de 728,6mm.

No que se refere à pluviosidade anual de 2020, verificou-se um volume de chuvas de 968,3mm, sendo 20,9% superior a Normal Climatológica Anual do Estado do Ceará (800,6mm) (Gráfico 2).

Gráfico 2: Precipitação Pluviométrica, Ceará, 2012-2020.



Fonte: Funceme. Elaboração: IPECE.

Em 2020, a produção agrícola do Ceará foi boa também para a fruticultura, que apresentou crescimento de 17,55%, comparado com 2019. As chuvas ocorridas em 2020 foram mais regulares, começando ainda no mês de janeiro e seguindo nos meses subsequentes, fato que animou os produtores de frutas. Além do aumento da água para a irrigação em algumas regiões, favorecendo para uma maior colheita de frutas e hortaliças.

Dessa forma, a produção de maracujá (37,5%) e coco-da-baía (33,8%) foram as maiores para 2020, comparado com 2019. As principais frutas que atendem ao mercado internacional também tiveram aumento na produção, a destacar: mamão (28,8%), melancia (17,2%), melão (7,22%) e banana (5,9%). Com relação a produção de castanha de caju, esta indicou queda de 2,8%, explicada pelo prolongamento da quadra chuvosa nas principais regiões produtoras, além de ter sido identificada a ocorrência da cochonilha, oídio, broca das castanhas e fortes ventos, que derrubaram as flores do fruto² (Tabela 4).

A produção de hortaliças também registrou crescimento em 2020 comparada com 2019, com taxa de 5,91%. O tomate foi a principal cultura desse grupo, tendo registrado crescimento na produção de 11,9%.

² Informações obtidas no Relatório do LSPA de dezembro de 2020.

Tabela 4: Produção Obtida e Estimativa de Frutas e Hortaliças no Ceará - 2019-2020 (Ton).

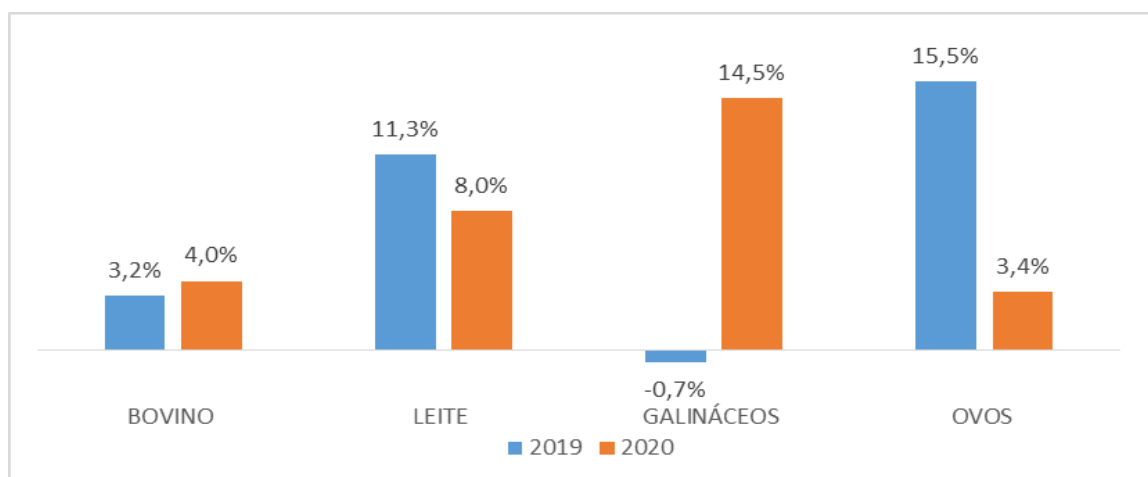
Produção de Frutas	Produção 2019	Estimativa 2020*	Variação (%) 2020/2019
Maracujá	145.102	199.565	37,53
Coco-da-baía **	302.748	405.019	33,78
Mamão	118.717	152.862	28,76
Melancia	50.677	59.391	17,20
Manga	42.701	48.171	12,81
Goiaba	19.795	21.272	7,46
Melão	68.866	73.838	7,22
Banana	406.334	430.336	5,91
Castanha	87.659	85.177	-2,83
Tomate	157.060	175.820	11,94

Fonte: IBGE. Notas: (*) As quantidades de 2018 e 2019 refere-se as estimativas obtidas pela LSPA. (**) Produção em mil frutos. Elaboração: IPECE.

As atividades da pecuária também mostraram bons resultados em 2020, mesmo com os efeitos causados pela pandemia do Covid-19. Conforme estimativas, a produção de leite para 2020 apresentou crescimento de 8,0%, comparado com 2019, indicando que a atividade continua em ascensão. A produção de galináceos cresceu 14,5%, estimulada pelo aumento da demanda de carne de frango devido o aumento da carne bovina.

Quanto a produção de ovos o crescimento estimado para o ano de 2020 foi de 3,4%, comparado com 2019. Com relação a produção bovina a estimativa para 2020 indicou crescimento de 4,0%, taxa maior do que a registrada em 2019 (Gráfico 3).

Gráfico 3: Taxa de crescimento das Atividades da Pecuária - Ceará - 2019-2020.



Fonte: IBGE/IPECE. Elaboração: IPECE.

Neste contexto, verificou-se que o setor agropecuário foi o menos afetado pela pandemia mas, ainda assim, houve momentos de desequilíbrio e perdas. O começo de 2020 foi marcado por incertezas quanto à exportação de frutas, pois os países de destino estavam vivendo o primeiro momento de surto da pandemia. Porém, a partir do segundo semestre, as exportações aumentaram, encerrando o ano com crescimento. No mercado interno, em algumas cidades cearenses, os produtores tiveram dificuldade de escoar a mercadoria devido as barreiras sanitárias, prejudicando a comercialização. Na parte de hortaliças, houve aumento das vendas devido a maior demanda das pessoas por esses produtos.

Ao analisar o setor agropecuário por Regiões de Planejamento, constatou-se, para 2018, que a Região do Cariri permaneceu com a maior participação (14,17%), mesmo com perda, em relação a 2017. A Região da Serra da Ibiapaba concentrou 12,03% de participação do Valor Adicionado Bruto (VBP) da agropecuária do Ceará em 2018, destacada pelo fato de ser uma Região serrana, com característica climáticas favoráveis para a produção de hortaliças e, algumas frutas, principalmente a banana.

A Região do Vale do Jaguaribe participou com 11,74% em 2018 do VBP da agropecuária do Ceará. A Região é grande produtora de frutas e destaca-se por ser a principal bacia leiteira do Ceará. A Grande Fortaleza apresentou-se como a quarta maior no setor agropecuário, com 11,5% de participação. Os municípios como Caucaia, Pacatuba, Maranguape, dentre outros, ainda possuem grandes núcleos de áreas rurais.

As Regiões com menores participações do VAB do setor agropecuário, em 2018, foram Sertão dos Inhamuns (1,82%) e Sertão de Canindé (1,85%). Nessas Regiões, a média observada do volume de chuva é a menor do Ceará, sendo que apresentam maior dificuldade para desenvolver atividades agrícolas.

O setor agropecuário ganhou participação em cinco Regiões de Planejamento: Serra da Ibiapaba (2,24 p.p.); Centro Sul (0,95 p.p.); Sertão de Sobral (0,62 p.p.); Sertão do Inhamuns (0,13 p.p.) e Serra de Baturité (0,13 p.p.). Por outro lado, as Regiões que mais perderam participação foram: Litoral Oeste (1,55 p.p.); Cariri (-1,05 p.p.) e Litoral Leste (0,49 p.p.).

Tabela 5: Regiões de Planejamento com maiores participações na atividade da agropecuária – Ceará – 2002, 2010, 2017 e 2018.

Região de Planejamento	Valor Adicionado Bruto da Agropecuária, a preços correntes (R\$ 1.000)				Participação Agropecuária Região/Agropecuária Total Ceará			
	2002	2010	2017	2018	2002	2010	2017	2018
Cariri	229.448	390.710	1.139.391	1.004.721	12,17	11,18	15,22	14,17
Serra da Ibiapaba	156.519	351.872	732.708	853.114	8,30	10,07	9,79	12,03
Vale do Jaguaribe	226.031	456.674	917.520	832.717	11,99	13,06	12,25	11,74
Grande Fortaleza	210.166	453.133	862.493	815.830	11,15	12,96	11,52	11,50
Litoral Leste	78.325	249.129	571.772	507.085	4,15	7,13	7,64	7,15
Maciço de Baturité	105.170	265.103	514.233	496.306	5,58	7,58	6,87	7,00
Centro Sul	138.022	207.873	396.386	442.952	7,32	5,95	5,29	6,25
Litoral Norte	89.233	184.114	428.726	399.669	4,73	5,27	5,73	5,64
Litoral Oeste/Vale do Curu	123.795	228.926	528.882	391.173	6,57	6,55	7,06	5,52
Sertão Central	163.322	204.248	413.734	382.861	8,66	5,84	5,53	5,40
Sertão de Sobral	88.990	158.064	343.095	368.960	4,72	4,52	4,58	5,20
Sertão dos Crateús	134.611	161.577	362.139	336.519	7,14	4,62	4,84	4,74
Sertão de Canindé	79.033	123.572	150.084	131.506	4,19	3,53	2,00	1,85
Sertão dos Inhamuns	62.417	60.918	126.454	128.883	3,31	1,74	1,69	1,82
Total Geral	1.885.081	3.495.911	7.487.618	7.092.296	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios/IBGE. Elaboração: IPECE.

1.1.2. O Setor Industrial

A indústria desempenha um papel de relevo no desenvolvimento de qualquer economia. Sua contribuição se dá por diversos meios e perpassa, dentre outros, a geração de inovação; a agregação de valor à produção; os ganhos de produtividade e os encadeamentos e transbordamentos setoriais. Para o Estado do Ceará, tal leitura também é válida.

A análise em tela considera a indústria geral e seus segmentos e aborda os anos de 2017 a 2020, com ênfase nos dois últimos. Vale relembrar que o setor industrial

é composto pelas atividades de extrativa mineral; de transformação; construção civil e eletricidade, gás e água (SIUP). A presente seção traz também um destaque para a indústria de transformação, principal segmento industrial cearense, se utilizando de uma abordagem complementar. Por fim, traz uma avaliação da indústria nas Regiões de Planejamento do Estado.

Inicialmente, a partir do crescimento real do Valor Adicionado Bruto (VAB), é possível avaliar o desempenho produtivo das atividades industriais no período considerado. A utilização do VAB é oportuna pois se trata de uma medida comumente associada ao que seria o Produto Interno Bruto (PIB) destas atividades.

No tocante ao indicador, em 2017 e 2018, a Indústria geral cearense registrou seguidas retrações anuais, respectivamente, de -2,8% e -2,0%, alongando a repercussão do período de crise da economia nacional iniciado ainda em 2015. Em 2017, a principal contribuição negativa veio da atividade de Construção civil, com retração de -11,4%, cuja justificativa reside principalmente nos desdobramentos da crise econômica. Já em 2018, a principal explicação ficou por conta da atividade de Eletricidade, gás e água, com uma retração de -4,9%, que interrompeu um ciclo de crescimento contínuo observado nos últimos anos. Tal resultado negativo pode ser associado, em especial, à redução na geração de energia dos parques eólicos e das termelétricas no território cearense.

O ano de 2019, diferente dos anteriores, marcou uma reversão do cenário de quedas contínuas no VAB industrial. Na comparação com 2018, Indústria geral apresentou uma forte expansão, com alta de 5,0%. O desempenho positivo pode ser atribuído à melhora do cenário macroeconômico nacional, com destaque para o avanço de reformas estruturantes, o controle da inflação e para redução consistente dos juros. Do ponto de vista local, a manutenção de um ambiente relativamente favorável ao desenvolvimento dos negócios, baseado especialmente na solidez fiscal, na segurança jurídica e nos investimentos conduzidos pelo Estado, contribuiu para o crescimento observado. De fato, à exceção da Indústria extrativa, os demais segmentos registraram taxas positivas para evolução real da produção. Dentre estas, destaques para o segmento da Construção civil, com alta expressiva de 10,3%, e para Eletricidade, gás e água, com expansão de 7,3%.

Já o ano de 2020, marcado pela pandemia da Covid-19, apresentou um resultado para o desempenho da economia descolado dos fundamentos econômicos característicos dos anos anteriores e totalmente influenciado pela evolução da doença e de suas consequências, em especial pelas medidas de proteção a saúde

pública e pela rede de apoio econômico e social estabelecida para amenizar os efeitos deletérios da crise sanitária. Ao final do período, a indústria cearense registrou uma forte redução de -7,1%, refletindo retrações igualmente intensas para maioria dos seus segmentos, com destaque para Indústria de transformação (-7,0%) e para Eletricidade, gás e água (-12,5%). A atividade da Construção civil foi a única com crescimento (0,6%), traduzindo o resultado de uma conjuntura peculiar que combinou juros baixos, elevação de poupança e de transferências governamentais.

Os números até aqui comentados podem ser visualizados na tabela 5, a seguir. Nela também é possível observar o desempenho para o Brasil. Em geral, a economia cearense apresentou nos anos observados um desempenho mais intenso e volátil que o nacional, indicando uma maior sensibilidade da economia local aos fenômenos que caracterizaram o período.

Tabela 6: Taxa de Crescimento Anual do Valor Adicionado Bruto da Indústria Geral e das Atividades Industriais – Ceará e Brasil – 2017 a 2020.

Indústria Geral e Atividades Industriais	Taxa de Crescimento Anual (%)			
	2017	2018	2019	2020
Ceará				
Indústria Geral	-2,8	-2,0	5,0	-7,1
Indústria Extrativa	-1,2	3,2	-7,2	-69,2
Indústria da Transformação	2,8	-0,9	1,6	-7,0
Construção Civil	-11,4	-1,8	10,3	0,6
Eletricidades e Gás, Água e Esgoto	0,7	-4,9	7,3	-12,5
Brasil				
Indústria Geral	-0,5	0,7	0,4	-3,5
Indústria Extrativa	4,9	0,4	-0,9	1,3
Indústria da Transformação	2,3	1,4	0,0	-4,3
Construção Civil	-9,2	-3,0	1,5	-7,0
Eletricidades e Gás, Água e Esgoto	0,9	3,7	1,7	-0,4

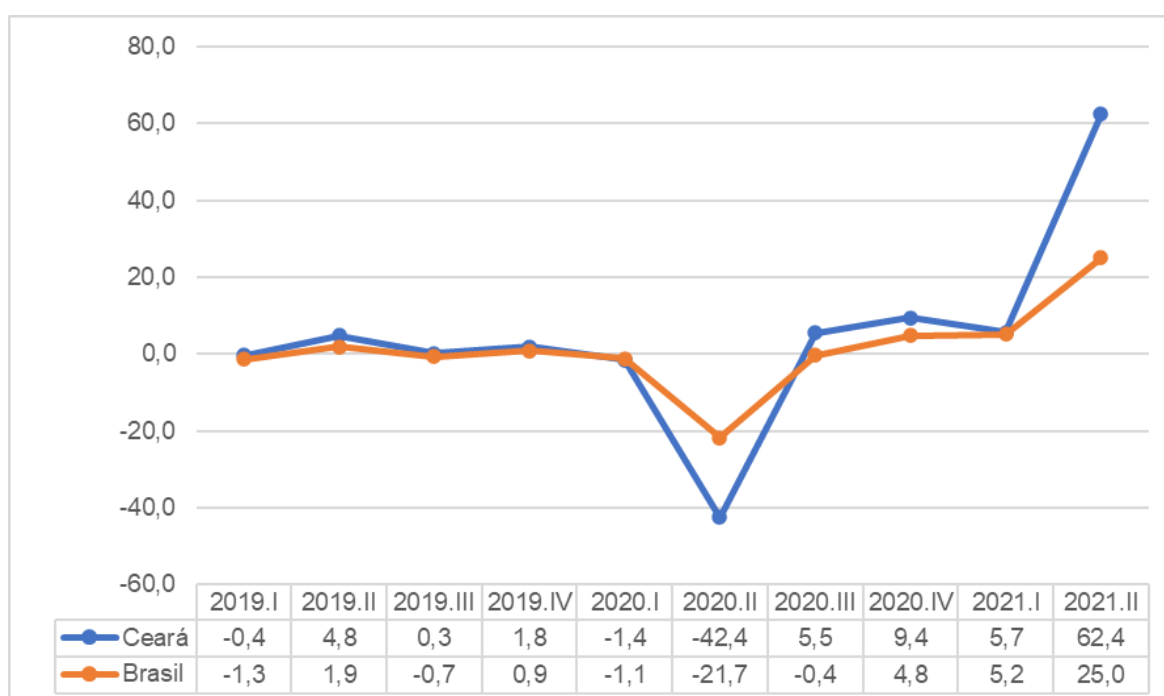
Fonte: IBGE e IPECE. Elaboração: IPECE. Notas: (1) Taxa de crescimento em relação ao ano anterior; (2) Anos de 2019 e 2020 com resultados preliminares e passíveis de ajustes.

Após a análise do desempenho das atividades industriais, a partir da evolução real do VAB, faz-se uma análise em destaque da Indústria da transformação. A avaliação que segue é complementar a anterior e permite observar os resultados mais recentes para o segmento, bem como observá-los em maior frequência temporal (trimestral), o que permite melhor compreender a dinâmica da

produção. Para tanto, utiliza-se o indicador que mensura a evolução da produção física industrial, que também traduz a ideia de crescimento real.

Neste caso, se considera o período entre o primeiro trimestre de 2019 e o segundo trimestre de 2021, tanto para o Ceará como para o Brasil. O Gráfico 4, a seguir, apresenta as taxas de crescimento e o comportamento destas ao longo do tempo. É possível identificar um comportamento mais suave na dinâmica da produção ao longo de 2019, com a indústria cearense registrando seguidos resultados superiores ao seu par nacional.

Gráfico 4: Taxa de Crescimento Anual da Produção da Indústria de Transformação – Ceará e Brasil – primeiro trimestre de 2019 ao segundo trimestre de 2021.



Fonte: IBGE (PIM/PF). Elaboração: IPECE.

Já em 2020, ficam claros os efeitos da pandemia, que se mostraram mais intensos no segundo trimestre e mais impactantes para indústria local em relação ao parque nacional. Na segunda metade do ano inicia-se um processo de retomada da produção que também se mostrou mais intenso localmente, mas ainda assim, insuficiente para reverter as perdas acumuladas, como se percebeu pela análise do VAB. O ano de 2021, pelo menos em sua primeira metade, manteve a trajetória de crescimento para as produções industriais cearense e do Brasil, sendo que esta última em um ritmo inferior.

Por fim, é válido observar a evolução da atividade industrial sob a ótica das Regiões cearenses. Antes, porém, é necessário destacar que neste tipo de análise existem algumas particularidades e limitações que são associadas aos dados utilizados, a saber: (a) a análise se dá a partir dos dados de VAB, derivados do PIB dos municípios e cuja disponibilidade alcança ano de 2018; (b) a análise considera valores correntes e participações estruturais, não se abordando as taxas de crescimento.

A tabela 6 apresenta o VAB industrial para as Regiões de Planejamento do Estado e a respectiva participação no VAB industrial total do Ceará para os anos de 2010, 2017 e 2018. É possível avaliar a evolução do valor adicionado a preços correntes e, principalmente, a importância relativa de cada Região para indústria cearense e como tal relevância tem evoluído ao longo dos anos.

Tabela 7: Valor Adicionado Bruto da Indústria e Participação na Indústria Cearense – Regiões de Planejamento do Estado – 2010, 2017 e 2018.

Região de Planejamento	Valor Adicionado Bruto da Indústria, a preços correntes (R\$ 1.000.000)			Participação Indústria Região/Indústria Total Ceará (%)		
	2010	2017	2018	2010	2017	2018
Grande Fortaleza	11.399	16.149	18.418	75,10	72,71	74,28
Sertão de Sobral	889	1.264	1.289	5,85	5,69	5,20
Cariri	793	983	1.048	5,22	4,43	4,23
Vale do Jaguaribe	362	577	760	2,38	2,60	3,06
Litoral Oeste/Vale do Curu	440	712	723	2,90	3,21	2,92
Litoral Norte	274	668	623	1,81	3,01	2,51
Litoral Leste	237	447	491	1,56	2,01	1,98
Sertão Central	266	457	489	1,75	2,06	1,97
Serra da Ibiapaba	110	373	402	0,72	1,68	1,62
Centro Sul	182	187	212	1,20	0,84	0,86
Sertão dos Crateús	86	119	125	0,57	0,54	0,50
Maciço de Baturité	72	111	96	0,48	0,50	0,39
Sertão de Canindé	42	97	72	0,28	0,44	0,29
Sertão dos Inhamuns	26	64	48	0,17	0,29	0,19
Ceará	15.178	22.210	24.796	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE e IPECE. Elaboração própria.

Considerando as Regiões que responderam pela maior parcela do VAB industrial no Estado, a Grande Fortaleza encabeça a lista, concentrando 74,28% do valor adicionado total da indústria, em 2018. Na sequência, mantiveram-se as Regiões do Sertão de Sobral e do Cariri. Neste mesmo ano, a participação do Sertão Sobralense foi de 5,20%, enquanto a indústria no Cariri passou a responder por 4,23% do VAB total da manufatura cearense.

Na comparação com 2017, a participação da Grande Fortaleza registrou alta de 1,57 pontos percentuais (p.p.) e se colocou como a maior elevação entre todas as catorze Regiões do Estado. Além da Capital e de seu entorno, o Vale do Jaguaribe foi a única Região a experimentar aumento de participação na indústria cearense. Com uma elevação de 0,46 p.p., a indústria local passou a responder por 3,06% do VAB total da atividade. Na Grande Fortaleza, os destaques da atividade industrial são as produções de alimentos, bebidas, têxtil, vestuário, metalurgia e minerais. No Vale do Jaguaribe, a indústria de transformação também se sobressai com as atividades de metalurgia e minerais, e alimentos e bebidas.

A maioria das Regiões de Planejamento do Estado registrou redução da participação na indústria cearense, no movimento que é, em boa parte, explicado pela própria expansão observada na Grande Fortaleza. Entre esses movimentos de baixa, as maiores foram observadas nas Regiões do Sertão de Sobral (-0,50 p.p.) e Litoral Norte (-0,50 p.p.). No Sertão Sobralense, a produção de couros e calçados é o destaque industrial, ao passo que no Litoral Norte tem-se a geração de energia elétrica como principal atividade manufatureira.

A análise sintetizou o desempenho da indústria cearense nos anos recentes. Em destaque, tem-se a recuperação alcançada em 2019, após anos seguidos de retrações associadas aos efeitos prolongados da crise econômica nacional de 2015 e 2016. O crescimento que poderia significar uma retomada mais firme da atividade foi, em 2020, suplantado pelo evento excepcional em que se configurou a crise sanitária da Covid-19, que teve claros e graves rebatimentos sobre a economia e sobre a indústria em particular. Já a análise regional, embora não alcançando esse período mais recente, mostrou como os resultados em 2017 e 2018 se dissiparam sobre as Regiões Estaduais, explicitando um desempenho concentrador em favor da Capital e seu entorno.

1.1.3. O Setor de Serviços

O setor de Serviços é o que apresenta a maior participação na composição do PIB Cearense, com 76,74% do VAB em 2018, último dado disponível, seguido pelas participações da Indústria (18,09%) e da Agropecuária (5,17%).

Dentre as atividades que compõem o setor em 2018, a Administração pública (23,67%) é a que detém a maior participação no VAB Estadual, seguida pela atividade de Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas

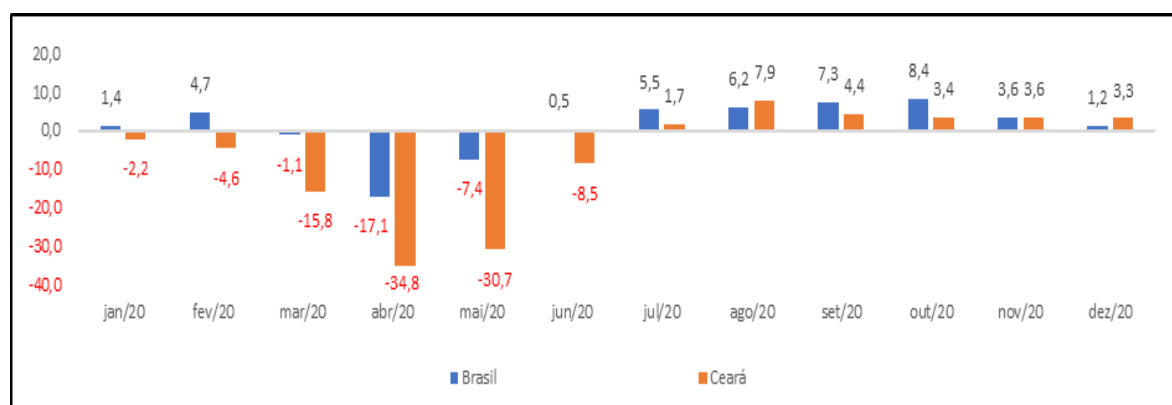
(14,54%) e pelas Atividades Imobiliárias (10,49%) para listar as três mais importantes.

Na sequência, tem-se outras atividades relevantes como Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares (8,01%); Educação e saúde privadas (4,05%); Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (3,91%); Alojamento e alimentação (3,34%); Transporte, armazenagem e correio (3,26%); e Informação e comunicação (2,18%).

Por fim, têm-se Outras atividades de serviços (3,30%); formada pelas Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços (2,15%) e pelos Serviços domésticos (1,15%).

A partir dos dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível observar que o varejo comum nacional iniciou o ano de 2020 registrando crescimentos consecutivos nos meses de janeiro (+1,4%) e fevereiro (+4,7%) comparados a iguais meses do ano passado. Contudo, a partir de março (-1,1%) o varejo nacional passou a registrar quedas sucessivas nas vendas, seguido de abril (-17,1%) que registrou a maior queda mensal como consequência das medidas de isolamento social adotadas em vários Estados do País. Em maio (-7,4%), as vendas do varejo comum nacional ainda apresentaram forte queda, em função da continuidade das medidas. Contudo, a partir de junho, as vendas do varejo nacional apresentaram nítida recuperação, passando a registrar variações positivas até o final do ano (Gráfico 5).

Gráfico 5: Evolução da variação mensal das vendas do varejo comum – Brasil e Ceará – dezembro/2019 a dezembro/2020 (%).



Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

Diferente do varejo nacional, a venda do varejo comum cearense registrou queda desde o início do ano, cuja magnitude se intensificou bastante a partir de março (-

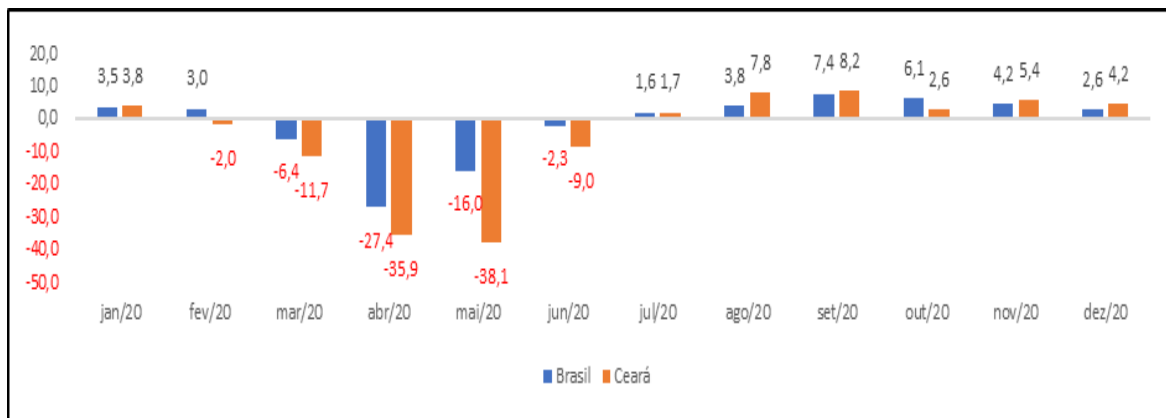
15,8%) como reflexo de fatores sazonais combinados com as medidas de isolamento social e de restrição de várias atividades econômicas pelo Governo Estadual, com objetivo de combater a disseminação da pandemia da Covid-19. Em abril (-34,8%) foi registrada a maior queda nas vendas do varejo comum estadual do ano, seguido por outra queda expressiva observada em maio (-30,7%).

Em junho (-8,5%), a magnitude da queda nas vendas caiu, revelando o início de uma recuperação. Vale destacar que a partir de julho de 2020, o varejo comum cearense passou a registrar variações mensais positivas consecutivas até o final do ano, finalizando dezembro com uma alta de 3,3%, revelando uma trajetória consistente de recuperação puxada por algumas atividades.

No Gráfico 6 é possível conhecer o desempenho das vendas do varejo ampliado que considera também as vendas de veículos e de material de construção. Semelhante ao varejo comum, o varejo ampliado nacional também apresentou altas nos dois primeiros meses do ano, seguido de quatro quedas mensais consecutivas, menos intensas relativamente. A partir de junho (-2,3%) inicia uma recuperação que se confirma nos seis meses seguintes, quando o varejo ampliado nacional passou a registrar variações mensais consecutivas até o final do ano.

O varejo ampliado cearense registrou alta em janeiro, seguido de quedas consecutivas, cujas maiores foram registradas nos meses de abril (-35,9%) e maio (-38,1%). Em junho (-9,0%) a queda foi ainda bastante expressiva, mas já dava sinais de um início de recuperação que se confirmou quando, a partir de julho, as vendas do varejo ampliado cearense passaram a registrar altas mensais consecutivas até o final do ano. As quedas observadas no varejo ampliado nos meses de abril e maio foram mais intensas na comparação com o varejo comum cearense revelando problemas nas vendas de automóveis e de material de construção nos dois meses, especialmente no segundo.

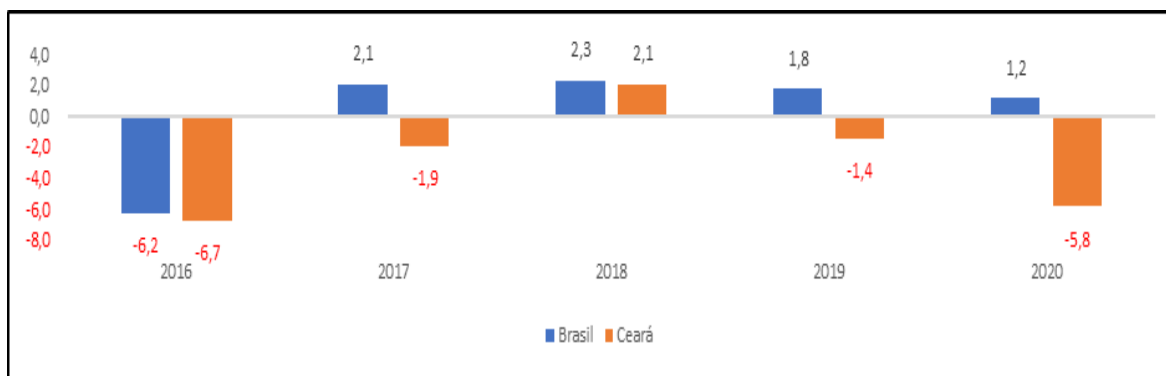
Gráfico 6: Evolução da variação mensal das vendas do varejo ampliado – Brasil e Ceará – dezembro/2019 a dezembro/2020 (%).



Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

A partir da análise do Gráfico 7 é possível notar que a dinâmica das vendas mensais dos últimos seis meses do ano de 2020 contribuíram para que o varejo comum nacional encerrasse o ano com alta acumulada de 1,2%, comparada ao ano de 2019. Ou seja, ocorreu uma plena recuperação das perdas ocorridas no auge da pandemia. Por sua vez, o varejo comum cearense apresentou forte queda acumulada no ano de 2020 (-5,8%), segunda queda consecutiva, após a queda de 2019 (-1,4%), revelando que as variações mensais nos últimos seis meses do ano não foram capazes de compensar as perdas no período mais crítico da crise pandêmica.

Gráfico 7: Evolução da variação anual das vendas do varejo comum – Brasil e Ceará – acumulado do ano até dezembro/2016 a 2020 (%).

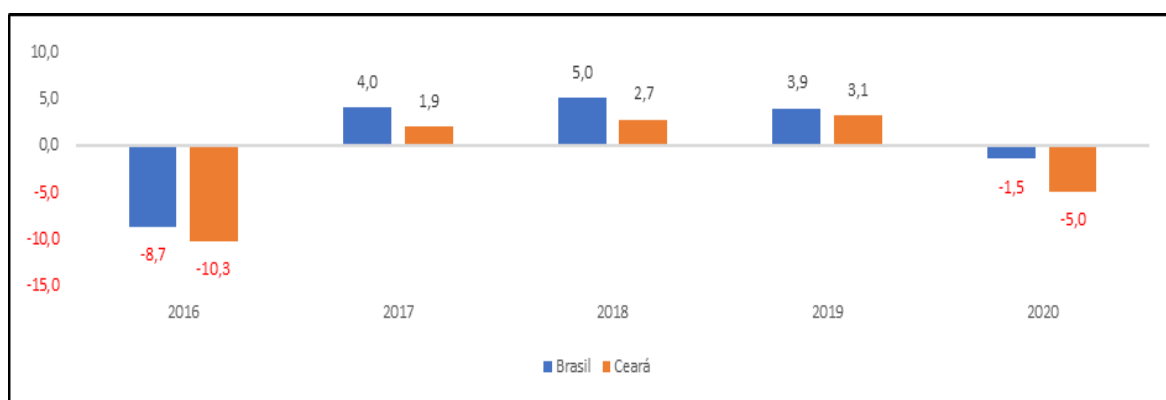


Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

Na sequência, é possível observar que as vendas do varejo ampliado nacional registraram queda no acumulado do ano de 2020 (-1,5%), mas bem inferior àquela registrada pelo varejo ampliado cearense (-5,0%), confirmando que o varejo

estadual sentiu mais intensamente as medidas de isolamento social, como já observado também no varejo comum. Vale destacar que a queda observada em 2020 só não foi maior que aquela observada em 2016 (-10,3%), ano de forte crise política e macroeconômica.

Gráfico 8: Evolução da variação anual das vendas do varejo ampliado – Brasil e Ceará – acumulado do ano até dezembro/2016 a 2020 (%).



Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

Pela análise da Tabela 7 é possível conhecer a variação mensal do volume de vendas do comércio varejista por atividades no Ceará para os meses de janeiro a dezembro do ano de 2020. Em janeiro de 2020, das treze atividades que formam o varejo estadual, sete apresentaram variação positiva.

Tabela 8: Variação mensal do volume de vendas do comércio varejista por atividades - Ceará - janeiro a dezembro/2020 (%).

Atividades	2020											
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Combustíveis e lubrificantes	3,7	-2,8	-20,3	-42,7	-39,4	-19,8	-4,2	-2,9	-1,9	-2,6	-5,3	-1,5
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-7,3	-4,1	-0,7	2,5	5,0	4,2	6,9	8,1	2,4	2,9	-1,4	3,4
Hipermercados e supermercados	-4,5	-1,8	2,1	6,3	8,1	3,8	9,7	9,4	4,9	4,4	0,3	3,2
Tecidos, vestuário e calçados	5,9	-9,5	-45,8	-95,4	-90,4	-52,4	-26,6	3,1	3,4	6,1	0,6	-5,2
Móveis e eletrodomésticos	-0,4	-4,2	-41,7	-85,1	-72,5	-15,1	3,0	10,5	-3,2	-3,7	16,7	5,0
Móveis	-7,9	-9,7	-48,2	-89,3	-69,9	-4,5	27,4	47,2	21,9	26,2	13,5	8,4
Eletrodomésticos	6,6	1,4	-35,6	-82,0	-73,8	-22,1	-11,3	-9,8	-17,7	-20,5	16,2	-0,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-4,9	-5,2	-6,0	-19,6	-9,3	1,3	9,9	3,0	4,4	5,1	4,7	8,3
Livros, jornais, revistas e papelaria	11,2	20,9	-44,1	-94,0	-95,6	-53,1	5,2	-32,9	28,1	-8,9	-21,2	-11,0
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-12,4	-1,2	-11,1	-48,3	-39,4	17,4	21,9	31,8	31,0	27,8	19,8	36,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	4,5	-4,9	-28,0	-60,1	-54,7	-6,0	6,8	18,1	19,0	7,8	9,3	8,3
Veículos, motocicletas, partes e peças	14,8	-1,0	-1,3	-34,4	-53,9	-16,9	-5,4	-3,3	12,7	-2,3	7,8	7,4
Material de construção	20,5	18,8	-7,5	-49,1	-49,7	13,9	23,6	38,9	25,1	11,3	12,7	3,0

Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

As cinco maiores altas ocorridas em dezembro de 2020 foram observadas nas vendas de Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+36,0%); Móveis (+8,4%); Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+8,3%); Outros artigos de uso pessoal e doméstico (+8,3%); e Veículos, motocicletas, partes e peças (+7,4%). Por outro lado, as quedas observadas em dezembro de 2020 ocorreram nas vendas de Livros, jornais,

revistas e papelaria (-11%); Tecidos, vestuário e calçados (-5,2%); Combustíveis e lubrificantes (-1,5%); e Eletrodomésticos (-0,6%).

De acordo com a Tabela 9, é possível conhecer a variação anual do volume de vendas do varejo nacional e cearense por atividades para o acumulado do ano até dezembro dos últimos cinco anos. Nota-se que no ano de 2016, nenhuma atividade do varejo cearense havia registrado crescimento. Em 2017, um total de seis atividades passaram a registrar variação positiva. No ano de 2018, esse número cresceu para dez atividades. Em 2019, o número de atividades com variação acumulada positiva caiu para seis. Por fim, apesar da recuperação observada nas vendas em várias atividades ao longo dos últimos meses do ano, apenas quatro atividades apresentaram crescimento nas vendas no acumulado até dezembro de 2020 como consequência das medidas restritivas e de isolamento social.

Tabela 9: Variação anual do volume de vendas do comércio varejista por atividades - Acumulado do ano até dezembro/2016 a 2020 (%).

Atividades	Brasil					Ceará				
	2016	2017	2018	2019	2020	2016	2017	2018	2019	2020
Combustíveis e lubrificantes	-9,2	-3,3	-4,9	0,6	-9,7	-4,6	-24,3	-2,5	-2,3	-11,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-3,1	1,5	3,8	0,4	4,8	-3,1	-0,4	2,3	-7,4	1,8
Hipermercados e supermercados	-3,1	1,9	4,0	0,6	6,0	-2,8	-6,9	1,3	-8,1	3,8
Tecidos, vestuário e calçados	-10,9	7,6	-1,0	0,1	-22,7	-3,3	-2,8	0,2	2,1	-22,6
Móveis e eletrodomésticos	-12,6	9,5	-1,3	3,6	10,6	-17,7	-10,9	3,5	17,6	-15,8
Móveis	-12,1	1,4	-3,3	5,8	11,9	-1,9	-27,1	0,5	-3,8	-7,6
Eletrodomésticos	-12,8	11,6	0,2	2,8	10,0	-28,2	2,5	7,5	37,2	-21,8
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-2,1	2,5	5,9	6,8	8,3	-5,2	12,9	1,1	1,2	-0,7
Livros, jornais, revistas e papelaria	-16,1	-4,1	-14,3	-20,7	-30,6	-21,6	-15,1	-13,3	-12,3	-19,0
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-12,3	-3,1	0,2	0,8	-16,2	-10,9	15,4	4,6	-10,1	5,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-9,5	2,1	7,6	6,1	2,5	-11,6	9,5	6,8	-0,7	-5,6
Veículos, motocicletas, partes e peças	-14,0	2,7	15,1	10,0	-13,7	-16,7	7,2	6,5	13,6	-6,6
Material de construção	-10,7	9,2	3,5	4,2	10,8	-21,4	17,7	-2,8	13,7	5,8

Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

As quatro altas do varejo cearense no acumulado até dezembro de 2020 ocorreram nas vendas de Material de construção (+5,8%); Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+5,0%); Hipermercados e supermercados (+3,8%); e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (+1,8%). Por outro lado, as cinco maiores quedas do varejo cearense no acumulado até dezembro de 2020 ocorreram nas vendas de Tecidos, vestuário e calçados (-22,6%); Eletrodomésticos (-21,8%); Livros, jornais, revistas e papelaria (-19,0%); Móveis e eletrodomésticos (-15,8%); e Combustíveis e lubrificantes (-11,1%).

Vale ainda destacar a evolução da participação das Regiões de Planejamento no VAB da atividade de serviços cearense para os anos de 2002, 2010, 2017 e 2018. Como é possível observar na Tabela 10, a Região da Grande Fortaleza, que equivale a Região Metropolitana, concentrou 71,86% do VAB dos serviços cearenses em 2018, seguida pela Região do Cariri (7,35%); Sertão de Sobral (4,06%); Vale do Jaguaribe (2,74%) e Centro Sul (2,08%), apenas para listar as cinco maiores. A participação conjunta dessas Regiões caiu de 88,94%, em 2002, para 88,09%, em 2018, explicada principalmente pela perda de participação da Região da Grande Fortaleza.

Tabela 10: Regiões de Planejamento com maiores participações na atividade dos serviços (exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social) – Ceará – 2002, 2010, 2017 e 2018

Região de Planejamento	Valor Adicionado Bruto dos Serviços, a preços correntes (R\$ 1.000)				Participação Serviços Região/Serviços Total Ceará			
	2002	2010	2017	2018	2002	2010	2017	2018
Grande Fortaleza	8.669.386	24.805.145	48.693.967	52.296.021	74,77	72,80	69,96	71,86
Cariri	728.340	2.428.091	5.548.314	5.346.662	6,28	7,13	7,97	7,35
Sertão de Sobral	396.694	1.243.605	2.738.267	2.957.030	3,42	3,65	3,93	4,06
Vale do Jaguaribe	270.060	785.251	2.000.690	1.993.341	2,33	2,30	2,87	2,74
Centro Sul	247.607	786.775	1.540.263	1.511.160	2,14	2,31	2,21	2,08
Sertão Central	183.599	616.331	1.370.608	1.411.592	1,58	1,81	1,97	1,94
Serra da Ibiapaba	163.826	557.439	1.364.872	1.399.729	1,41	1,64	1,96	1,92
Litoral Oeste / Vale do Curu	196.819	715.228	1.257.538	1.290.569	1,70	2,10	1,81	1,77
Litoral Norte	160.902	504.017	1.365.279	1.243.068	1,39	1,48	1,96	1,71
Sertão dos Crateús	169.922	484.926	1.050.701	948.515	1,47	1,42	1,51	1,30
Litoral Leste	147.666	421.349	1.007.253	877.602	1,27	1,24	1,45	1,21
Maciço de Baturité	106.672	284.974	681.639	626.118	0,92	0,84	0,98	0,86
Sertão de Canindé	96.623	268.242	573.533	477.571	0,83	0,79	0,82	0,66
Sertão dos Inhamuns	56.011	172.895	409.175	391.102	0,48	0,51	0,59	0,54
Ceará	11.594.125	34.074.269	69.602.096	72.770.081	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios/IBGE. Elaboração própria. Nota: Ordenado pelo ano mais recente. Elaboração: IPECE.

Na comparação entre os anos de 2002 e 2018, oito Regiões ganharam participação e outras seis perderam, no VAB dos serviços cearenses. Os maiores ganhos de participação foram observados nas Regiões do Cariri (+1,07 p.p.); Sertão de Sobral (+0,64 p.p.) e Serra da Ibiapaba (+0,51 p.p.). Por outro lado, as duas maiores perdas ocorreram na Grande Fortaleza (-2,91 p.p.) e no Sertão de Canindé (-0,18 p.p.).

Por fim, é grande a participação da Grande Fortaleza no total do VAB da Administração Pública, conforme pode ser visto na Tabela 11. Em 2002, a Região concentrava 44,21%, sendo essa concentração, possivelmente, relacionada a sua elevada aglomeração populacional. Na sequência, ainda em 2002, têm-se as Regiões do Cariri (11,06%); Sertão de Sobral (5,49%); Vale do Jaguaribe (4,65%) e Centro Sul (4,55%) que, somadas, representaram 69,95% do VAB da Administração Pública.

Tabela 11: Regiões de Planejamento com maiores participações na atividade da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social – Ceará – 2002, 2010, 2017 e 2018

Região de Planejamento	Valor Adicionado Bruto da Administração pública, a preços correntes (R\$ 1.000)				Participação Administração pública Região/Administração pública Total Ceará			
	2002	2010	2017	2018	2002	2010	2017	2018
Grande Fortaleza	2.603.988	7.264.201	13.755.151	14.500.650	44,21	44,21	44,64	44,69
Litoral Oeste / Vale do Curu	240.860	707.961	1.376.398	1.447.169	4,09	4,31	4,47	4,46
Sertão de Sobral	323.333	926.915	1.745.814	1.823.739	5,49	5,64	5,67	5,62
Litoral Norte	249.916	736.046	1.367.927	1.433.593	4,24	4,48	4,44	4,42
Serra da Ibiapaba	220.113	633.653	1.202.663	1.262.489	3,74	3,86	3,90	3,89
Cariri	651.697	1.822.420	3.432.655	3.629.284	11,06	11,09	11,14	11,19
Litoral Leste	136.117	378.475	744.936	749.280	2,31	2,30	2,42	2,31
Maciço de Baturité	171.107	473.187	874.568	943.539	2,90	2,88	2,84	2,91
Sertão dos Inhamuns	94.253	253.546	460.080	488.369	1,60	1,54	1,49	1,51
Sertão de Canindé	140.998	390.456	708.568	742.307	2,39	2,38	2,30	2,29
Sertão Central	264.722	716.459	1.327.828	1.390.153	4,49	4,36	4,31	4,28
Centro Sul	267.732	720.817	1.302.247	1.387.828	4,55	4,39	4,23	4,28
Vale do Jaguaribe	273.842	735.407	1.324.054	1.404.845	4,65	4,48	4,30	4,33
Sertão dos Crateús	251.746	670.760	1.187.476	1.242.563	4,27	4,08	3,85	3,83
Ceará	5.890.425	16.430.304	30.810.364	32.445.811	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios/IBGE. Elaboração: IPECE.

Nota: Ordenado pelo ano mais recente.

Em 2018, a Região da Grande Fortaleza manteve-se na liderança, com participação de 44,69% do VAB da atividade de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social cearense, seguida pelas Regiões do Cariri (11,19%); Sertão de Sobral (5,62%); Litoral Oeste/Vale do Curu (4,46%) e Litoral Norte (4,42%) que, somadas, respondiam por 70,38% do VAB.

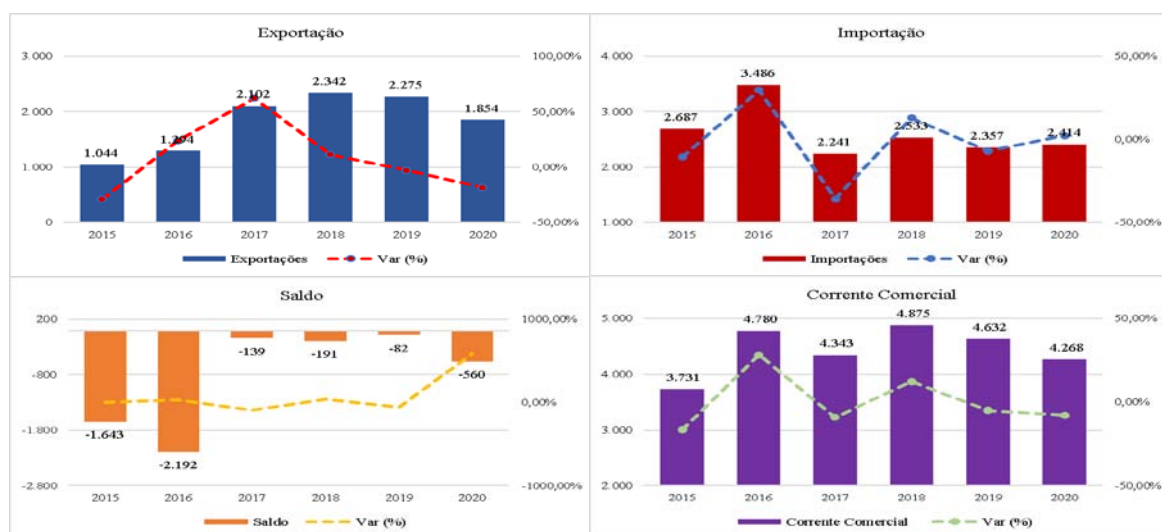
Na comparação dos anos de 2002 e 2018, seis das catorze Regiões aumentaram sua participação no total do VAB da atividade da administração pública estadual, sendo elas: Grande Fortaleza (+0,48 p.p.); Litoral Oeste/Vale do Curu (+0,37 p.p.); Sertão de Sobral (+0,13 p.p.); Litoral Norte (+0,18 p.p.); Serra de Ibiapaba (+0,15 p.p.); Cariri (0,12 p.p.) e Litoral Leste (0,11 p.p.). Por outro lado, outras seis Regiões tiveram redução de participação, com destaque para Sertão do Crateús (-0,44 p.p.); Vale do Jaguaribe (-0,32 p.p.) e Centro Sul (-0,27 p.p.).

1.1.4. O Comércio Exterior

O Ceará registrou queda de 18,51% no valor das exportações de 2020, comparado com 2019, reflexo da crise causada pela pandemia da Covid-19, sendo assim o segundo ano de queda. O valor exportado, em 2020, foi de US\$ 1,8 bilhão. As

importações cearenses de 2020 foram na contramão e apresentou crescimento de 2,41%, comparado com o ano de 2019, atingindo o valor de US\$ 2,4 bilhões. O saldo da balança comercial manteve-se negativo (US\$ 560 milhões), sendo o maior valor dos últimos quatro anos. A corrente de comércio somou o valor de US\$ 4,3 bilhões em 2020, redução de 7,9%, com relação ao verificado em 2019 (Gráfico 9).

Gráfico 9: Balança Comercial do Ceará Exportação, Importação, Saldo, Corrente (milhão) - 2015-2020



Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: IPECE.

O município de São Gonçalo do Amarante foi o que mais exportou em 2020, respondendo por 52,46% do total exportado pelo Ceará, porém registrou queda no valor exportado de 19,02%. Caucaia foi o segundo maior exportador cearense, seguido de Fortaleza, Sobral e Maracanaú (Tabela 12).

Dentre os dez principais municípios cearenses que exportaram em 2020, apenas Icapuí apresentou crescimento, influenciado pela exportação de frutas.

Em 2020, as exportações cearenses foram realizadas por 61 municípios. Os dez principais concentraram 88,78% das exportações do Estado em 2020, indicando uma leve desconcentração quando comparado com 2019. Ainda assim as exportações cearenses continuam fortemente concentradas na Região Metropolitana de Fortaleza.

Tabela 12: Principais Municípios Cearenses Exportadores - 2019-2020.

Municípios	2019		2020		Var. (%)
	US\$ FOB	Part. (%)	US\$ FOB	Part. (%)	
São Gonçalo do Amarante	1.201.101.117	52,79	972.693.990	52,46	-19,02
Caucaia	199.104.860	8,75	142.995.915	7,71	-28,18
Fortaleza	157.834.470	6,94	128.011.007	6,90	-18,90
Sobral	137.599.950	6,05	98.546.021	5,32	-28,38
Maracanaú	107.064.343	4,71	87.936.977	4,74	-17,87
Icapuí	57.589.131	2,53	61.830.296	3,33	7,36
Aquiraz	58.694.525	2,58	55.978.671	3,02	-4,63
Eusébio	38.604.751	1,70	36.386.122	1,96	-5,75
Itapipoca	45.384.878	1,99	32.862.010	1,77	-27,59
Aracati	31.105.902	1,37	28.659.927	1,55	-7,86
Demais Municípios	241.104.150	10,60	208.096.387	11,22	-13,69
Ceará	2.275.188.077	100,00	1.853.997.323	100,00	-18,51

Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: IPECE.

A Tabela 13 destaca os dez principais municípios cearenses que mais importaram em 2020. Fortaleza desponta na liderança, com participação de 37,74% do total importado pelo Estado no ano de 2020, participação superior à registrada no ano de 2019. Na sequência vem São Gonçalo do Amarante com participação de 17,03%; Caucaia (13,15%); Aquiraz (11,85%) e Maracanaú (10,65%).

Em 2020, as importações cearenses foram realizadas por 65 municípios. Os dez principais concentraram 95,25%, mostrando-se mais concentrada do que 2019, quando nesse último ano os dez principais participaram com 90,0%.

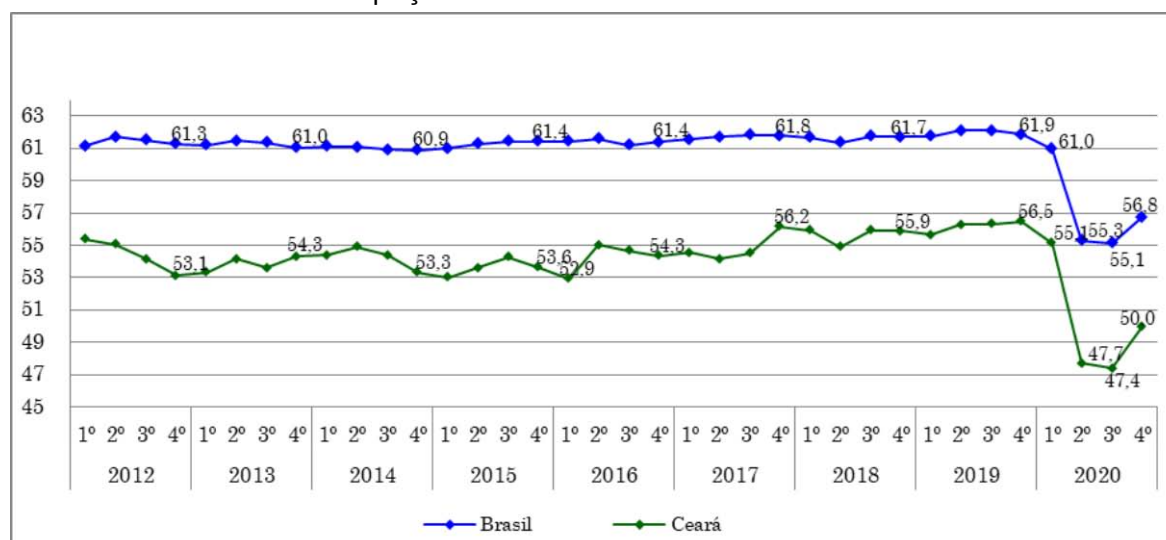
Tabela 13: Principais Municípios Cearenses Importadores - 2019-2020.

Municípios	2019		2020		Var.(%)
	US\$ FOB	Part.(%)	US\$ FOB	Part.(%)	
Fortaleza	772.467.047	32,78	838.391.926	34,74	8,53
São Gonçalo do Amarante	729.778.991	30,97	411.050.729	17,03	-43,67
Caucaia	232.492.215	9,86	317.450.981	13,15	36,54
Aquiraz	78.545.664	3,33	285.905.352	11,85	264,00
Maracanaú	297.042.646	12,60	257.157.919	10,65	-13,43
Chorozinho	13.757.897	0,58	60.408.025	2,50	339,08
Eusébio	38.360.933	1,63	39.712.628	1,65	3,52
Limoeiro do Norte	618.547	0,03	32.756.952	1,36	5195,79
Horizonte	35.414.663	1,50	32.047.616	1,33	-9,51
Tianguá	22.014.766	0,93	24.044.846	1,00	9,22
Demais Municípios	136.285.141	5,78	114.622.013	4,75	-15,90
Ceará	2.356.778.510	100,00	2.413.548.987	100,00	2,41

Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: IPECE.

1.1.5. O Mercado de Trabalho

O Gráfico 10 apresenta a taxa de participação do Brasil e do Ceará com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Os dados revelam que a recuperação gradual da economia, iniciada no primeiro trimestre de 2017 diante da crise de 2015-2016, elevou levemente a taxa de participação nacional. No entanto, a pandemia da Covid-19 a fez despencar nos segundo e terceiro trimestres de 2020. No quarto trimestre ela voltou a crescer tendo atingido 56,8%, embora ainda bem abaixo dos períodos anteriores.

Gráfico 10: Taxa de Participação – 1ºT./2012/4ºT./2020 – Brasil/Ceará.

Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

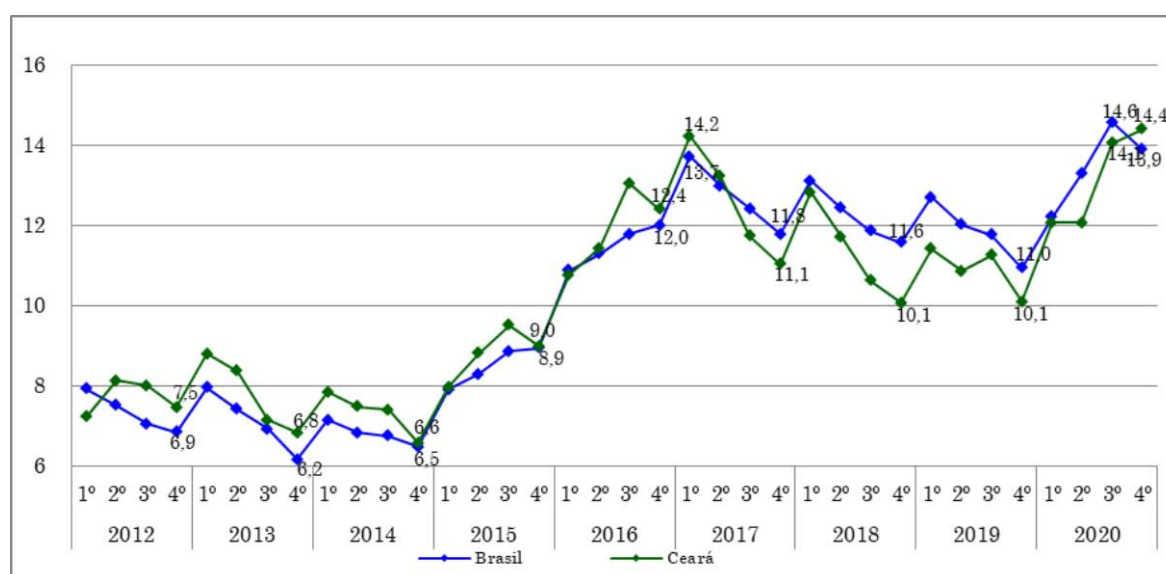
No Ceará, a taxa de participação, em 2019, seguiu também em alta diante do processo de retomada da atividade econômica, atingindo a máxima histórica de 56,5% no quarto trimestre. No entanto, em 2020, recuou expressivamente, chegando a mínima de 47,4% no terceiro trimestre, valor bem abaixo da mínima histórica anterior, alcançada no primeiro trimestre de 2016 (52,9%). Nesse quarto trimestre de 2020, ela voltou a acelerar, atingindo o patamar de 50%, mas bem abaixo dos períodos anteriores.

Assim, a pandemia da Covid-19 inverteu a tendência de retomada da atividade econômica. De fato, em 2020, a pandemia do novo coronavírus juntamente com as medidas de isolamento social levaram ao encerramento de uma expansão econômica que havia durado 12 trimestres, conforme o Comunicado de junho de 2020 do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE).

Dentro desse contexto, o Gráfico 11 apresenta a taxa de desocupação, indicador que mede a pressão direta sobre o mercado de trabalho de pessoas que procuraram e estão disponíveis para trabalhar imediatamente.

De acordo com o Gráfico 4.2, após a taxa de desocupação cearense alcançar a máxima de 14,2% no primeiro trimestre de 2017, o processo de retomada da atividade econômica após a crise de 2015-2016 levou a um progressivo recuo do desemprego até o quarto trimestre de 2019.

Gráfico 11: Taxa de Desocupação – 1º T./2012/4º T./2020 – Brasil/Ceará.



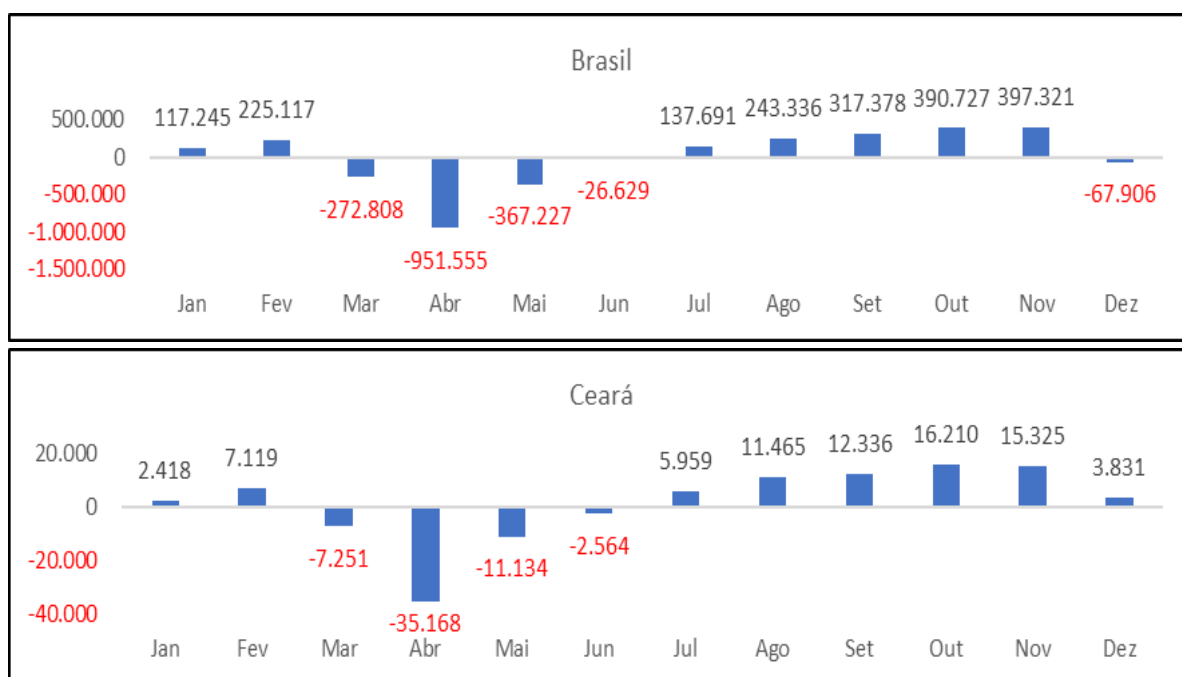
Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Por sua vez, o primeiro e o segundo trimestres de 2020 ainda não haviam apresentado os reais impactos das medidas de isolamento e distanciamento social em razão da pandemia da Covid-19 na taxa de desocupação cearense.

No entanto, neste quarto trimestre a taxa de desocupação no Estado do Ceará refletiu claramente a deterioração do mercado de trabalho diante da pandemia, ao atingir uma nova taxa máxima de desocupação de 14,4% na série histórica.

Conforme pode ser observado no Gráfico 12, nota-se que o Brasil registrou nos meses de janeiro e fevereiro saldos positivos de empregos. Contudo, a partir do mês de março, o País passou a registrar perdas contínuas de postos de trabalho com carteira assinada, sob a influência das medidas de isolamento social no combate a pandemia da Covid-19.

Gráfico 12: Evolução do saldo mensal de empregos formais - Brasil e Ceará - janeiro a dezembro de 2020.



Fonte: Novo Caged – SEPR/ME. Elaboração: IPECE. *Série com ajuste.

Vale destacar que esse processo de destruição de vagas formais de emprego perdurou até junho do mesmo ano, mês que se iniciou o processo de reabertura de várias atividades econômicas com o relaxamento de restrições impostas em vários Estados do Brasil. Entre os meses de março e junho de 2020, o País fechou 1.618.219 vagas de trabalho.

A partir de julho, observou-se um processo contínuo de criação de vagas de trabalho até novembro. Neste período, o Brasil criou um total de 1.486.453 vagas de trabalho, que somado com o saldo positivo dos dois primeiros meses alcançou a marca de 1.828.815 vagas, resultando num saldo positivo até novembro de 210.596 vagas. A destruição de vagas observada em dezembro (-67.906 vagas) não impediu que o País fechasse o ano de 2020 com um saldo positivo de 142.690 vagas, revelando que o ano não foi totalmente perdido.

O mercado de trabalho cearense apresentou trajetória semelhante a nacional, registrando dois saldos positivos de empregos nos meses de janeiro e fevereiro, seguido de forte destruição de vagas de trabalho entre março e junho do mesmo ano. A destruição de vagas de trabalho celetista entre março e junho foi de 56.117 vagas. Contudo, a partir de julho, o Ceará também passou a apresentar criação de vagas de trabalho com carteira assinada, perdurando este processo até o final do ano.

Entre os meses de julho e dezembro o Ceará criou 65.126 vagas que somadas com as 9.537 criadas em janeiro e fevereiro, fez com que o saldo acumulado anual fosse também positivo em 18.546 vagas, revelando uma nítida recuperação das perdas sofridas no auge dos meses de combate a pandemia em 2020.

Pela análise da Tabela 14 é possível observar a dinâmica trimestral dos empregos formais com carteira assinada por grandes atividades e por atividades econômicas mais detalhadas no mercado de trabalho cearense.

Das treze atividades estudadas, cinco apresentaram saldo negativo de empregos celetistas, já no primeiro trimestre do ano de 2020, bastante explicado por fatores sazonais. As maiores destruições de postos de trabalho ocorreram nas atividades de Comércio (-3.763 vagas) e Alojamento e alimentação (-2.357 vagas).

Contudo, no segundo trimestre, como consequência das medidas de isolamento social no combate a pandemia, todas as atividades apresentaram destruição de postos de trabalho, destacando-se as atividades da Indústria de transformação (-16.144 vagas), Comércio (-12.726 vagas) e Alojamento e alimentação (-7.213 vagas). No terceiro trimestre, após o início do processo de reabertura e de relaxamento das medidas de restrição as atividades econômicas impostas, quase todas as atividades apresentaram nítida recuperação na criação de vagas de trabalho com carteira assinada, com destaque para a Indústria de transformação (+11.448 vagas) e Construção civil (+6.972 vagas). A exceção ficou por conta da atividade da

Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (-592 vagas) e Serviços domésticos (-1 vaga).

Por fim, no quarto trimestre a única atividade que fechou vagas de trabalho no mercado de trabalho formal cearense foi Eletricidade e água (-57 vagas). As três atividades que mais criaram postos de trabalho no último trimestre do ano foram: Comércio (+12.314 vagas); Indústria de transformação (+8.370 vagas); e Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (+7.371 vagas).

Tabela 14 – Evolução do saldo trimestral de empregos formais por atividades - Ceará - 1º Trim. ao 4º Trim./2020.

Atividades	Estoque 1º de Janeiro	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	Acumulado do Ano	Estoque 31º de Dezembro
Agropecuária	22.829	-1.229	-63	1.542	286	536	23.365
Indústria	305.347	1.358	-18.928	18.743	9.034	10.207	315.554
Indústrias Extrativas	2.947	12	-80	179	109	220	3.167
Indústrias de Transformação	224.263	238	-16.144	11.448	8.370	3.912	228.175
Construção	67.851	968	-2.401	6.972	458	5.997	73.848
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	8.189	85	-279	136	154	96	8.285
Eletricidade e Gás	2.097	55	-24	8	-57	-18	2.079
Serviços	813.453	2.157	-29.875	9.475	26.046	7.803	821.256
Comércio	254.769	-3.763	-12.726	4.909	12.314	734	255.503
Transporte, armazenagem e correio	49.025	-186	-3.562	307	1.462	-1.979	47.046
Alojamento e alimentação	54.359	-2.357	-7.213	214	3.878	-5.478	48.881
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	233.660	3.221	-3.379	3.968	7.371	11.181	244.841
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	173.363	4.132	-616	-592	757	3.681	177.044
Outros serviços	48.187	1.123	-2.379	670	262	-324	47.863
Serviços domésticos	90	-13	0	-1	2	-12	78
Ceará	1.141.629	2.286	-48.866	29.760	35.366	18.546	1.160.175

Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME. Elaboração: IPECE. Ordenado pelo acumulado do ano. *Série com ajuste.

Como resultado da dinâmica trimestral a maioria das atividades apresentaram criação de vagas no mercado de trabalho cearense no acumulado do ano de 2020 com destaque para quatro: Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (+11.181 vagas); Construção (+5.997

vagas); Indústria de transformação (+3.912 vagas); e Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (+3.681 vagas).

Por outro lado, cinco atividades registraram perda de postos de trabalho, especialmente aquelas que ainda enfrentam bastante os efeitos das medidas de isolamento social a exemplo de Alojamento e alimentação (-5.478 vagas) e Transporte, armazenagem e correio (-1.979 vagas), atividades que são muito ligadas ao setor de turismo, revelando-se como as atividades mais afetadas pela pandemia da Covid-19.

1.1.6. Finanças Públicas

Observando-se as contas públicas, no ano de 2020, constata-se que as receitas correntes cresceram 2,2%, comparativamente ao ano de 2019 (Tabela 15), entretanto houve queda das receitas tributárias e crescimento das transferências.

O comportamento sintetizado, anteriormente, reflete a recuperação da arrecadação estadual após o período de maiores restrições ao contato social e a importância que os recursos transferidos pelo Governo Federal, para os entes subnacionais, tiveram para a manutenção da capacidade de financiamento das políticas públicas desses últimos. Devendo-se pontuar que os recursos para o combate a Covid-19, resultantes da Lei Complementar 39/2020, foram cruciais para o incremento das receitas correntes do Estado do Ceará.

Tabela 15: Receitas do Governo Estadual em 2019 e 2020 (R\$1.000,00 de 4º trim. 2020).

Descrição	Acumulado no ano				
	2019		2020		Var (%)
	R\$	%	R\$	%	
Receitas correntes	26.854.686	88,5	27.302.185	89,1	1,7
Receita tributária	15.333.810	50,5	14.513.918	47,4	-5,3
Transferências correntes	9.207.034	30,3	10.536.864	34,4	14,4
Outras receitas correntes	2.313.842	7,6	2.251.402	7,4	-2,7
Receitas de Capital	1.843.221	6,1	1.718.625	5,6	-6,8
Operações de crédito	1.441.790	4,8	1.505.745	4,9	4,4
Outras receitas de capital	401.431	1,3	212.880	0,7	-47,0
Receitas Intraorçamentárias	1.647.448	5,4	1.610.195	5,3	-2,3
Total Geral	30.345.355	100,0	30.631.005	100,0	0,9
Receitas correntes	22.007.725	72,5	22.483.241	73,4	2,2

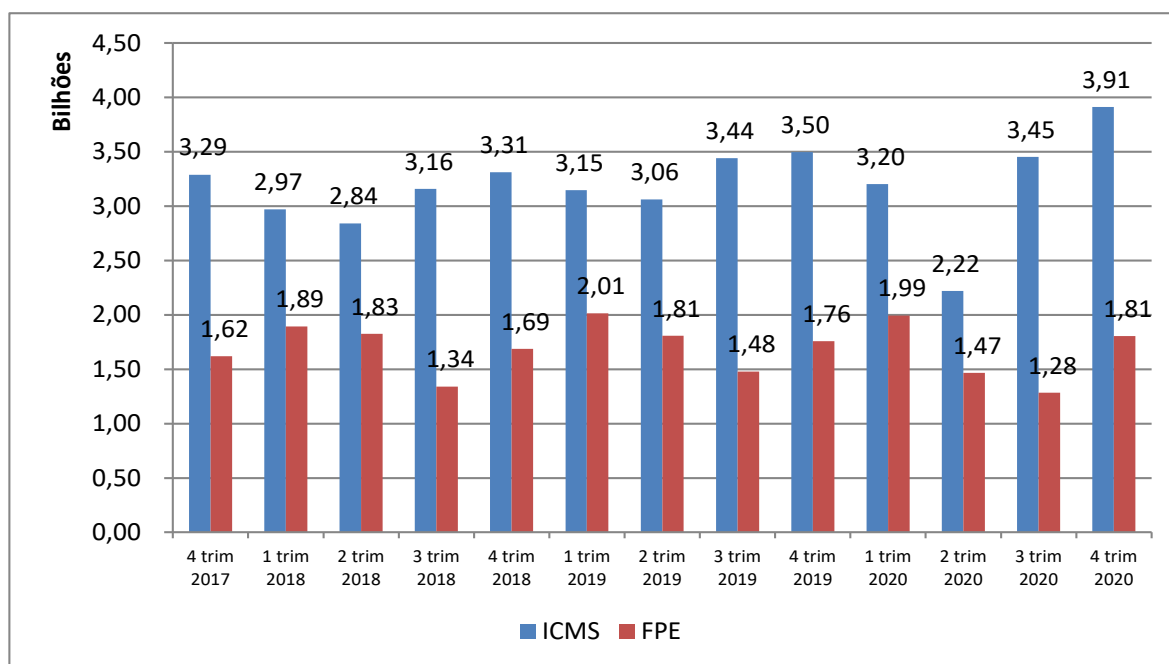
Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração: IPECE.

OBS: Corrigido pela média do IPCA do quarto trimestre de 2020.

Quanto as receitas de capital constata-se queda de 6,8%, sendo explicada pelo menor volume das outras receitas de capital, dado que as operações de crédito apresentaram incremento superior a 4%.

Entre as principais receitas do Governo cearense estão as receitas de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e os repasses do FPE (Fundo de Participação dos Estados), cujos valores e comportamento dos repasses são apresentados no Gráfico 13. As receitas de ICMS, no quarto trimestre de 2020, foram as mais altas desde o quarto trimestre de 2017. É interessante observar a significativa redução da arrecadação de ICMS no segundo trimestre de 2020, cuja queda foi superior a R\$ 800 milhões, comparativamente a idêntico trimestre de 2019, superando, em termos absolutos, o crescimento do quarto trimestre, com incremento de, aproximadamente, R\$ 400 milhões, em relação ao 4º trimestre de 2019.

Gráfico 13: Principais Fontes de Receitas Correntes do Governo Estadual (R\$ 4º trim. de 2020).



Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração: IPECE.

Com relação ao FPE, o quarto trimestre de 2020 apresentou um crescimento de 40,7%, relativamente a idêntico período do ano anterior, e 2,8% superior ao do trimestre anterior. É interessante observar que as transferências do FPE foram, da mesma forma que o ICMS, significativamente afetadas pela crise sanitária e na

medida em que as atividades econômicas nos demais Estados brasileiros foram retomadas, houve uma rápida recuperação.

Relativamente às despesas públicas estaduais, cujo dados são apresentados na Tabela 16, constata-se que tanto as despesas correntes como as de pessoal decaíram 1,7%, refletindo o cuidado com as contas públicas cearenses durante o período da crise sanitária. Relativamente à despesa com pessoal, é interessante observar que parte dessa redução pode ser creditada a adoção do trabalho remoto para os servidores públicos cearenses como medida de contenção a transmissão do coronavírus. Também constata-se uma elevação de 8,6% das despesas de capital, sendo o incremento do valor dos investimentos, de 8,3% entre 2019 e 2020, a principal razão desse desempenho.

Tabela 16: Despesas do Governo Estadual em 2019 e 2020 (R\$1.000,00 de 4º trim. 2020).

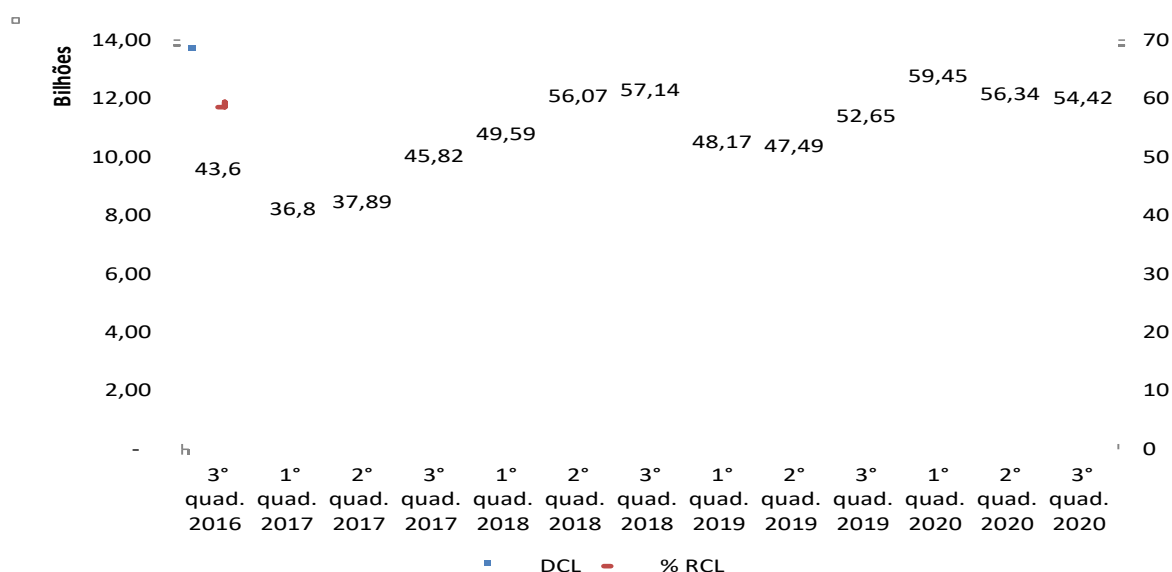
Descrição	Acumulado no ano				
	2019		2020		Var (%)
	R\$	%	R\$	%	
Despesas correntes	25.715.961	88,0	25.270.918	86,9	-1,7
Pessoal e encargos sociais	13.752.200	47,1	13.524.561	46,5	-1,7
Juros e encargos da dívida	651.277	2,2	446.075	1,5	-31,5
Outras despesas correntes	11.312.484	38,7	11.300.281	38,9	-0,1
Despesas de capital	3.511.736	12,0	3.814.882	13,1	8,6
Investimentos	2.331.091	8,0	2.525.649	8,7	8,3
Amortizações	1.020.801	3,5	1.062.002	3,7	4,0
Inversões financeiras	159.844	0,5	227.230	0,8	42,2
Reserva de contingência	-	-	-	-	-
Total geral	29.227.698	100,0	29.085.799	100,0	-0,5

Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração: IPECE.

OBS: Corrigido pela média do IPCA do quarto trimestre de 2020.

Por fim, o último indicador analisado é o comportamento da “Dívida Pública Consolidada Líquida”, cujos dados são apresentados no Gráfico 14, onde é possível constatar que a dívida pública estadual apresentou tendência de crescimento do primeiro quadrimestre de 2017 ao terceiro quadrimestre de 2018, decaindo dois quadrimestres seguidos, em termos proporcionais, e voltando a elevar-se até o 1º quadrimestre de 2020, quando apresentaram nova tendência de queda. Dessa forma, a dívida pública consolidada líquida representava 54,4% da Receita corrente líquida, no terceiro quadrimestre de 2020.

Gráfico 14: Dívida Pública Consolidada Líquida do Ceará (R\$ de dez de 2020).



Fonte: STN/SISTN. Elaboração: IPECE.

Enfim, apesar da recuperação da arrecadação nos últimos dois trimestres, observa-se que ainda não foi possível anular os efeitos negativos ocasionados pelo período de maior restrição das atividades econômicas, o que evidencia a importância das transferências de recursos federais para a manutenção das atividades do poder público estadual. Por outro lado, deve-se frisar que o controle da despesa pública permitiu que o nível de gasto fosse pouco inferior ao de 2019, apesar da demanda maior por despesas na área de saúde, evidenciando que as medidas de controle de gastos surtiram o efeito desejado.

1.2. Perspectivas da Economia Cearense

O crescimento da economia mundial para o ano de 2021, conforme projeção do Fundo Monetário Internacional³ (FMI), está previsto para 6,0%. Após uma queda de 3,2% da economia mundial no ano de 2020, causada pela pandemia da Covid-19, refletindo negativamente no funcionamento das atividades econômicas não essenciais, a partir das restrições de isolamento social para a redução de contaminações e mortes causadas pela doença, o ano de 2021 iniciou-se com o avanço da vacinação nas principais economias do mundo, contribuindo para a queda das internações e mortes causadas pela doença, permitindo o relaxamento das medidas de isolamento social e, consequentemente, aumentando a atividade econômica.

³ Fundo Monetário Internacional (FMI): *World Economic Outlook/Update* de julho de 2021.

Para 2022, o ritmo de crescimento da economia mundial deve se manter em 4,9%. Esta projeção leva em conta um cenário onde o processo de vacinação fornecerá uma imunização global contra a Covid-19, admitindo o não surgimento de novas cepas que possam reduzir a eficácia das vacinas.

Em relação a economia brasileira, o PIB do País, em 2020, registrou uma queda de 4,1%, decorrente dos efeitos adversos na economia causados pela pandemia de Covid-19. Dos três grandes setores econômicos, apenas a agropecuária apresentou crescimento positivo (2,0%), dado que este setor é composto basicamente de atividades econômicas essenciais e, sendo assim, não foi afetado fortemente por medidas de restrições sanitárias que impediram o funcionamento dessas atividades. Por outro lado, por apresentarem atividades econômicas que propiciam o aumento de contaminações da doença, os setores dos serviços e da indústria foram fortemente afetados pelas restrições sanitárias, impactando em quedas de 4,5% e 3,5%, respectivamente.

Espera-se que a retomada de crescimento para as economias do Brasil e do Ceará, em 2021, ainda que sob efeito da pandemia da Covid-19, seja fruto do aumento da produção, a partir da redução das restrições sanitárias, a medida em que o processo de vacinação avance durante o ano, principalmente nas atividades econômicas presentes no setor de serviços, como serviços de alojamento, alimentação, transportes de passageiros e serviços prestados às famílias.

Para o ano de 2022, as economias brasileira e cearense ainda serão beneficiadas pelo avanço do processo de vacinação, chegando a uma imunização populacional completa. Porém, alguns problemas macroeconômicos verificados durante o ano de 2021 continuarão atuando como barreiras para um crescimento econômico mais robusto, destacando-se: o alto déficit das contas públicas federais, no qual torna-se um grande limitador para o aumento de investimento público federal; a alta pressão inflacionária, no qual estabeleceu-se um novo ciclo de altas da taxa de juros Selic, encarecendo os créditos para o consumo das famílias, para o capital de giro das empresas e para o gasto em investimento privado; o ritmo lento de reformas importantes do Governo Federal como a administrativa e a tributária; e, por fim, um possível aumento da instabilidade política a partir da disputa eleitoral para a Presidência da República. No caso do Ceará, a continuidade do equilíbrio das finanças públicas, o manterá entre os primeiros entes da federação em termos de capacidade de investimento público em relação à receita corrente líquida, contribuindo para a sustentabilidade do crescimento econômico.

Dadas as perspectivas analisadas acima, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, projetou para o período 2021-2023, taxas de crescimento do PIB Estadual de 5,77% para 2021 e 2,73% para 2022 e 2,76% para 2023, superiores às taxas previstas de crescimento do PIB Nacional, para o mesmo período. Em resumo, os indicadores macroeconômicos estimados para o ano de 2020 e projetados para o período 2021-2023 são apresentados na Tabela 17 a seguir:

Tabela 17: Variáveis Macroeconômicas Estimadas para 2020 e Projetadas para 2020-2023.

Variáveis	2020	2021	2022	2023
Taxa de Inflação (IPCA) (%)	4,52	5,82	3,78	3,25
Taxa de crescimento - PIB Brasil (%)	-4,10	4,85	2,20	2,50
Taxa de crescimento - PIB Ceará (%)	-3,56	5,77	2,73	2,76
PIB Ceará (R\$ Milhões)	168.286	188.355	200.811	213.060
Câmbio (R\$/US\$) - Fim do período	5,20	5,18	5,20	5,10
Taxa de Juros SELIC - Fim do Período (%a.a.)	2,00	6,25	6,50	6,50

Fonte: Relatório Focus/BACEN (11/06/2021) e IPECE.

OBS: Para o ano de 2020 a Taxa de câmbio é a comercial para venda (R\$ /US\$) - Fim do período, tendo como fonte o Banco Central do Brasil (BCB);

Os valores do PIB em 2020 são estimativas, enquanto para o período 2021-2024 são previsões, ambas realizadas pelo IPECE, para o caso do Ceará, e pelo IBGE e Focus/Bacen, para o caso do Brasil, passíveis de alterações quando forem divulgados os dados definitivos pelo IBGE.

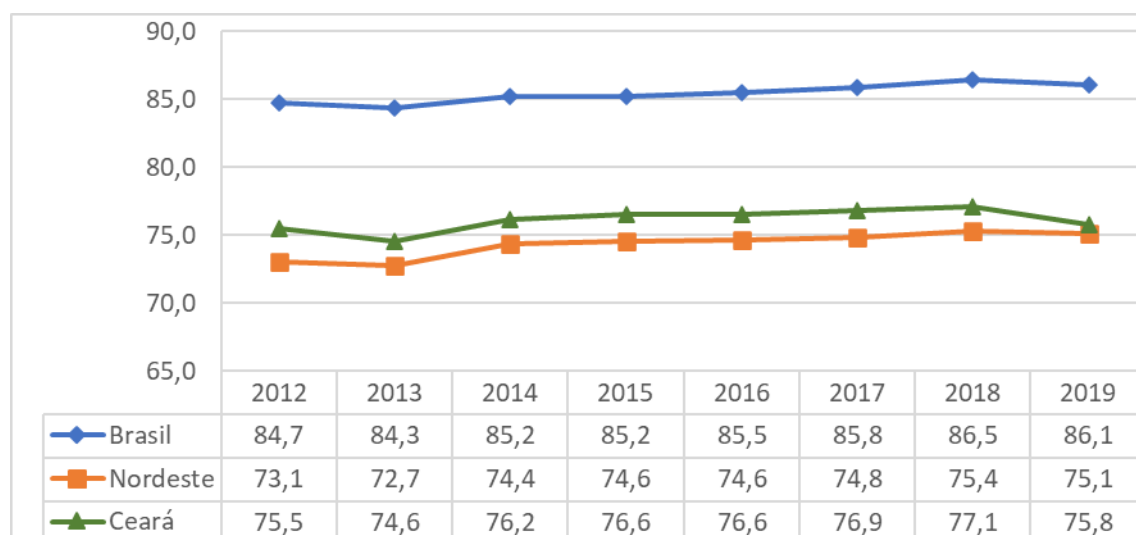
2. DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO PERÍODO RECENTE

Esta seção traz a análise de indicadores do Ceará da área social passando, brevemente, pelo comportamento da dinâmica populacional e das condições de saúde, educação, emprego, pobreza e desigualdade. Vale salientar, que ainda não se tem dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual de 2020, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE que em função da pandemia da COVID 19, o cronograma de divulgações do órgão foi totalmente revisto com previsão para outubro a publicação dos primeiros dados.

2.1. Aspectos Demográficos

Entender os aspectos demográficos da população de uma região é muito importante para a construção de políticas públicas. Segundo os dados da PNAD contínua do IBGE, a população cearense, em 2019, estava estimada em 9.129.387 (nove milhões, cento e vinte nove mil, trezentos e oitenta e sete) moradores. O que representa 16% dos residentes no Nordeste e 4,4% da população brasileira. Ainda segundo a estimativa do IBGE, em 2019⁴, 19,6% dos municípios (36) têm população com mais 50.000 habitantes. No Estado, a grande maioria da população, 75,8%, reside em territórios urbanos assim como no Brasil (86,1%) e no Nordeste (75,1%), conforme ilustra o Gráfico 15 a seguir.

Gráfico 15: Taxa de Urbanização (em %) - Brasil, Nordeste e Ceará - 2012 a 2019

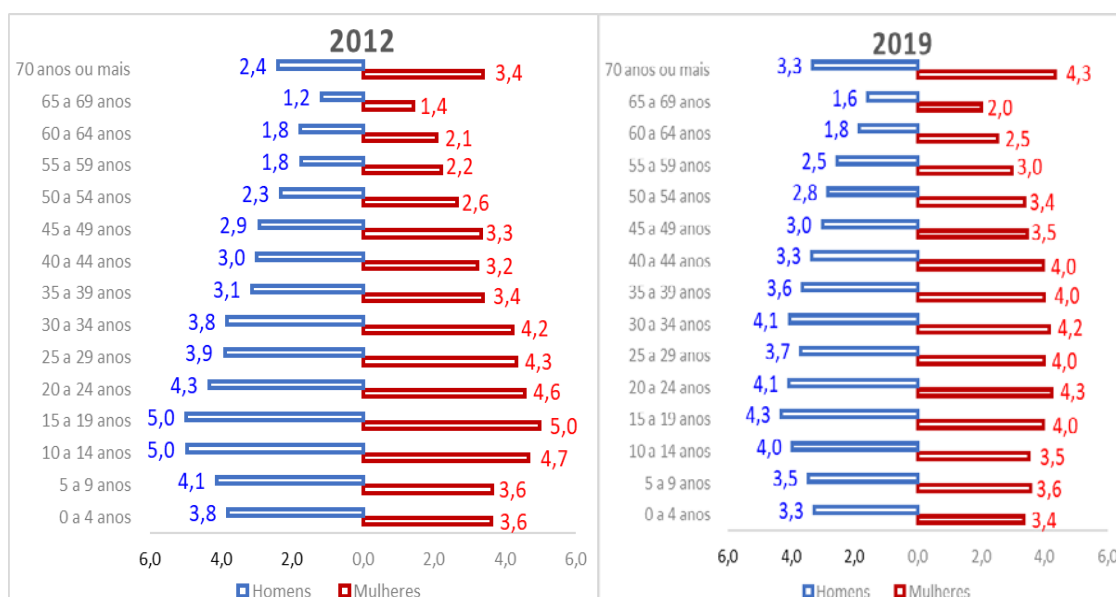


Fonte: IBGE / PNAD C Anual. Elaboração: IPECE.

A população é majoritariamente feminina (51,7%), e quando se olha a evolução por grupo etário, nota-se um ritmo de crescimento maior nas faixas etárias com mais idade, com destaque para a população de 65 anos ou mais, conforme ilustra o Gráfico 16.

⁴ IBGE - Estimativas de População.

Gráfico 16: Pirâmides Etárias - Ceará - 2012 e 2019.



Fonte: IBGE / PNADC anual (2012 e 2019). Elaboração: IPECE.

Quando se olha para o futuro com base na projeção do IBGE⁵ para os próximos cinco anos (até 2024), percebe-se ainda mais essa tendência do envelhecimento populacional (em 2024 serão 202.855 mil pessoas a mais com 60 anos ou mais de idade em comparação a 2019), conforme ilustra a Tabela 18.

Tabela 18: Projeção da População por Grupos de Idades - Ceará 2019 a 2025.

Grupo Etário	2019	2020	2021	2022	2023	2024
0-4	658.031	656.863	654.978	653.178	647.916	641.985
5-9	643.033	643.343	644.554	645.761	650.720	654.698
10-14	687.783	677.834	666.495	656.944	647.691	641.168
15-19	743.073	720.818	706.774	694.937	686.480	680.095
20-24	835.224	824.514	805.193	779.668	750.204	720.925
25-29	803.135	803.522	805.194	808.722	811.380	808.840
30-34	779.221	784.859	787.711	787.889	786.559	785.704
35-39	707.765	720.751	733.590	746.265	757.850	766.951
40-44	627.560	642.514	656.883	670.383	683.263	696.083
45-49	551.502	559.412	569.955	583.206	598.316	613.788
50-54	511.947	518.399	523.564	527.241	530.701	535.811
55-59	436.154	451.900	465.329	476.509	485.647	493.227
60 anos ou mais	1.148.430	1.183.157	1.221.146	1.262.409	1.306.181	1.351.285
Total	9.132.858	9.187.886	9.241.366	9.293.112	9.342.908	9.390.560

Fonte: IBGE. Elaboração IPECE.

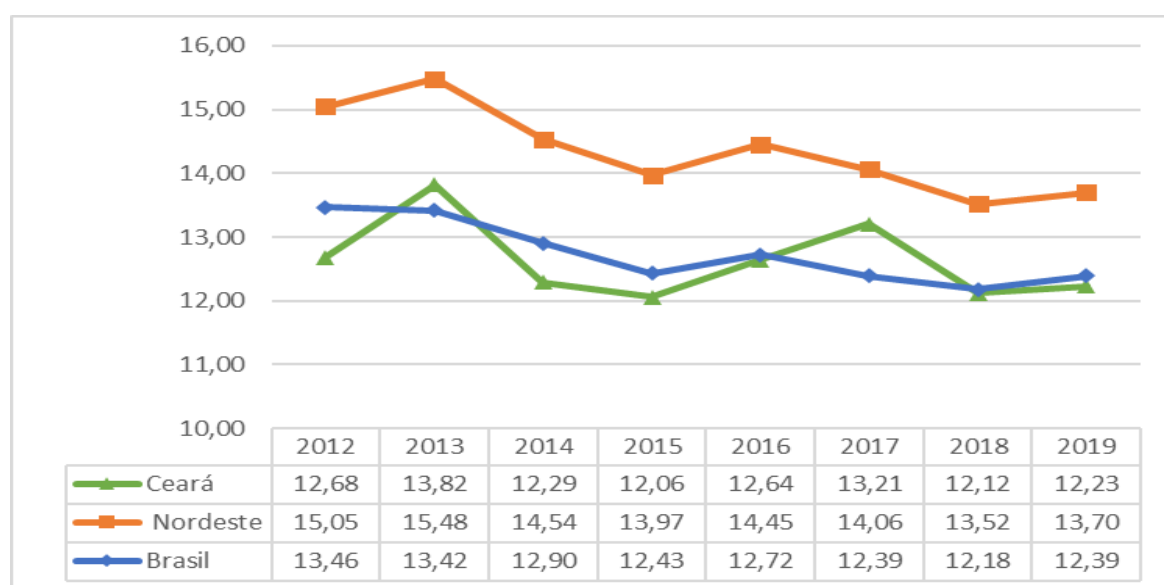
⁵ <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7358>

Ainda sobre os dados apresentados na Tabela 18, enquanto os recortes etários de 0 a 24 anos seguem tendência de queda, o grupo de pessoas com idade de 60 anos ou mais mostra tendência de crescimento. Isto abre um alerta para a necessidade de políticas públicas dedicadas a essa faixa etária.

2.2. Saúde

A saúde é, sem dúvida, uma das dimensões indispensáveis para o bem-estar e qualidade de vida de um indivíduo. E, em termos de sociedade, a taxa de mortalidade infantil (Gráfico 17) representa um dos melhores indicadores para analisar as condições de saúde e vida de uma população. Levando em consideração a grande melhora, porém ainda existente, na questão de subnotificações de óbitos infantis deste indicador, o Ceará, de um modo geral, apresentou reduções. Apesar da elevação do mesmo em 2017, chegando a 13,21 óbitos infantis por mil nascidos vivos, a taxa de mortalidade infantil passa por uma redução de -7% neste curto período, chegando a uma taxa de 12,23 óbitos por mil nascidos vivos em 2019, ficando abaixo da taxa nacional (12,39 óbitos por mil nascidos vivos), bem como abaixo da taxa regional (13,70 óbitos por mil nascidos vivos). Apesar da tendência oscilatória ao longo do período analisado, o Ceará apresenta uma média desta taxa de 12,63 óbitos por mil nascidos vivos, sendo esta inferior à média nacional de 12,74 e a taxa regional de 14,35 óbitos infantis por mil nascidos vivos.

Gráfico 17: Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) – 2012 a 2019 - Brasil, Nordeste e Ceará.



Fonte: SIM/SINASC/Ministério da Saúde. Elaboração: IPECE.

que tem como objetivo fortalecer a capacidade de gestão de recursos hídricos no Estado, melhorar a confiabilidade, a eficiência operacional dos serviços de água em municípios selecionados e na cidade de Fortaleza.

2.4. Educação

Na área de educação, os dados mais recentes da PNAD contínua (2016 a 2019) indicam melhora da taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais no Estado. Em 2016, a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais estava em torno de 15,2%. Já em 2018, o Ceará possuía uma taxa de analfabetismo de 13,3%, o que representou uma queda 1,9 pontos percentuais. Em 2019, teve um aumento, chegando a 13,6%. Uma das principais hipóteses para essa elevação é que a PNAD-Contínua trata-se de uma pesquisa amostral, não sendo apropriada para análise no curto prazo, pois ela utiliza amostras de domicílios diferentes a cada ano e, portanto, as variações registradas podem não ser significantes do ponto de vista estatístico. Sendo necessário, portanto, uma análise temporal da série para compreensão melhor do fenômeno em questão.

Ainda pelos dados da PNAD Contínua, em 2019, em relação a 2016, observou-se também uma redução na Taxa de Analfabetismo Funcional - que é calculada pelo percentual de pessoas com menos de quatro anos de estudos completos entre a população de 15 anos ou mais (saindo de 26,8%, em 2016, para 23%, em 2019).

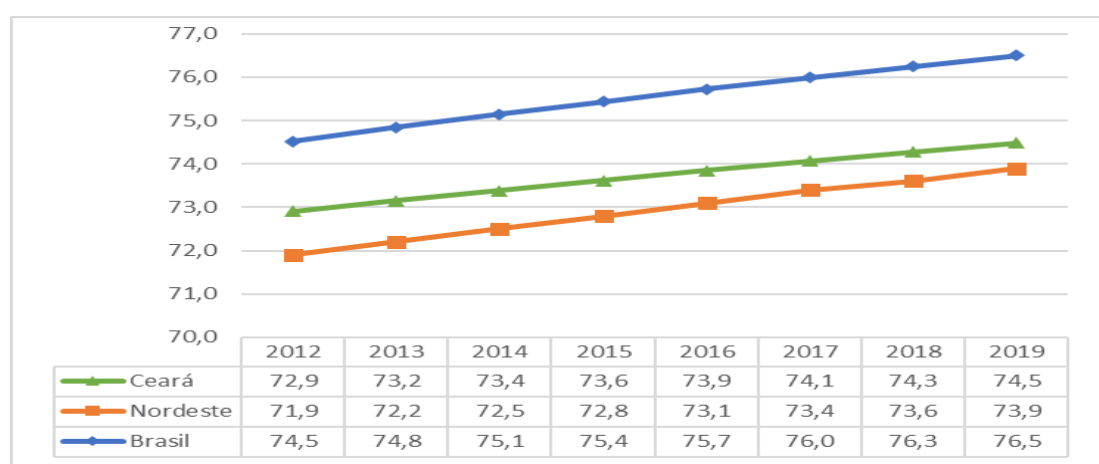
A média de anos de estudos da população de 25 anos ou mais, que é um dos indicadores utilizados internacionalmente para medir o nível de escolarização de um País, vem apresentando melhora. A escolaridade média da população cearense acima de 25 anos de idade, que era de 7,4 em 2016 passou para 8,1 anos, em 2019.

Já o percentual dessa faixa etária da referida pesquisa que concluíram o nível superior completo do Ceará passou de 9,1%, em 2016, para 12,1%, em 2019. Os resultados referentes a população de 15 anos ou mais de idade com pelo menos o Ensino Fundamental concluído foi de 59,4%, em 2019.

Para aqueles de 19 anos ou mais, que completaram o Ensino Médio, também vem apresentando uma evolução significativa: passaram de 38,9%, em 2016, para 43,8%, em 2019. Sendo essa a etapa final da educação básica no Brasil que é, em tese, uma das mais importantes para a formação do indivíduo, pois neste período o jovem se prepara para entrar no mercado de trabalho ou ingressar no ensino superior. O Estado se depara com a grande missão de diminuir a evasão vez que, nessa fase, a maioria dos jovens deixa precocemente os estudos, muitos deles em

Outro importante indicador para análise do bem-estar de uma população, diz respeito à expectativa de vida ao nascer, uma vez que este depende de questões básicas de qualidade de vida, como saneamento básico, índices de segurança pública e assistência social. Assim, conforme ilustrado pelo Gráfico 18, é possível observar uma melhoria neste indicador, uma vez que este passou de 72,9 anos em 2012, para 74,5 anos, em 2019 (um aumento de mais de 2%). Não obstante, em termos comparativos, apesar de apresentar este aumento de um pouco mais de 2%, o Ceará, durante o período analisado, distancia-se do patamar nacional (76,5 anos) em 2019 e aproxima-se do Nordeste (73,9 anos).

Gráfico 18: Expectativa de vida ao nascer – 2012 a 2019 - Brasil, Nordeste e Ceará.



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

2.3. Condições dos Domicílios Particulares

O acesso aos serviços básicos de saneamento e energia elétrica nos domicílios constituem elementos importantíssimos para garantir a qualidade de vida da população. No Brasil, o saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e, em 2020, com aprovação da Lei nº 14.026/2020, conhecida como novo marco legal do saneamento básico, prevê a universalização dos serviços de água e esgoto até 2033. A presença dos serviços de água tratada e de coleta e tratamento de esgotos nos domicílios melhora a qualidade de vidas das pessoas pois diminui o risco, sobretudo na saúde infantil, mas também interfere na expansão do turismo, na valorização dos imóveis, na renda do trabalhador e no meio ambiente. Na pandemia da Covid-19, ficou ainda mais clara a importância destes serviços, uma vez que um dos principais protocolos para o combate ao vírus é lavar as mãos com água limpa e sabão.

Segundo os últimos dados da Pesquisa nacional por amostra de domicílios Contínua anual, em 2019⁶, dos 72,4 milhões de domicílios particulares e permanentes no Brasil, 85,5% tinham como principal fonte de abastecimento de água a rede geral de distribuição, enquanto 10,5 milhões foram abastecidos por poço, fonte/nascente ou por outra forma. No Ceará, em 2019, 79,1% dos domicílios tiveram água encanada, taxa levemente menor que a do Nordeste (80,0%).

No Brasil, um terço dos lares não tinha saneamento adequado, o que torna o esgotamento sanitário um problema nacional. Nesse contexto, no Nordeste e no Ceará, desde 2016, a taxa de cobertura domiciliar deste serviço não chegou a 50% dos lares.

O lixo domiciliar carece de serviço de coleta direta por uma empresa coletora responsável. Quando o domicílio não tem acesso adequado a esse serviço, o lixo gerado, em geral, acumula-se nas calçadas das moradias ou em espaços públicos, criando problemas sérios para o meio ambiente e saúde humana. No Ceará, o serviço de coleta domiciliar esteve presente em pouco mais de 70% dos domicílios particulares em 2019.

A falta de luz impede que os moradores vivam com dignidade. No Brasil a universalização dos serviços de energia elétrica foi estabelecida pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, alterada pela Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003. Isso proporcionou a melhoria dos serviços de energia elétrica, tanto no Ceará como no Nordeste e no Brasil.

O serviço de energia elétrica está praticamente em 100% dos domicílios, mas os serviços de saneamento ainda estão distantes da universalização. Como foi dito, o novo marco legal do saneamento básico é a principal aposta para a melhoria do saneamento no Brasil. No Ceará citamos o Projeto de Apoio à Melhoria da Segurança Hídrica⁷ fruto da contratação, em 30/12/2019, de uma operação de Financiamento de Projeto de Investimento (*Investment Project Financing* – IPF) com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de US\$ 174,85 milhões, sendo US\$ 139,88 milhões financiados pelo Banco e US\$ 34,97 milhões pelo Estado do Ceará, para o Projeto de Apoio à Melhoria da Segurança Hídrica e Fortalecimento da Inteligência na Gestão Pública do Estado do Ceará,

⁶ Os dados referentes às condições dos domicílios pela PNADC anual do IBGE só são tão disponíveis a partir do ano de 2016. Até 01.09.2021 ainda não foi publicado nenhum dado referente a PNADC anual de 2020 pelo IBGE.

⁷ <https://www.ipece.ce.gov.br/projeto-de-seguranca-hidrica-e-governanca/>

busca de trabalho e renda. Vale salientar que, em 2019, o Estado ficou em primeiro lugar na Região Nordeste quanto ao número de jovens que alcançaram essa etapa na idade certa (15 a 17 anos) com 74,2%.

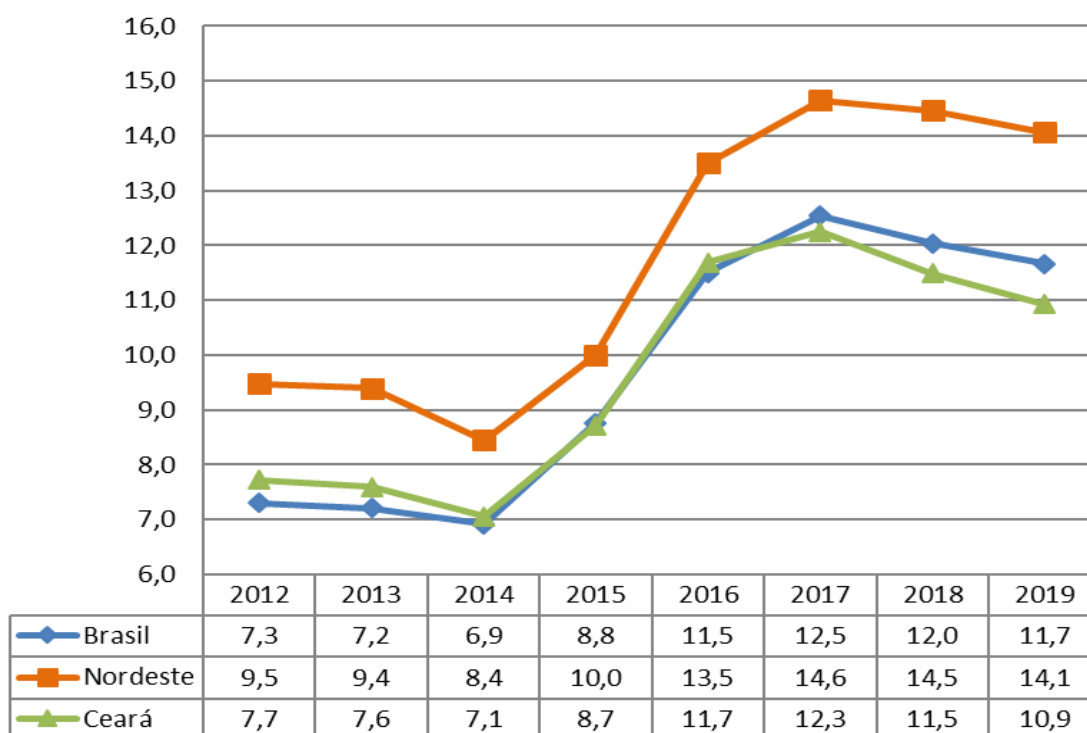
2.5. Emprego e Rendimentos do Trabalho

O Gráfico 19 apresenta a Taxa de Desocupação para pessoas com 14 anos de idade ou mais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC/ IBGE). Este indicador representa a pressão direta sobre o Mercado de Trabalho de pessoas sem trabalho, que buscaram por tal e encontram-se disponíveis para começar a trabalhar imediatamente.

Considerando os anos de 2014 a 2017, observam-se os reflexos do período de uma forte recessão vivida pelo País nos anos de 2015 e 2016. Onde a taxa de desocupação passou por uma trajetória de ascensão (variação positiva de 73%), saindo de 7,1% em 2014 para 12,3% em 2017.

Entre o período de 2017 a 2019, o Ceará apresenta uma tendência decrescente, onde, considerando o curto prazo de 2018 a 2019, apresenta a variação de -5%, chegando em 2019 a 10,9%. Além disso, destaca-se que, durante o período de 2017 a 2019, o Ceará apresentou uma taxa de desocupação inferior à média nacional e regional.

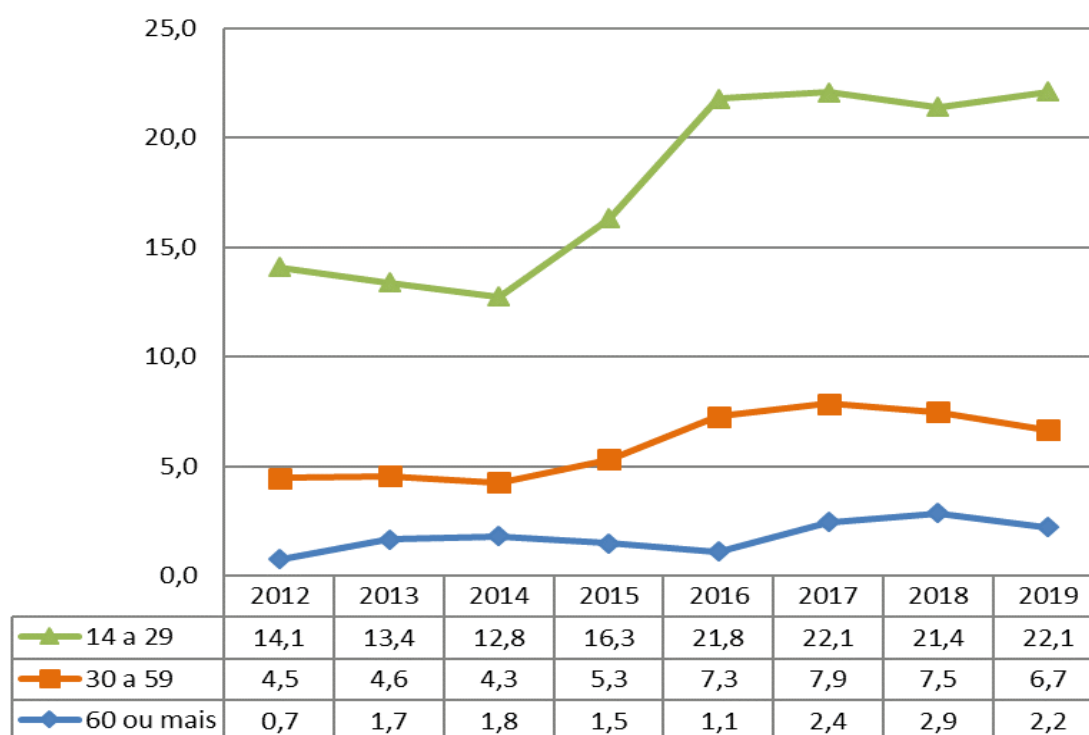
Gráfico 19: Taxa de Desocupação para pessoas de 14 anos ou mais de idade - 2012 a 2019 – Brasil, Nordeste e Ceará.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Quando observada por faixa etária, a taxa de desocupação mostra-se mais impactante entre os jovens (14 a 29 anos), onde, entre o período de 2014 a 2016 observou-se um crescimento de mais de 70% desta taxa, chegando a 22,8% dos jovens desempregados no Ceará em 2016 e, em 2019, esta taxa mostrou-se em 22,1%. Em seguida, a faixa etária entre os 30 e 59 anos apresenta um crescimento discreto, chegando a um ápice em 2017, com 7,9% desta população e, ao voltar a cair, em 2019, apresenta uma taxa de desocupação de 6,7%. Enquanto isso, a população com 60 anos ou mais mostra-se como mais estável no mercado de trabalho, chegando, em 2019, com uma proporção de 2,2%.

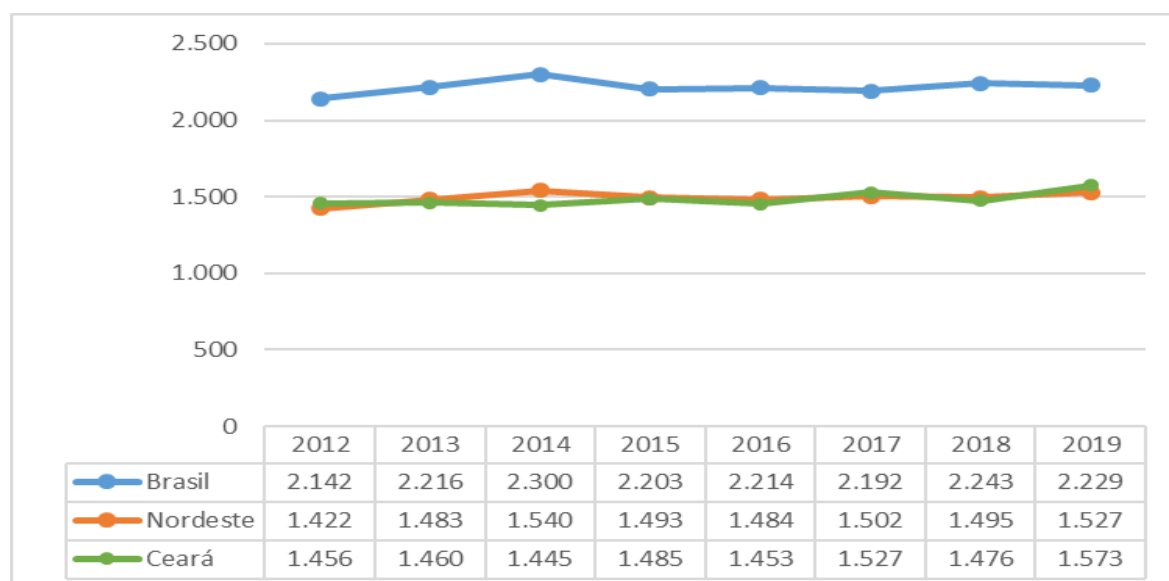
Gráfico 20: Proporção da população de 14 anos ou mais de idade desocupada por faixa etária – 2012 a 2019 - Brasil, Nordeste e Ceará.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 21 ilustra o rendimento médio mensal e real, cujo objetivo é refletir o preço da força de trabalho, considerando uma jornada de 8 horas. De maneira geral, observa-se uma variação muito pequena do salário do trabalhador no Ceará entre 2012 e 2019. Assim, durante o período analisado, há um crescimento real de 8% para o salário médio dos trabalhadores, passando de R\$1.456,00, para R\$ 1.573,00. Em média, o salário do trabalhador cearense (R\$ 1.484,37) situa-se abaixo da média do trabalhador nordestino (R\$ 1.493,25) e da média salarial paga a nível nacional (R\$ 2.217,37).

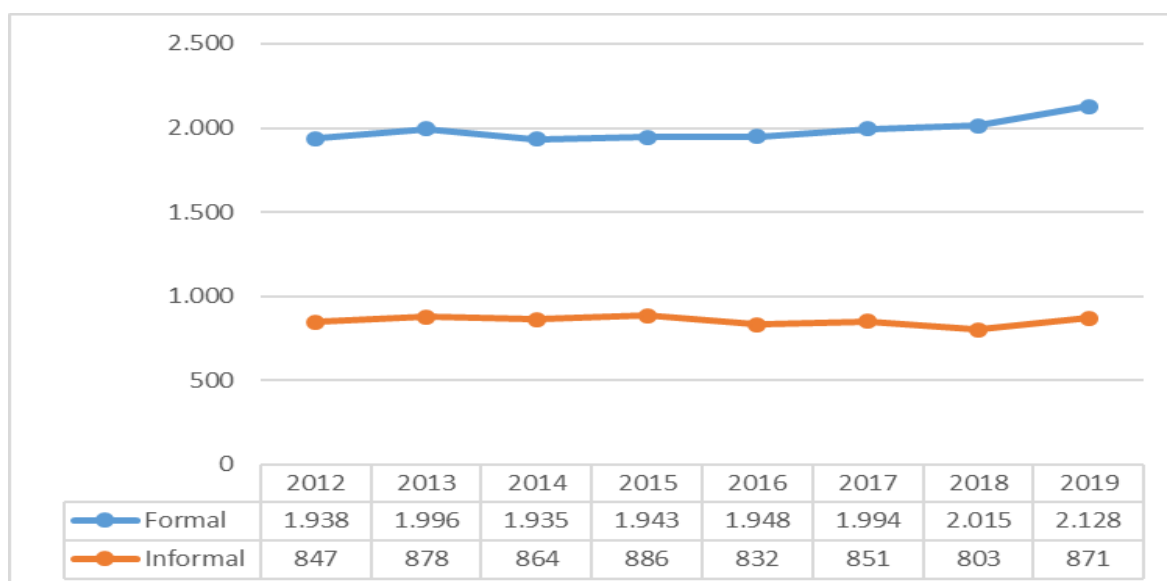
Gráfico 21: Rendimento Médio Mensal Real e Habitual do Trabalho Principal – 2012 a 2019 – Brasil, Nordeste e Ceará.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Ainda resta destacar a diferença entre a média salarial paga aos trabalhadores empregados no mercado formal e informal (Gráfico 22). Apesar da pouca variação em ambos os setores, a diferença que, em 2012, era de 128% entre o rendimento médio formal e informal, aumentou para 144% em 2019. Assim, o rendimento médio formal, no último ano da série passou a ser R\$ 2.128,00, enquanto o salário pago a trabalhadores do setor informal (R\$ 871,00) ficou R\$127,00 abaixo do salário mínimo estabelecido em 2019 (R\$ 998,00).

Gráfico 22: Rendimento Médio Mensal Real e Habitual do Trabalho Formal e Informal. – 2012 a 2019 – Brasil, Nordeste e Ceará.



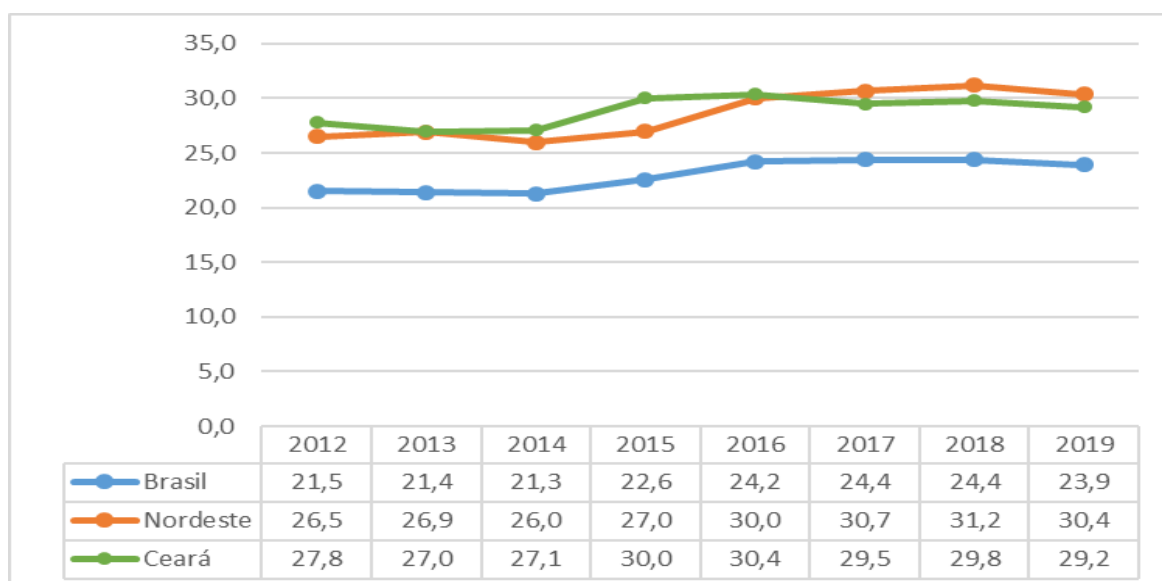
Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Em termos de bem-estar de toda uma geração, torna-se de suma importância a análise de uma população em situação de vulnerabilidade que são os jovens que não encontram-se frequentando alguma instituição de ensino, tampouco ocupados no mercado de trabalho (Gráfico 23). Para a sociedade, uma vez que este jovem não está trabalhando, ou capacitando-se ao frequentar a escola, perde geração de riqueza e, por conseguinte, aumentam seus custos sociais em decorrência desta população em específico.

Estes jovens, cuja faixa etária é estabelecida entre os 15 a 29 anos, durante o período estabelecido, encontram ascensão entre 2013 e 2016. Passando de 27% dos jovens, em 2013, para 30,4% em 2016, ficando acima da proporção do Nordeste e do Brasil. Tal aumento expressivo, apresenta-se como impacto da crise econômica, uma vez que o mercado de trabalho teve uma baixa absorção no tocante as ocupações dessa faixa etária.

Por último, em uma trajetória discreta decrescente, em 2019, estes jovens somaram 29,2% no Ceará. Neste último ano, ficou abaixo da média regional (30,4%) e nacional (23,9%).

Gráfico 23: Proporção de Jovens de 15 a 29 anos fora da escola/ universidade e sem ocupação– 2012 a 2019 – Brasil, Nordeste e Ceará.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

2.6. Pobreza e Desigualdade

O fim da pobreza e extrema pobreza ainda é um grande desafio para a política pública brasileira. De 2018 para 2019, a pobreza no Brasil medida pela linha de US\$ 5,5 PPC (critério Banco Mundial) caiu de 25,3% para 24,7%. A desigualdade medida pelo índice de Gini (0,543) também caiu em relação a 2018 (0,545). Já a extrema pobreza (US\$1,90 PPC) se manteve em 6,5% da população, em 2018 e em 2019. Mais especificamente o Ceará saiu de 12,5% para 12,4% o percentual de extremamente pobres e de 42,6% para 41,3% o percentual de pobres.

Por outra medida bastante conhecida para cálculo da extrema pobreza (critério Programa Bolsa Família⁸) 6,5% da população do Estado em 2019 se encontrava nessa condição 0,5 p.p menor que a encontrada em 2018 e menor que a taxa do nordeste de 8,3%. Destaca-se a ação de transferência de renda realizada no Ceará para famílias vulneráveis com crianças pela iniciativa “Cartão Mais Infância”.

O rendimento domiciliar per capita médio mensal, por exemplo, apresentou um aumento real de aproximadamente 4,36% durante o período 2016-2019, passando de R\$ 826,00 para R\$ 939,00 (a preços de 2019).

⁸ O Decreto 9.396 de 30 de maio de 2018 considera que os extremamente pobres sejam as pessoas vivendo com renda familiar mensal per capita de até R\$ 89.

O ano de 2020 foi especialmente difícil para os mais vulneráveis com a disseminação mundial do vírus SARS-Cov-2, causador da Covid-19. A pandemia foi uma das marcas dominantes de 2020 no cenário global. Como dito anteriormente, o IBGE ainda não publicou os dados da PNAD C anual de 2020 e, portanto, ainda não se tem o comparativo com o primeiro ano da pandemia. Por uma pesquisa ainda experimental denominada PNAD COVID-19 o IBGE coletou, para os meses de maio a novembro de 2020, com entrevistas realizadas por telefone alguns dados importantes para monitorar os impactos da pandemia da COVID-19 no mercado de trabalho brasileiro. Entre eles destaca-se que em maio de 2020, mais da metade dos domicílios no Ceará (54,6%) tinha pelo menos uma pessoa que recebeu o auxílio emergencial do Governo Federal e chegando a ser 55,1% em novembro.

Vale salientar que o Estado do Ceará, desde o início da pandemia, vem apresentando várias ações⁹ para mitigar seus efeitos. Citamos a ampliação do número de famílias beneficiárias do Cartão Mais Infância Ceará além do reajuste do valor transferido de R\$ 85,00 para R\$100,00. Entrega do Vale Gás Social, ação realizada em 2020 e ampliada em 2021; entrega de Cartões do Auxílio Cesta Básica de R\$ 200,00 para trabalhadores de transportes escolar e alternativo, ambulantes, feirantes, mototaxistas, taxistas, motoristas de aplicativos, bugueiros, guias de turismo e despachantes documentalistas; isenção de pagamento das faturas da Cagece, SISAR e suspensão de cobrança da Tarifa de Contingência; pagamento da conta de luz para famílias de baixa renda; doação de alimentos da campanha de vacinação Solidária - alimentos recolhidos pelas Prefeituras Municipais e distribuídos às famílias em situação de vulnerabilidade; entrega de cartões vale alimentação para alunos da Rede Estadual de Ensino entre outros.

⁹ <https://www.ceara.gov.br/2021/08/27/confira-as-acoes-que-o-governo-do-ceara-tem-promovendo-no-combate-a-pandemia/>



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO



DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Na construção das diretrizes que orientaram a revisão dos programas reunidos no PPA 2020-2023, considerou-se, além dos elementos estratégicos de médio e longo prazos, componentes conceituais dos cenários externos e o panorama socioeconômico para o Estado do Ceará — os quais influenciam a formulação de uma visão do futuro para o nosso Estado —, o modo de gestão pública que se orienta pela conquista de resultados, articulado às atividades de elaboração do planejamento e à implementação das políticas públicas.

Contudo, soma-se à assimilação de tais elementos a reflexão acerca dos fundamentos da política de desenvolvimento do Ceará, voltados aos principais desafios no prumo de tornar o Ceará um **Estado com Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida**.

Neste contexto, para a geração das mencionadas diretrizes que nortearão a implementação das políticas públicas nos próximos dois anos, traduzidas nos programas do PPA, buscou-se alinhamento estratégico com instrumentos de longo prazo, mais especificamente Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Plataforma Ceará 2050, apresentados na sequência.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, também conhecidos como Objetivos Globais, podem ser considerados “um chamado universal para ação contra a

pobreza, proteção do planeta e para garantir que todas as pessoas tenham paz e prosperidade”¹.

Esses 17 Objetivos foram construídos a partir dos Objetivos Do Milênio, sendo incluídos outros temas, como a mudança global do clima, desigualdade econômica, inovação, consumo sustentável, paz e justiça, entre outras prioridades. Os objetivos são interconectados – o sucesso de um ODS envolve o combate a temas que estão associados a outros objetivos.

Segundo o PNUD, os ODS trabalham com o espírito de parceria e pragmatismo para que os signatários possam executar suas ações, visando melhorar a qualidade de vida, de forma sustentável, para a atual e futuras gerações. Eles oferecem orientações claras e metas para todos os países adotarem, em acordo com suas prioridades e desafios ambientais de todo o planeta. Os ODS são uma agenda inclusiva, que combate as raízes das causas da pobreza e une diferentes atores em busca da promoção de uma mudança positiva para as pessoas e para o planeta.

O planejamento do Estado do Ceará adota em suas diretrizes as metas pactuadas pelos ODS, desta forma, visa centrar os esforços públicos em busca de um desenvolvimento ambientalmente adequado, socialmente justo e economicamente viável. Na Revisão do PPA 2020-2023 a convergência entre esses objetivos e a forma de planejamento do estado é vista dentro dos 7 Cearás, como demonstrado abaixo:

¹ <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html>

Correlação entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e os 7 Cearás

Eixo: Ceará Acolhedor



Eixo: Ceará da Gestão Democrática para Resultados



Eixo: Ceará de Oportunidades



Eixo: Ceará do Conhecimento



Eixo: Ceará Pacífico



Eixo: Ceará Saudável



Eixo: Ceará Sustentável



CEARÁ 2050

A Plataforma de Desenvolvimento Ceará 2050 representa o resultado de um amplo processo de reflexão estratégica e de negociação de prioridades para o desenvolvimento sustentável do Ceará – sociedade menos desigual, economia competitiva e meio ambiente preservado – de longo prazo, constituindo-se em um referencial para o Estado, a sociedade civil, organizações públicas e privadas.

Após uma série de etapas de construção coletiva, partindo de uma análise retrospectiva dos últimos 30 anos de desenvolvimento do Ceará, agregada a um estudo de benchmarking e à análise de tendências e cenários futuros, foi idealizada a Visão de Futuro do Ceará para 2050.

Para alcançar essa visão do futuro de nosso Estado, foi estabelecido o caminho a ser percorrido, traduzido no Mapa da Estratégia, abaixo representado, composto por um conjunto de objetivos, organizados em cinco áreas de resultados.

Todos os objetivos estratégicos do Ceará 2050 serão avaliados com base em indicadores, os quais demonstram a evolução da estratégia desenhada e concretizada pela implementação dos programas estruturantes.

A primeira área de resultados² corresponde ao **Valor para a Sociedade** que representa o resultado final esperado que preconiza qualidade de vida, crescimento econômico ambientalmente sustentável e redução expressiva das desigualdades sociais e regionais. Essa Área de Resultados está em linha com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), e possui como objetivos estratégicos:

- Excelência em qualidade de vida e bem-estar em todas as dimensões
Elevar o padrão de vida da população, considerando itens fundamentais como saúde, educação, cultura, bem-estar, engajamento comunitário e meio ambiente.
- Redução radical da pobreza e das desigualdades em busca do desenvolvimento social
Reduzir expressivamente a pobreza e o desemprego na busca do ideal da erradicação da miséria, da elevação da renda per capita e da redução da desigualdade socioeconômica para o patamar dos melhores níveis do país.
- Aceleração econômica com ênfase na ampla prosperidade compartilhada

² Extraído do produto: Visão de Futuro do Estado do Ceará. Disponível em: WWW.ceara2050.ce.gov.br.

Ser líder nacional no crescimento do PIB, através da atração sustentável de investimentos alavancados por instituições de reconhecimento global, pela inovação, tecnologia e capacitação.

- Desenvolvimento territorial inteligente e integrado à luz de suas vocações e potencialidades

Promover o equilíbrio territorial cearense a partir do conceito de polos regionais, desenvolvidos com base em cidades inteligentes, interconectadas e sustentáveis, potencializando as vocações de cada região a partir da inovação.

- Sustentabilidade ambiental com resiliência e respeito às gerações futuras

Impulsionar o desenvolvimento ambiental, a gestão da biodiversidade e a ampliação da capacidade de convivência com as secas, posicionando o Estado como referência na recuperação de áreas degradadas.

As três áreas seguintes operam como condicionantes para o alcance dos objetivos da área de Valor para a Sociedade.

A área das **Cadeias Produtivas** busca a reinvenção setorial com aproveitamento das vantagens competitivas dos setores mais expressivos do Estado, tais como: indústria, turismo, agropecuária, energia limpa e renovável, recursos hídricos, infraestrutura e logística, economia do mar, da saúde e criativa. São objetivos estratégicos dessa área de resultados:

- Posicionamento de vanguarda no novo ambiente da quarta revolução industrial

Colocar o estado na dianteira da produção de bens e prestação de serviços – com inserção internacional – baseados na integração e no uso intensivo de tecnologias de alto valor agregado e complexidade.

- Turismo cearense como referência internacional para o desenvolvimento sustentável

Posicionar o Ceará como polo de turismo e cultura da região nordeste, passando a ser referência internacional como o principal destino turístico do país a partir da qualidade na prestação de serviços, do ecoturismo, do agroturismo e da valorização da cultura local com roteiros turísticos consolidados e integrados.

- Desenvolvimento da agropecuária e do extrativismo sustentável de alto valor agregado

Ser o maior produtor de alimentos e bens de alto valor agregado do semiárido brasileiro por meio do fortalecimento da agropecuária, do fomento intensivo à extensão rural e do extrativismo sustentável, alavancando a renda por meio das vocações de cada região do estado com agregação de valor com adoção de inovações tecnológicas.

- Produção de energia limpa e renovável com desenvolvimento tecnológico de referência internacional

Consolidar o Ceará como o maior produtor e distribuidor nacional de energia de fontes limpas e renováveis (solar, eólica, biocombustíveis), aproveitando atuação na cadeia para o desenvolvendo de produtos e serviços de alto valor agregado na indústria e no campo a partir de processos inovadores e sustentáveis.

- Centro focal da infraestrutura e logística multimodal do país, valorizando a posição geográfica do Ceará

Ter o melhor sistema de infraestruturas resilientes e de logística multimodal do país (ferrovias, rodovias, portos, aeroportos etc.), valorizando a vantagem geográfica privilegiada do Ceará.

- Segurança hídrica, uso eficiente e racional da água e resiliência face às irregularidades pluviiais e mudanças climáticas

Elevar ao grau de excelência a gestão de recursos hídricos (uso, reuso e reaproveitamento econômico e racional da água) do ceará e mitigação dos impactos das mudanças climáticas no território do semiárido.

- Economia do mar com alto valor agregado e sustentabilidade

Expandir o uso dos recursos oceânicos de alto valor agregado, de forma sustentável, abrindo a fronteira econômica e do conhecimento para esse segmento relevante do território cearense. Posicionamento do Ceará como referência internacional em economia do mar.

- Economia da saúde como fator de desenvolvimento econômico e social

Impulsionar as cadeias produtivas da saúde como fator de desenvolvimento econômico e social, a partir da integração do ensino, da pesquisa e da ciência, tecnologia & inovação.

- Polo de inovação em tecnologia da informação e comunicação

Ser referência mundial na indústria de *datacenters* e geração de conteúdos de tecnologia da informação e comunicação (TIC), utilizando as tecnologias de última geração representadas, no cenário atual, por computação em nuvem, inteligência artificial, *IOT* e *blockchain* para alavancar o desenvolvimento do Estado. Busca-se fornecer infraestrutura de banda larga e cabos submarinos a empresas de TIC instaladas no estado, promover a criação de laboratórios de pesquisas em IES em Fortaleza e em outras regiões do Estado, e atrair cearenses de destaque no setor trabalhando fora do estado.

- Economia criativa e do conhecimento como pilar do desenvolvimento do estado

Potencializar as atividades econômicas baseadas na cultura, na criatividade, no conhecimento, na ciência, tecnologia & inovação, como pilares do desenvolvimento socioeconômico do Ceará.

O **Capital Humano** é a área que ocupa o ponto central da arquitetura estratégica. A identidade e diversidade cultural são elementos inspiradores fundamentais para o desenvolvimento pessoas e equipes inovadoras, altamente preparadas para liderar e catalisar o desenvolvimento da sociedade do conhecimento. Essa área possui os seguintes objetivos:

- Valorização do comportamento cearense como diferencial e destaque mundial

Dar destaque mundial à forma de viver do povo cearense. Uma sociedade que une resiliência, empreendedorismo, alegria, criatividade e irreverência na busca constante pelo aprimoramento de seu caráter produtivo, cooperativo, inovador e ético, constituída por uma cultura de cidadania e respeito ao ser humano, consciente de seus direitos e deveres.

- Lideranças altamente preparadas para atuar no contexto das transformações globais e locais

Desenvolver e mobilizar cidadãos capazes de liderar, pensar, decidir, agir, empreender e inovar no que diz respeito à identificação de oportunidades globais aplicáveis ao território cearense e à potencialização de vocações locais.

- Sociedade do conhecimento dotada do maior capital intelectual do país

Dispor de grupos inovadores, de destaque mundial, com capacidade de gerar transformações na sociedade do conhecimento e liderar o capital intelectual do país, tendo como referência a integração entre educação, tecnologia e setores econômicos para aumento da competitividade, empregabilidade e elevação da produtividade.

- Cultura como expressão de um estado rico em diversidade e convergência de propósitos

Tornar as identidades e a diversidade cultural cearense elementos inspiradores de transformações do estado e de mudança da visão do mundo sobre o Ceará, ampliando a valorização do patrimônio material e imaterial, com atenção às expressões culturais locais.

Por seu turno, a área dos **Serviços ao Cidadão** destaca inovações em serviços ao cidadão, tais como: educação, saúde, segurança, assistência social etc. Estar orientada para a percepção do cidadão na sua integralidade dando a cada um dos temas um tratamento horizontal, sem o fatiamento encapsulado dos domínios tradicionais de políticas públicas e oferecendo serviços públicos que melhorem/aumentem o bem-estar da população. São objetivos dessa área de resultados:

- Sistema de saúde eficaz, eficiente, interconectado e integrado como caminho para excelência

Assegurar um sistema de saúde interconectado e integrado para todos com alta resolutividade, atendimento humanizado, personalizado, preventivo e descentralizado nas regiões.

- Educação transformadora voltada para a universalização do conhecimento, a formação cidadã e o desenvolvimento da criatividade

Ofertar uma educação de excelência mundial para todos, com modelo personalizado, ativo e adaptativo, alinhado às necessidades da sociedade cearense, empoderando a população em relação ao acesso ao conhecimento, com respeito à identidade e à diversidade local, foco na formação cidadã e no desenvolvimento de talentos, com inovação.

- Segurança, Justiça e a cultura da paz como elementos de transformação do ceará em um estado seguro para se viver

Reduzir radicalmente a criminalidade e a violência em todas as suas dimensões, através de um sistema de segurança e justiça de padrão mundial, que fortaleça a cultura da paz.

- Proteção, recuperação e valorização do meio ambiente e saneamento nas cidades e territórios rurais

Fazer-se referência internacional em soluções de gestão ambiental para o combate à poluição, para a preservação efetiva da biodiversidade e do patrimônio natural, e para a valoração de seus serviços ecossistêmicos à sociedade. Viabilizar saneamento nas cidades e territórios rurais cearenses.

- Esporte, cultura e entretenimento como propulsor da felicidade e desenvolvimento social do Ceará

Transformar o esporte, a cultura e o entretenimento em elementos propulsores da felicidade, da produtividade, da identidade e diversidade, e do desenvolvimento da sociedade.

- Amplo cuidado social em todas as regiões do Estado

Erradicar as situações de risco social e vulnerabilidade socioeconômica de pessoas, famílias e grupos minoritários nas diferentes regiões do estado.

- Convergência e integração na prestação social de serviços com adoção de tecnologias emergentes

Remodelar a prestação social de serviços de saúde, educação, segurança, esporte, cultura, assistência social etc., tendo como base a integração no planejamento, execução e controle, bem como a adoção de tecnologias emergentes.

Por fim, e não menos importante, existe o pilar da **Governança** que tem função o suporte às transformações pretendidas. Visa aumentar/melhorar a capacidade de governar com todos os setores da sociedade (econômico, academia, terceiro setor e governo) de forma integrada, transparente, participativa, amplamente interativa com base nas tecnologias emergentes (mídias sociais) e orientada para resultados com eficiência.

■ Ambiente institucional e de negócios dinâmico, cooperativo e inovador

Tornar o ambiente institucional e de negócios do Ceará no mais dinâmico e inovador da América Latina, a partir do foco no empreendedorismo, no equilíbrio fiscal, no cumprimento de regras pactuadas, na capacidade de investimento, e na cooperação e integração entre agentes econômicos, academia, terceiro setor, sociedade civil e governo, valorizando organizações ágeis, flexíveis e adaptáveis e a simplificação de regulamentações.

■ Nova governança da inovação como base para acelerar o desenvolvimento do estado

Acelerar o desenvolvimento de ecossistemas de inovação, com elevada intensidade de resultados sustentáveis, capaz de mudar a realidade do estado, a partir de um polo de ciência, tecnologia e inovação de reconhecimento global.

■ Institucionalização da cultura de governança compartilhada e de gestão orientada para resultados

Governar com a sociedade, em uma perspectiva de longo prazo e voltada para resultados, por meio da cultura de pertencimento, cooperação, regionalização, transparência, corresponsabilidade, planejamento e controle social, de modo republicano e democrático, a partir da promoção da governança compartilhada de forma ética, inovadora e disruptiva com o engajamento de toda a sociedade cearense, comprometida e responsabilizada com a formulação, implantação e avaliação das políticas públicas.

DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

A partir dos direcionadores estratégicos, mais especificamente relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e ao Ceará 2050, levando em consideração a evolução das políticas públicas estaduais nos últimos anos, verificada no desempenho dos resultados e programas do PPA 2016-2019, e tendo como referência o panorama socioeconômico do Ceará, que demonstra em linhas gerais os principais desafios para nosso estado, para a implementação do Plano Plurianual 2020-2023 serão tomadas como diretrizes, espelhadas nos resultados dos eixos e temas:

- 1 Promoção da inclusão social dos segmentos mais vulneráveis da sociedade cearense.
- 2 Promoção e defesa dos direitos humanos e civis e reconhecimento assegurados para a população no Ceará, com garantia de respeito à diversidade, com especial atenção para as questões étnicas, raciais, religiosas, de gênero e sexuais.
- 3 Proteção à primeira infância com interações entre Estado, famílias e instituições educacionais.
- 4 Geração de oportunidades para a juventude com geração de emprego e renda em setores criativos e inovadores da economia cearense.
- 5 Estruturação de uma governança participativa, colaborativa e convergente, com base em uma gestão orientada para resultados.
- 6 Aprimoramento da prestação dos serviços públicos estaduais com garantia de celeridade, eficiência, eficácia e efetividade no atendimento das necessidades e demandas regionais.
- 7 Garantia da sustentabilidade fiscal do Estado e apoio ao equilíbrio fiscal dos municípios.
- 8 Estímulo ao desenvolvimento econômico do Ceará, territorialmente equilibrado, com ênfase em vocações competitivas globais e convivência produtiva com o semiárido.
- 9 Implementação de estratégias com enfoque na redução das desigualdades sociais e econômicas da população, com ênfase na erradicação da miséria.
- 10 Apoio ao desenvolvimento de cidades resilientes, pacíficas e inclusivas, orientadas pelo desenvolvimento sustentável.
- 11 Expansão da formação cidadã integral, inclusiva e de qualidade, na qual prevaleça a equidade e a diversidade, e o estímulo à produção do conhecimento e à inovação.
- 12 Fortalecimento do 'Estado de Conexões' – dos serviços e do comércio nacional e internacional, das artes, das ciências, das tecnologias e do sistema produtivo global;
- 13 Ampliação das estratégias de melhoria da qualidade de vida da população, com especial atenção ao saneamento básico e ao estímulo à auto promoção da saúde, reduzindo os índices de mortalidade.
- 14 Proteção do meio ambiente, com promoção da utilização racional dos recursos naturais.



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO



DIRETRIZES REGIONAIS

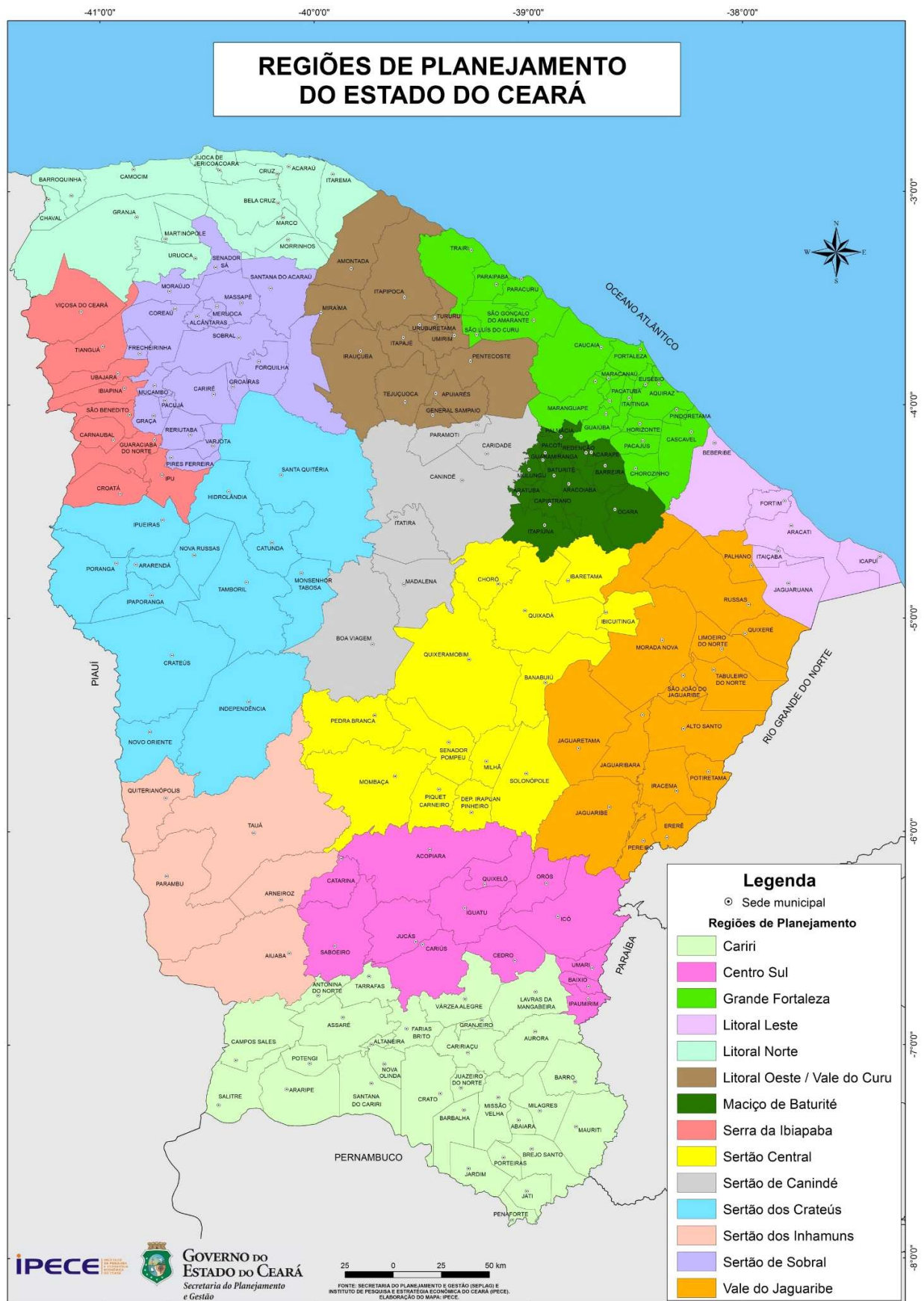
DIMENSÃO TERRITORIAL PARA O PLANEJAMENTO

Nesta Revisão, reitera-se que a Promoção do Desenvolvimento Territorial no planejamento público, apresenta sua inserção assegurada enquanto pressuposto na formulação do Plano Plurianual 2020-2023, na medida em que se estabelece o território como *locus* da integração das diversas políticas públicas, desde a sua formulação, a partir das diretrizes apontadas pelos cidadãos, até o monitoramento e avaliação da execução das ações — de interiorização do desenvolvimento, descentralização da dinâmica de implementação das políticas públicas, de integração da ação governamental nos territórios estaduais, de estímulo e facilitação da participação social e do fortalecimento das vocações regionais, alcançando como precípua finalidade a redução sustentada das desigualdades regionais e sociais.

A concepção e metodologia do atual PPA 2020-2023 incorporam a ampliação da eficiência dos espaços de gestão do território no Estado do Ceará, o aperfeiçoamento das atividades de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, de forma regionalizada, mediante o recorte adotado na sua elaboração e das Leis Orçamentárias Anuais, desde as 14 regiões de planejamento configuradas a partir da análise sistêmica de características semelhantes vinculadas ao perfil geográfico, socioeconômico, cultural e de fluxos em rede.

Em consequência, na organização estabelecida pela Lei Complementar Nº 154, de 20 de outubro de 2015, as regiões de planejamento foram concebidas no sentido do reconhecimento da sua identidade socioeconômica e geográfica, e de seus municípios integrantes, admitindo o planejamento regional e a concepção de políticas públicas a partir da avaliação das demandas e necessidades comuns das populações por determinados serviços públicos, entre outros aspectos, visando ao desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida em cada região.

Mapa da regionalização para fins de planejamento – Lei Complementar 154/2015



Estimativa da população, Área territorial e número de municípios por Regiões - Ceará - 2018

Regiões	Número de municípios	Estimativa da população 2018	Área territorial (km²)
Total do Estado	184	8.842.791	148.886,31
Cariri	29	1.021.190	17.390,31
Centro Sul	13	393.397	11.581,71
Grande Fortaleza	19	4.074.730	7.440,07
Litoral Leste	6	205.420	4.633,83
Litoral Norte	13	400.873	9.335,85
Litoral Oeste/Vale do Curu	12	396.823	8.890,00
Maciço de Baturité	13	243.982	3.707,27
Serra da Ibiapaba	9	359.296	5.697,31
Sertão Central	13	395.388	16.014,79
Sertão de Canindé	6	207.272	9.202,52
Sertão de Sobral	18	495.468	8.528,10
Sertão dos Crateús	13	352.378	20.594,41
Sertão dos Inhamuns	5	136.054	10.863,47
Vale do Jaguaribe	15	393.378	15.006,80

Fonte: IBGE

RESULTADOS E ESTRATÉGIAS POR REGIÃO DE PLANEJAMENTO

Por meio do processo de Participação Cidadã para Revisão do PPA 2020-2023 foram revisadas as diretrizes regionais e priorizadas as estratégias que devem direcionar as políticas do governo para cada região. As 14 regiões do Planejamento compartilham os mesmos Resultados Estratégicos:

- **Resultado regional 1:** Inclusão social, direitos humanos e civis e reconhecimento assegurados para a população, respeitando a diversidade e priorizando os segmentos vulneráveis e suas potencialidades.
- **Resultado regional 2:** População atendida com serviços públicos estaduais planejados e geridos de forma eficiente, eficaz e efetiva, atendendo as necessidade e demandas regionais, com transparência, controle social, equidade e sustentabilidade fiscal.
- **Resultado regional 3:** Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado, alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades, as vocações e o protagonismo dos diversos atores.

- **Resultado regional 4:** População com formação cidadã integral, inclusiva e de qualidade, com ênfase na equidade, diversidade, produção do conhecimento e inovação.
- **Resultado regional 5:** Sociedade pacificada com amplo acesso à segurança e justiça efetivas, humanizadas e integradas.
- **Resultado regional 6:** População Saudável.
- **Resultado regional 7:** Meio ambiente protegido, com utilização racional dos recursos naturais.

Por meio do processo participativo, houve a inclusão de novas estratégias para atingir os resultados de tais regiões, de acordo com a necessidade e interesse dos cidadãos, com destaque para o acréscimo de novas demandas na região Litoral Oeste/Vale do Curu:

Estratégias Regionais			
Região	Antes da Revisão	Incluídas na Revisão	Total Geral
Cariri	83	6	89
Centro Sul	75	3	78
Grande Fortaleza	102	17	119
Litoral Leste	85	-	85
Litoral Norte	58	-	58
Litoral Oeste/Vale do Curu	62	22	84
Maciço do Baturité	82	1	83
Serra da Ibiapaba	62	-	62
Sertão Central	98	2	100
Sertão de Canindé	82	3	85
Sertão de Sobral	81	1	82
Sertão dos Crateús	89	-	89
Sertão dos Inhamuns	90	-	90
Vale do Jaguaribe	84	-	84
Total	1.133	55	1.188

O resultado do processo de Participação Cidadã demonstrou que as diferentes Regiões do Estado apresentam necessidades complexas. Algumas semelhantes e, logicamente, outras específicas para cada localidade. As estratégias priorizadas foram, em sua maioria, do Eixo Ceará de Oportunidades, totalizando 115, de um total de 446, demonstrando que a pandemia afetou oportunidades de negócios e de crescimento econômico e que, para os cidadãos, é necessário que o Estado trabalhe, em conjunto com outros setores, para reverter essa realidade.

Priorização por Eixo								
Região	Acolhedor	Gestão Democrática para Resultados	Oportunidades	Conhecimento	Pacífico	Saudável	Sustentável	Total(*)
Cariri	5	1	10	6	2	4	3	31
Centro Sul	5	1	6	8	2	3	3	28
Grande Fortaleza	9	-	8	9	7	8	3	44
Litoral Leste	3	-	9	6	4	4	3	28
Litoral Norte	5	-	6	5	2	4	3	25
Litoral Oeste/Vale do Curu	9	-	16	13	4	7	9	58
Maciço do Baturité	5	-	7	7	4	3	5	31
Serra da Ibiapaba	5	-	7	5	3	4	3	27
Sertão Central	4	-	9	6	4	3	3	29
Sertão de Canindé	6	-	3	7	2	4	3	25
Sertão de Sobral	5	-	11	5	2	3	3	29
Sertão dos Crateús	4	-	8	7	4	3	5	31
Sertão dos Inhamuns	4	-	6	8	2	5	4	29
Vale do Jaguaribe	4	-	9	7	3	3	5	31
Total	73	2	115	99	44	58	55	446

(*) Algumas estratégias regionais estão alinhadas a mais de um Tema pertencente aos Eixos do PPA.



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO